CARTOGRAFIAS DO ENVELHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

VELHICE E TERCEIRA IDADE

MARIELE RODRIGUES CORREA

Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade

MARIELE RODRIGUES CORREA

CARTOGRAFIAS DO ENVELHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

VELHICE E TERCEIRA IDADE

Cultura Acadêmica
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C844c

Correa, Mariele Rodrigues
Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade : velhice e terceira idade / Mariele Rodrigues Correa. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7983-003-7

1. Envelhecimento – Aspectos antropológicos. 2. Envelhecimento – Aspectos sociais. 3. Velhice. 4. Idosos. 5. Idosos – Política governamental. I. Título. II. Título: Velhice e terceira idade.

09-6049. CDD: 305.23
CDU: 316.346.32-053.9

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:

Sumário

Prólogo
Registros da memória: um inventário de experiências

Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento.

Hannah Arendt

Com essa epígrafe, Hannah Arendt inicia seu texto *Entre o passado e o futuro* (1972) sobre os legados que uma geração deixa a outra e que são guias imprescindíveis para que cada uma seja capaz de posicionar-se no presente como sujeito da História. Para tanto, segundo ela, é necessário que as gerações sejam capazes de nomear suas realizações, seus feitos, dar sentido a eles e, assim, poder ofertá-los àqueles que chegam ao mundo.

Colocamo-nos nessa tarefa de nomear alguns feitos e apresentar seus sentidos e direções, no entanto, sem pretender ser intérprete de uma geração ou de um tempo, mas tão somente como portadora de uma razoável experiência de trabalho com a terceira idade que julgamos oportuna comunicar a outros.

Uma tarefa aparentemente simples, quando encarada como uma descrição do se fez, se disse e se ouviu, mas deveras complexa, quando se coloca o desafio de expressar seus sentidos e não o feito em si. São muitas as incertezas e dilemas quando se pretende fazer um inventário que não apenas indique o que se quer deixar como efeito

de um trabalho, mas que o se selecionou e que valores se atribuíram, a fim de apreciar e analisar criticamente o que foi construído.

Primeiro, o ato de apresentar e inventariar todo um percurso de realizações quase nunca permite resgatar tudo que se fez, afinal, nem tudo possui um registro e, nesse sentido, tratam-se de realizações sem testamento, eventualmente perdidas na memória. Segundo, daquilo que está presente na memória, é difícil escolher aquilo que pode ser inventariado como um cristal de tempo e que valha a pena ser passado adiante. Tal escolha exige um exame crítico e uma reflexão cuja principal dificuldade é, exatamente, vislumbrar ou atribuir sentidos às diversas realizações, sentidos esses que não se refiram apenas às idiossincrasias de quem os realizou, mas que sejam capazes de conectar-se com aspirações e desejos coletivos.

Nesses quase cinco anos de convívio com o grupo de idosos, são muitas as histórias que vivenciamos e permaneceram, suscitando pensamentos e inquietações que nos levaram a analisar a relação do homem com a finitude e o envelhecimento, esse rosto perdido no espelho do narcisismo contemporâneo que preza por um ideal de beleza baseado na juventude. Foi uma experiência profunda e enriquecedora, não somente para as questões curriculares e profissionais.

As reflexões realizadas neste livro advêm do contato com a terceira idade propiciado pelas oficinas de psicologia oferecidas dentro da programação da Universidade Aberta à Terceira Idade da Unesp, *campus* de Assis. No início, a participação em tais oficinas foi como estagiária da graduação e, posteriormente, como coordenadora do grupo.

Quando passamos a atuar nessas oficinas, elas já existiam há um bom tempo, pelo menos outros cinco anos antes de nossa chegada. Portanto, herdamos um legado construído por gerações anteriores de estagiários e por muitos participantes que ali passaram. Prosseguimos uma tradição já criada, um grupo formado, com algumas pessoas que foram seus fundadores e tantas outras que estavam nele havia bastante tempo. Um grupo que já constituíra certas práticas, com raízes firmes na instituição que lhe dava guarida, com marcas identitárias referenciadas na sua história, na sua continuidade no tempo e nas

formações discursivas sobre a terceira idade, especialmente aquelas do campo *psi* no qual estava inscrito.

Certamente acolhemos de nossos antecessores, acerca dessa oficina, heranças testadas e outras sem qualquer testamento. Daquelas testadas, ou seja, devidamente nomeadas e zelosamente transmitidas pelo docente responsável pelo projeto das oficinas e seu mentor, recebemos a indicação do referencial teórico e de princípios e objetivos norteadores deste livro.

No referencial teórico, havia uma ênfase especial na concepção de Pichón-Rivière de grupo operativo, sobretudo no que dizia respeito à importância da constituição dos vínculos afetivos, da articulação entre o implícito e as exteriorizações grupais, dos papéis emergentes na interação e da tarefa como ponto de convergência e de articulação das ações individuais.

Outra vertente do referencial teórico destacava a importância da linguagem na constituição do sujeito e do grupo, linguagem entendida não como mera representação ou conjunto de signos arranjados sob normas gramaticais e utilizados para comunicação, mas como ferramenta de produção de subjetividade, de produção de relações e de realidade social, mediante a atividade simbólica e a intervenção do discurso na materialidade do mundo. Roland Barthes, Eni Orlandi, Isidoro Blikstein, dentre outros, eram autores sempre citados e lembrados no campo da semiótica, da análise do discurso e da linguística.

Também se enfatizava o papel da sensopercepção no processo de subjetivação, porém, sensações e percepções compreendidas no campo da fenomenologia, tomadas como funções psicológicas embrenhadas de intencionalidade, articuladoras das relações do sujeito com seu mundo, compreendidas como produtoras de sentido e inteligibilidade, e não estabelecidas mecanicamente ou mediante atuações cegas. Merleau-Ponty e Ana Verônica Mautner foram autores bastante mencionados nesse sentido.

Em menor grau, porém também citado, comparecia o psicodrama e, por meio dele, as preocupações com os papéis constituídos ou potencializados nos grupos, os relacionamentos e ações deflagradas

na atividade grupal e as condições geradas para o acolhimento dos participantes e para a promoção da empatia e da espontaneidade.

As oficinas possuíam uma estrutura bem definida. Subdividiam-se em três momentos assim delimitados: o do aquecimento, o da tarefa e o da reflexão. O aquecimento, como tal, continha atividades preparatórias e preliminares, com o intuito de criar um clima favorável para a realização da oficina programada para o dia. Eram utilizados recursos como *brainstorming* ou relaxamento, por exemplo, e tantos outros que se prestavam à entronização do trabalho principal ou do tema norteador do encontro.

O momento da tarefa abrangia a realização da atividade central do dia, programada em torno de uma questão sugerida pelo próprio grupo ou trazida pela equipe. As oficinas eram temáticas, ou seja, cada encontro organizava-se em torno de um tema orientador da tarefa. Evidentemente, sempre que ocorressem emergentes grupais destoantes do tema, esses eram objetos de consideração até que fossem superados e permitissem o retorno à tarefa programada, se fosse o caso.

Por último, o momento da reflexão tomava como objeto a própria oficina, a experiência ocorrida, em todos os seus aspectos, o conteúdo da tarefa, os acontecimentos deflagrados em torno dela, os relacionamentos entre os participantes, deles com a equipe e tantos outros que pudessem emergir. Tratava-se da ocasião da passagem da experiência para o plano intelectual, quando o pensamento e a linguagem predominavam e procurava-se, na interlocução, construir coletivamente um conhecimento daquilo que havia ocorrido no encontro. Era o momento privilegiado para transmitir ao coletivo o que havia sido vivido no plano individual, para simbolizar, dar sentido e inteligibilidade para aquilo que fora experimentado pelas sensações, de realizar um debate que envolvesse as dimensões de passado, de presente e de futuro e as contingências do envelhecimento.

A composição do grupo era basicamente de 15 a 25 pessoas, com idades entre 45 e 82 anos, predominantemente mulheres. Os homens eram bem menos numerosos, de dois a três. O nível de escolaridade também era diversificado, desde a primeira série do Ensino Funda-

mental até a formação universitária. Alguns eram casados, outros, solteiros, separados ou viúvos. Além dessas características básicas, havia outras diferenças entre os participantes que não impediam a convivência entre si nem criavam obstáculos para o funcionamento do grupo.

Fomos herdeiros do nome Oficina de Psicologia da Terceira Idade e, embora essa designação, como todo nome próprio, não contivesse indicações precisas de seu sentido, alguns foram bem assinalados no nosso testamento. Oficina é lugar de produção, de trabalho, de atividade. É lugar de criação, de realizações artesanais, ainda que se opere com algumas tecnologias mais sofisticadas. É lugar de encontro, reunião, de trabalho coletivo, compartilhado; de trabalho não alienado no qual o sujeito participa decisivamente do processo e da destinação final do seu resultado, do produto.

O testamento sublinhava, ainda, que nessa oficina a preocupação principal era com o processo e não com o produto, ou seja, interessava mais a maneira de fazer, os relacionamentos estabelecidos em torno da tarefa, do que o produto final. Aliás, o produto visado era o processo grupal, as realizações do coletivo, a constituição do grupo.

Assim, o grande e principal objetivo de tais oficinas era, segundo nos foi legado, a construção de um grupo, definido nos seus moldes mais tradicionais. Compreendemos essa noção como a conjunção de pessoas em um tempo e lugar determinados, mediante o compartilhamento de objetivos racionais, vinculações afetivo-emocionais e fantasias inconscientes capazes de impulsionar e articular ações e papéis individuais na direção de realizações e gratificações comuns.

Em outras palavras, tratava-se de criar um espaço dentro da universidade de existência para um grupo de velhice e de terceira idade, um espaço de encontro entre eles e deles com a comunidade universitária. Um espaço diferente daqueles habituais, no qual pudessem, diante do grande espelho da universidade e, em particular, sob o espelhamento da psicologia, projetar e recolher imagens de si mesmos até então impossíveis de serem forjadas.

Diante da empreitada de abrir caminhos possíveis para o trabalho com a velhice, cada semana era um grande exercício de reflexão e

criação na tentativa de elaborar oficinas que pudessem oportunizar experiências grupais capazes de expandir o universo do idoso, a partir do questionamento dos seus papéis e de seus lugares possíveis na atualidade.

A Oficina de Psicologia constituiu um espaço de referência, de agrupamento e de relações sociais entre os idosos e a Universidade. Além disso, as atividades ofereceram-nos um lugar de análise das possibilidades de envelhecimento na atualidade, isto é, tomamos a oficina como um analisador (Lourau, 1975) da condição da velhice e da terceira idade e do homem com a finitude, reflexões estas emergentes em nosso livro.

Incitando grupos e socialidades nas oficinas

Soa extemporâneo falar em grupo em um tempo no qual se visualiza o neotribalismo como paradigma de socialidade (Maffessoli, 1998). Contudo, se insistimos em promover a associatividade grupal e não tribal em nossas oficinas com a terceira idade, não foi por desconhecimento, por aquiescência cega às nossas heranças ou por algum lapso, mas sim por uma clara determinação.

Nosso objetivo de situar o envelhecimento na contemporaneidade a partir das oficinas era uma preocupação constante nas práticas que exercíamos com os idosos. Vários autores (Bauman, 1998; Harvey, 1998) têm destacado que uma das características do mundo atual é a tendência ao isolamento, ao individualismo, à solidão e à privatização da vida humana. Portanto, falar em grupo ou coletividade pode parecer um arcaísmo frente a uma sociedade produtora de contatos interpessoais mínimos e até efêmeros.

É na velhice que recai, de forma mais intensa, o isolacionismo da sociedade contemporânea. A condição de solidão a que muitos idosos estão submetidos é avassaladora. O afastamento do mundo do trabalho, única condição de expressão e valor humanos, da vida social, do lazer e isolados no próprio espaço doméstico, suas possibilidades de contato e apropriação do mundo encontram-se bastante reduzidas.

Dessa forma, o trabalho centrado na formação de grupos com a velhice e a terceira idade permite uma experiência de enfrentamento dessa tendência de individualização e sujeição na atualidade que também afeta a velhice. Além disso, é possível romper com a experiência de segregação a que essa população está submetida.

É certo que o ímpeto grupalista pode resultar em guetificação, abafamentos das singularidades e padronização de condutas. É igualmente seguro que a retroação a modelos anteriores nem sempre é a melhor estratégia de enfrentamento de modelos de associatividade emergentes, considerados dissipadores da vida coletiva. Entretanto, para o caso específico da terceira idade, o grupo pode ser uma arma, ainda que ultrapassada, de fácil manuseio. Além disso, no contexto do projeto da Universidade Aberta à Terceira Idade, o grupo pode ser beneficiado pelo respaldo da instituição, por mais paradoxal que possa parecer.

Em nossa experiência, pudemos observar que a terceira idade é bem recebida pela Universidade na qual realizamos nossas atividades, a Unesp, *campus* de Assis. Verificamos que o contato dos estudantes com os idosos ocorria sempre de forma amistosa e nem sempre a partir de alguma atividade diretamente relacionada às oficinas. Logo nos corredores, quando o grupo caminhava em direção à sua sala, havia a aproximação de universitários que cumprimentavam e entabulavam conversas com os idosos. Eram diálogos prosaicos, como aqueles relatados por algumas senhoras que diziam sentir-se como avós daqueles alunos, pois eles sempre lamentavam com elas a saudade que sentiam da casa materna. Isso demonstrava o quanto eram assimiladas nesse espaço da socialidade, construído no interior da instituição, socialidade, que significa relacionamentos não submetidos ao controle e à esfera do funcionamento formal da instituição, mas sim emergentes no plano da informalidade, a partir de encontros fortuitos e das iniciativas dos próprios atores.

Além desse contato informal com os estudantes, havia outros encontros decorrentes das atividades das oficinas. Muitas oficinas tinham exatamente o propósito de deflagrar interações do grupo da terceira idade com a comunidade universitária. Os idosos, em sub-

grupos, entrevistavam os alunos e também professores e funcionários sobre diversos temas com filmadoras, gravadores ou anotando as respostas. Esse material era discutido no contexto da atividade, analisando-se os pontos principais de discórdia ou concordância das opiniões e as impressões geradas no grupo a partir daquela intervenção.

Realizamos, ainda, outras intervenções no espaço da Universidade, como festas, bingos, exposições de objetos e cartazes, idas à biblioteca e laboratórios, comemorações e bailes. A presença da velhice e da terceira idade em diversos lugares, algumas vezes, provocou quebras da rotina institucional, chegando a gerar descontentamentos e protestos de professores e funcionários em determinadas ocasiões. Reações desse tipo foram tão importantes quanto as de tolerância e aceitação incondicional para firmar o grupo perante os demais grupos da instituição sem protecionismos ou tutelas.

O corpo nas oficinas

As possibilidades de experimentação na velhice encontram uma série de barreiras e interditos. Uma das mais severas diz respeito ao próprio corpo. Em nossas oficinas, procuramos problematizar essa questão utilizando como disparador de imagens e sensações primárias um espelho no qual todos deveriam mirar-se. As reações foram variadas, porém, carregadas de sentimentos e expressões imediatas. Alguns manifestaram espanto, dizendo: "O espelho está mentindo! Deixe eu me arrumar... Oh, Deus, podia ser mais nova... Que coisa terrível!" (sic).

De fato, encarar a face da velhice passando pelo corpo em uma sociedade como a nossa é vivenciar o estranhamento desse outro que habita em nós. Simone de Beauvoir (1990) diz que a velhice é sempre o outro, pois o sujeito não a imagina em si mesmo. Para ela, o velho dificilmente se vê como tal, e o jovem ignora a velhice que já reside em seu corpo.

A associação entre fealdade e velhice também é algo recorrente no imaginário social. A beleza da juventude cede lugar para o seu

oposto no percurso da vida: "Eu vejo uma mulher feia, velha e magra. Olha o estado a que você chegou...". Muitas vezes, busca-se o rosto perdido no espelho do tempo: "O que vejo é uma mulher que, no passado, era bonita, e hoje é só barriga", ou ainda, "Olho a foto de um homem de 72 anos que ele parece não ter".

Outras frases nos chamaram a atenção, como "Você não pode ficar pensando que está velho. É só manter o cabelo arrumado que está bom". Parafraseando Clarice Lispector, a experiência do envelhecimento é a harmonia secreta da desarmonia: "Você vai ficando feio, mas harmonioso", como disse uma senhora do grupo.

Os anos parecem acrescentar um fardo em alguns casos: "Eu olho para uma pessoa de 45 anos que parece ter 70"; "Vejo uma mulher com muita vontade de tirar o peso das costas". Mas as possibilidades de vivência do envelhecimento podem guardar outros sentidos, como bem-estar, felicidade: "Estou me vendo velha, gorda e saudável!"; "Estou vendo eu mesma. Não poderia estar melhor"; "Sou uma mulher de 59 anos e feliz"; "Os anos passaram! Tenho paz e tranquilidade".

Ao discutirmos as sensações atualizadas por essa atividade, outras falas remeteram à chegada do envelhecimento espraiando a existência humana: "Achei que a velhice ia ser gostosa. Depois que apareceu, a dor piorou... O novo é disposto. Mas a velhice vai calando na gente. A idade chega, e a gente se submete". O silêncio é ensurdecedor na experimentação do envelhecimento no corpo. Ele é o destino irremediável do homem: "Deus perdoa. A natureza, não. Vem a idade, e a gente sente no corpo o tempo e as desgraças. As perdas físicas e emocionais aparecem, mas o tempo ajuda a perceber o que você tem pela frente".

Experimentar a finitude humana no corpo é algo único frente ao interdito do contemporâneo que prega a impossibilidade da vivência do envelhecimento com a cultura de valores relativos à juventude. Tais valores correspondem não à rebeldia que consideramos típica em adolescentes, mas aos padrões de beleza impostos pelo mercado.

No mundo atual, a velhice é colocada como algo indesejável. As mudanças que ela impõe aos corpos são objetos de intervenções várias visando suas reversões, como cirurgias plásticas, cosméticos,

exercícios, dietas etc. Não deixa de ser interessante a contradição de nosso tempo: com tanto arsenal tecnológico produzido na atualidade, a expectativa de vida aumentou substancialmente. No entanto, ao mesmo tempo em que o mundo moderno promete a eternidade e alonga o *chronos* da vida, ele não lhe reserva um campo de possibilidades. Assim, a velhice fica confinada e interditada no plano das experiências possíveis do homem. Todo esse caráter da dimensão temporal na relação do homem com a finitude incitou-nos a analisar as vicissitudes do tempo na sociedade contemporânea e sua interface com o envelhecimento em nosso livro.

Frente a um cenário de abolição do tempo, no qual a velhice é negada e se exalta a figura perene da juventude, não deixa de ser um grande desafio pensar no papel do profissional *psi* na atuação com idosos. É preciso romper as barreiras que impedem a vida de avançar no tempo e no espaço e diversificar as formas de subjetivação.

A sensopercepção nas oficinas

O trabalho com a sensopercepção em grupo com idosos é uma ferramenta importante para conhecer e ampliar o universo de sentidos e formas de aparecer do corpo humano. Conforme destaca Isidoro Blikstein (1983) em sua obra *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*, as sensações e as percepções funcionam como momento inaugural da produção de sentido e da subjetividade. Constituídas na práxis, as sensações básicas e as percepções elementares fornecem as impressões e figurações ou imagens primeiras mediante as quais o pensamento e a linguagem passam a operar (Rouanet, 1990).

Nas atividades de sensopercepção, procuramos potencializar e aguçar os sentidos básicos do corpo humano, muitas vezes enrijecidos e esquecidos. Trabalhar com essa temática foi muito interessante, pois buscamos dar novos significados à experiência corporal de ver, tocar, ouvir, sentir...

Nas oficinas sobre a visão, por exemplo, exercitamos a presença e a ausência desse sentido em uma atividade na qual havia uma troca

de papéis entre o participante com os olhos vendados e o outro que o guiava. Houve uma situação muito interessante nesse contexto, pois havia um casal cujo homem sofria de uma deficiência visual grave, e sua companheira o ajudava no dia a dia. Quando fizemos a inversão das duplas, ou seja, quando ele foi o guia e ela passou a ser guiada, percebemos sua ansiedade ao se deixar conduzir.

Ainda sobre essa temática da visão, realizamos outras atividades que procuraram questionar o aspecto seletivo do olho humano, que muitas vezes não percebe as nuances do dia a dia. Em outra oficina, trabalhamos com as várias possibilidades de olhar o mundo por meio da troca de óculos entre os participantes. Cada um vestia as lentes do outro para experimentar as formas de ver e perceber as coisas ao redor. Essa atividade abriu margem para analisarmos e reconhecermos as diferentes perspectivas e visões de mundo.

Os outros sentidos do corpo humano também foram trabalhados ao longo desses anos de experiência, como o olfato, o paladar e a audição. Procuramos aguçar essas sensações por meio de um contato direto com diferentes objetos, como também pelo resgate de lembranças de cheiros, sons e gostos da infância.

Esse trabalho de sensopercepção com o grupo foi deveras significativo. Muitos idosos apresentavam dificuldades em algum dos sentidos, como a perda da audição, da visão, do olfato, do paladar ou até mesmo do tato, devido à maior sensibilidade provocada pelas dores de reumatismos. Dessa forma, ao colocarmos em análise essas restrições advindas com os anos, pudemos vislumbrar outras possibilidades de experimentação dos sentidos, seja pelo seu aguçamento, seja pelo resgate de memórias relacionadas às diversas sensações revividas.

Ao realizarmos atividades a partir dessa temática nas oficinas, julgamos ser necessário analisar em nosso livro a visão dos estudiosos do envelhecimento sobre o corpo idoso. Constatamos, conforme discutiremos ao longo do livro, que muitos insistem em acentuar a perda da acuidade dos sentidos e não suas potencialidades de experimentação, encerrando esse corpo em uma materialidade instituída e engessada.

O papel da linguagem nas oficinas

A função da linguagem como possibilidade de ruptura e subversão do instituído, conforme destaca Roland Barthes em seu texto *Aula* (1996), foi nosso referencial no trabalho com a palavra nas oficinas ou nas *ofissignas,* de acordo com o neologismo criado, certa vez, por um estagiário, para nomear especificamente as oficinas que tinham o signo e o processo de produção de sentido como alvo (Justo et. al., 1997, p.95).

De acordo com Barthes (idem), a língua possui um caráter eminentemente fascista por impor uma forma de dizer: uma gramática por si só é constrangedora das múltiplas condições de possibilidades de produção de sentidos. Segundo ele, o fato de a enunciação ter que se fazer a partir de um *eu* ou um *tu* já representa um amordaçamento e constrição da linguagem. Porém, adensa essa tese radical o fato de que não é possível sobreviver fora da língua e, portanto, o que resta é trapacear com ela, como fazem os poetas. Era o que buscávamos fazer modestamente, sem a pretensão de produzir grandes revoluções ou golpes criativos na linguagem.

Algumas *ofissignas* foram marcantes. Em uma delas, propusemos ao grupo a recriação de mensagens padrão utilizadas em datas comemorativas como o natal e ano novo ou as mensagens de felicitações de aniversário. O objetivo foi questionar a estereotipia de tais mensagens prontas e reinstituir a condição de fruição da linguagem mediante uma participação ativa de cada membro do grupo na construção de sentidos e experiências com a palavra. Em outra ocasião, o alvo foram os ditados, frases e dizeres populares, veiculadores de mensagens normativas, tais como "Deus ajuda quem cedo madruga". A proposta era subverter esses ditados, desconstruí-los e possibilitar a eclosão da polissemia, ou melhor, a produção de sentidos inversos àqueles cristalizados e assimilados mecanicamente.

Muitas outras oficinas tiveram a linguagem como centro do trabalho, utilizando-se como expediente, por exemplo, a produção de autobiografias, de poemas coletivos, relatos de "causos", escrita de cartas para entes queridos, produção e divulgação de mensagens em murais ou por meio de pequenos livretos e assim por diante.

Explorávamos as conexões possíveis da linguagem com o pensamento, a memória, a percepção, a práxis, os relacionamentos emocionais, afetivos e sociais, enfim, com toda a constelação que compõe os processos de subjetivação.

A velhice e a lei

Para analisar com o grupo a emergência e a configuração da velhice na atualidade, utilizamo-nos de várias estratégias nas oficinas. Por exemplo, tematizamos com os idosos o papel da lei na produção social da velhice e recorremos ao Estatuto do Idoso para analisar e refletir os direitos e deveres que lhes são consignados e o tipo de envelhecimento nele concebido e implementado. Muitos participantes desconheciam seu conteúdo, por isso providenciamos cópias do Estatuto, realizamos uma apresentação sobre as principais leis e promovemos um debate sobre suas implicações. Por fim, confeccionamos diversos cartazes sobre cada aspecto da legislação, que foram expostos na Universidade, nos postos de saúde, pontos de ônibus e no comércio em geral.

A partir dessa atividade, percebemos que seria indispensável cartografar as políticas públicas dirigidas à velhice em nosso livro, pois elas poderiam nos fornecer elementos importantes para analisarmos a visão do Estado sobre essa população e as estratégias de gestão do envelhecimento, conforme discutiremos adiante.

Cabelos brancos na rua: a ocupação dos espaços urbanos pela terceira idade

Um dos princípios básicos das oficinas estabelecia a saída paulatina do grupo do espaço no qual habitualmente se reunia para se pôr em movimento, deixar-se afetar por cineses, circular por recantos desconhecidos e habitar novos espaços. Afinal, se era imprescindível expandir o universo da velhice e da terceira idade e romper com práticas de reclusão, não se poderia mantê-los confinados em uma sala de reuniões nem mesmo nos interiores da Universidade.

A saída da toca era fundamental e fazia-se mediante incursões por regiões cada vez mais distantes e estranhas: primeiro, os corredores do prédio e áreas adjacentes à sala de reuniões do grupo, realizando entrevistas, afixando mensagens em murais e paredes, promovendo uma festa junina no saguão, por exemplo; depois, visitando e fazendo intervenções em espaços do *campus* para, finalmente, aventurar-se pela cidade, sobretudo, pela "cidade proibida".

Realizamos passeios por lugares diversos, como museus da cidade, parques, bailes do clube da terceira idade e, em ocasiões mais raras, lançamo-nos com mais arrojo aos espaços "proibidos", por exemplo, levando o grupo a uma "balada" de uma prestigiada casa noturna frequentada por jovens.

Ainda que as visitas e "invasões" de redutos que proscrevem a velhice não tenham se realizado na intensidade desejada, elas serviram como experiência paradigmática da importância e das possibilidades de romper com as especializações e guetificações dos espaços urbanos, fundamentais na produção de estigmas e na modelação da subjetividade.

Além das intervenções diretas nos espaços da cidade, ela foi tema de oficinas que possibilitavam interrogá-la e situá-la no plano simbólico. Programávamos exercícios individuais de perambulação por lugares não frequentados, ainda que fossem os arredores do próprio bairro, ou simples mudanças de itinerários ou ainda de localizações habituais, como o lugar que comumente ocupavam na igreja ou no ambiente doméstico.

Essas experimentações com o grupo incitaram-nos a refletir sobre a presença e as memórias da velhice acerca da urbe e sua relação com o espaço diante das incitações do mundo contemporâneo, conforme será desenvolvido neste livro.

Remexendo o baú de memórias

As oficinas sobre a memória talvez tenham sido as principais ferramentas de nosso trabalho para promover nosso objetivo com

o grupo. Era preciso testar a herança construída ao longo da vida e também aquela transmitida pelos antepassados, da qual esses idosos eram portadores. O legado cultural, para nós, era o bem maior que cada um possuía, pois no relato de histórias de vida havia a memória coletiva de um tempo. Por isso, julgamos necessário abordar algumas reflexões acerca dessa temática em nosso livro.

Dessas atividades sobre a experiência narrativa resultaram diversos cartazes e revistas que circularam na Universidade. A primeira revista que confeccionamos chamava-se *O dinossauro e suas histórias*; o nome foi criado e escolhido pelos próprios participantes. O conteúdo da revista era todo de causos e lendas de terror. Histórias de bruxas, mulas sem cabeça, fantasmas, lobisomens, cemitérios e velórios, heranças de um mundo fantástico perdido na memória. Por meio dessas histórias, questionamos o lugar, ou melhor, o não lugar desse legado cultural, pois até mesmo muitos netos dos participantes não se interessavam por elas.

Com as oficinas sobre a memória, analisamos a condição de narrador do idoso, uma prática hoje quase anulada, pois suas histórias muitas vezes carecem de ouvintes a quem testar suas heranças. Ecléa Bosi, em sua obra *Memória e sociedade* (1987), menciona que a memória só pode existir quando evocada por outrem. Encontramos essa situação em nosso grupo, quando, ao incitarmos as lembranças, muitos dos participantes alegavam que haviam praticamente se esquecido de diversas histórias de vida. Essas memórias ganharam corpo em forma de relatos, fotografias ou objetos trazidos para as oficinas.

Editamos, ainda, o segundo volume de *O dinossauro e suas lembranças* (com o subtítulo "recordar é viver"), no qual recorremos a memórias de costumes, hábitos e práticas do dia a dia, como o cuidado com o próprio corpo e o zelo pelo outro. No terceiro volume, realizamos um levantamento das doenças, dos medicamentos caseiros e simpatias utilizados para a cura dos males da época. A produção do grupo foi bastante extensa, e constatamos uma série de práticas hoje já extintas.

Esses dois trabalhos ajudaram a refletir sobre a sujeição do homem moderno ao estatuto médico e científico, que extirpa do sujeito sua

condição de cuidar de si e do outro, inserindo-o na lógica da governabilidade e pedagogização da vida humana, ainda mais acentuada na velhice. Tais observações fizeram-nos recorrer à reflexão sobre o papel da ciência na construção das categorias de envelhecimento e nas práticas de gestão dessa população para a elaboração de nossa cartografia.

Nas oficinas, buscamos os movimentos de contrapoder e as possibilidades de linhas de fuga com relação a esses paradigmas dominantes sobre a população idosa. Mas muitas dessas linhas se perderam ou se aprisionaram a discursos instituídos. Há pouco tempo, ao solicitarmos que o grupo levantasse propostas de temas para oficinas, um participante pediu a presença de um médico geriatra para falar sobre as doenças da velhice e os cuidados com o corpo para "envelhecer bem". Não podemos deixar de assinalar nosso espanto diante dessa sugestão, depois de tanto tempo pensando que estávamos quebrando estereotipias. De fato, o saber especialista encontra-se amplamente difundido no cotidiano. Mas qualquer prática que pretenda problematizar o instituído é um exercício constante de enfrentamento dos saberes hegemônicos e que, mesmo assim, pode ser capturada pelas forças da biopolítica (Pelbart, 2003) instituídas no contemporâneo.

Terceira idade, velhice e a finitude humana

A experiência com grupos de idosos, além de se constituir em um espaço de exercício do pensamento, é também a possibilidade de entrar em contato com a condição de finitude a que somos sujeitos. Ao longo de nosso trabalho, pessoas muito queridas deixaram-nos para sempre. Vivenciar esses lutos, sem dúvida, foi uma vivência radical para nós e para o grupo: o fantasma da morte e da dor elaborados a partir do enfrentamento das perdas em uma relação com a vida e o pensamento. Além da falta dessas pessoas tão caras para nós, outros participantes tiveram de abandonar o grupo por adoecimento. O corpo, muitas vezes cansado, pedia repouso.

A morte continua indecifrável e incontornável, apesar de todos os avanços das ciências e das demais tentativas de dar-lhe um con-

torno e uma inteligibilidade aceitável, como a religião. Os grupos da terceira idade constituem-se ambiguamente em relação ao espectro da morte: por um lado, fornecem o amparo e a presença dos outros, confirmando a possibilidade da manutenção e do prolongamento da vida; por outro, na medida em que aqueles que estão ao lado sucumbem, vem à tona a constatação de que ela continua em sua insidiosa ronda.

As preocupações, temores e receios pela iminência da chegada da morte imiscuíam-se em contos e causos, em narrativas nas quais ela é a personagem principal ou o *plot* (núcleo central) da história, como, por exemplo, em histórias que contavam sobre os cuidados com os mortos velados em casa e até mesmo em situações cômicas relacionadas a esses eventos. Certa vez, uma pessoa do grupo contou que o tradicional cafezinho servido em um velório caseiro fora feito com a água com que haviam dado banho no defunto. Lendas ou realidades à parte, a questão é que essa temática da morte e da experiência da finitude está posta sempre no grupo, seja pela perda de algum ente querido, seja pelo afastamento de um participante por adoecimento.

Essa geração que hoje denota a velhice e a terceira idade apresentou uma convivência maior com a presença da morte. As tantas histórias e casos de velório que relatam não deixam dúvidas da proximidade que mantinham com a morte ou mesmo com a doença, tratada em casa.

Atualmente, com o poderoso arsenal médico e científico, a finitude humana é tratada por uma série de procedimentos que transformaram a morte em uma experiência distal, asséptica e higiênica. A internação do doente, os exíguos horários de visitação e a delegação dos cuidados do enfermo aos médicos e enfermeiros criam um distanciamento em relação à morte e um certo cordão de isolamento entre aquele que se encontra na iminência de morrer e os outros que lhe são próximos.

O prolongamento da vida e as tecnologias médicas colocam a experiência com a morte como algo intangível e afastado do ser humano. Além disso, o morrer tornou-se objeto de mercado de funerárias, floriculturas, cemitérios e velórios ávidos em oferecer seus serviços.

A relação do homem com a finitude passa por diversos intermediários que cada vez mais distanciam o sujeito da sua condição de ser finito.

A experiência com o grupo da terceira idade, nesse sentido, também é disparadora dessas questões relacionadas à presença da morte no curso da vida. No caso das oficinas, vivenciamos essa relação de maneira muito próxima e, passado o luto, o desejo pela eternidade ia além da presença física daqueles que se foram, pois, tal como dizia o poeta Drummond,

> Por muito tempo achei que a ausência é falta.
> E lastimava, ignorante, a falta.
> Hoje não a lastimo.
> Não há falta na ausência.
> A ausência é um estar em mim.
> E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
> que rio e danço e invento exclamações alegres,
> porque a ausência, essa ausência assimilada,
> ninguém a rouba mais de mim.

Cenas introdutórias do itinerário cartográfico

Esses relatos arquivados na memória e agora testados são o ponto de partida, os primeiros passos, para apresentar o percurso percorrido na construção de nossa cartografia sobre o envelhecimento na contemporaneidade. Uma trajetória que nos apresentou alguns caminhos de possibilidades para a análise da compreensão desse fenômeno no mundo atual, cujas principais vias foram a velhice e a terceira idade, diferentes faces da relação do homem com sua condição de finitude nos espelhos do tempo.

Retrato

Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração
que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
– Em que espelho ficou perdida a minha face?

Cecília Meireles

APRESENTAÇÃO

"Eu não tinha esse rosto de hoje..."

Foi no ano de 1970 que Simone de Beauvoir lançou o livro *A velhice,* que até hoje é referência na área das ciências do envelhecimento. A denúncia da condição de abandono da velhice pela sociedade em geral ecoa ao longo de toda sua obra, cujo intuito, de acordo com a autora, era quebrar a conspiração de silêncio em torno dessa população. Já na apresentação de seu texto, a autora faz um apelo: "é por isso que urge quebrar esse silêncio: peço aos meus leitores que me ajudem a fazê-lo" (1990, p.14).

O silêncio social em torno da velhice expresso no abandono e no descaso dessa população apontava o modo pelo qual a sociedade tratava seus velhos: como um refugo. Essa era uma das faces da velhice, estigmatizada e indesejável, objeto de obras de caridade, confinada em asilos ou na solidão do desamparo familiar e social e preterida no âmbito das políticas públicas.

Mesmo que tenham surgido leis que procuram garantir a proteção aos idosos, resquícios dessa velhice indesejável são encontrados com facilidade ainda hoje, seja de forma explícita, como a violência praticada contra os velhos nos espaços urbanos e no interior das famílias, seja travestida de outras faces, como o aumento excessivo da prática de cirurgias plásticas a fim de evitar os efeitos do envelhecimento.

Atualmente, a regra é não envelhecer. Não somente a velhice por si só é indesejável, mas a finitude humana também o é. Por isso o envelhecimento permaneceu na orla social por tanto tempo como uma espécie de tabu, da ordem de um interdito em relação ao qual o silêncio seria o melhor aliado.

Essa velhice silenciada, da qual Beauvoir se fez porta-voz, aos poucos foi encontrando ressonâncias em alguns setores da sociedade, como o meio acadêmico, os serviços de assistência social e o poder público. O que antes era uma conspiração de silêncio em torno da velhice passou a uma intensa produção discursiva sobre o assunto, desvelando e engendrando outras facetas desse rosto, mais revitalizado e valorado, com alguns traços diferentes daqueles descritos por Simone de Beauvoir ou pela poeta Cecília Meireles, "assim calmo, assim triste, assim magro, nem estes olhos tão vazios nem o lábio amargo". Entra em cena uma nova velhice... "Eu não dei por esta mudança,/tão simples, tão certa, tão fácil."

A face da velhice, na atualidade, apresenta, enquanto construção social, aspectos muito diferentes em relação àquela que se exibia no início do século XX. Até mesmo a nomenclatura para essa fase da vida modificou-se com o aparecimento de outras designações. Terceira idade, melhor idade, feliz idade, maturidade, segunda juventude...: novas materialidades, novos sujeitos e novos procedimentos para referir-se à velhice, assim como alusões a novas possibilidades de vivê-la.

Não somente as palavras, mas também os signos óticos e as imagens visuais, registram as mudanças da produção de sentido sobre a velhice. Ao olharmos fotografias antigas com idosos, identificamos alguns signos típicos da velhice de épocas passadas: senhores com ternos, chapéus e bengalas, e senhoras com vestidos mais recatados e cabelos penteados. Se antes a valorização do homem velho era calcada no signo do recato, do comedimento, da sobriedade, da sabedoria, da experiência de vida, hoje ela também passa pela possibilidade de ser uma fase de realizações, de atividade, de atualização, de acompanhamento das inovações e modismos, como se pode observar na iconografia expressa, por exemplo, nas novelas e anúncios comerciais dirigidos para esse segmento. Certamente, essa velhice modificou-se,

ou pelo menos abriu-se um leque maior de modos de ser e de viver essa fase da vida.

A mudança do olhar sobre a velhice e também do próprio velho é acompanhada por um importante fato ocorrido no século XX: o envelhecimento da população. Com o aumento da expectativa de vida e a queda da taxa de natalidade, ao longo das últimas décadas, temos assistido a um processo de envelhecimento populacional em nível mundial, relatado em pesquisas desde a década de 1950 (Martins, 1997).

O mundo está mais velho. Conhecido por ser um país jovem, o Brasil tem ficado cada vez mais grisalho. O progresso científico, a biotecnologia, os métodos contraceptivos, a maior produção e o acesso a medicamentos, enfim, poderíamos elencar uma série de fatores que podem ter contribuído para o aumento da expectativa de vida. Mas esses não seriam fatores isolados, pois um processo ainda mais complexo aconteceu em poucas décadas, levando a velhice a um *status* até então inalcançado, promovendo mudanças na forma de ver e viver o envelhecimento: a visibilidade social.

Tais mudanças com relação à velhice configuraram-se na medida em que ela se expandiu na composição demográfica. O aumento do número de idosos, praticamente em proporções globais, gerou a visibilidade desse segmento e, como um objeto socialmente visível e uma presença cada vez mais insistente, ele acabou por tornar-se um problema social. Outro fator importante na modificação do olhar sobre a velhice foi seu forte impacto na economia e em outras esferas da sociedade, criando a premente necessidade de delimitar essa população, caracterizá-la, conhecer seu potencial, estabelecer sua funcionalidade, enfim, geri-la de forma eficiente.

Na sociedade brasileira, a visibilidade alcançada pela velhice deve ser analisada por um duplo movimento que segue sua transformação em preocupação social (Debert, 2004). De um lado, houve um processo de socialização progressiva da gestão dessa categoria. Por muito tempo, ela foi considerada como objeto da esfera privada e familiar. Cabia aos parentes e familiares ou à iniciativa de associações filantrópicas cuidar de seus idosos. Com a constituição de um saber

específico, por meio da gerontologia e da geriatria, e com o advento da aposentadoria sob responsabilidade do Estado, a velhice passou a ocupar o lugar de objeto de gestão pública.

Entretanto, temos assistido a um processo de reprivatização da velhice, no qual o idoso é incitado a dobrar-se sobre si mesmo à procura de realização e satisfação pessoal, resgatando projetos antigos e buscando o prazer individual. Nesse movimento, as mudanças ocorridas em relação ao olhar sobre essa fase da vida sugerem a revisão de estereótipos, que vem sendo substituídos por outros, principalmente com a emergência e propagação do conceito de terceira idade.

Esse conceito sugere algumas diferenças em relação ao de velhice. Assim como a criação do conceito de adolescência, no século XIX, como fase intermediária entre a infância e o mundo adulto, os conceitos de meia-idade, terceira idade e aposentadoria ativa emergem interpostos à etapa adulta e ao envelhecimento em meados do século XX.

A criação de conceitos intermediários entre a maturidade e a velhice provocou mudanças significativas no modo de olhar e viver essa fase da vida. Atualmente, a aposentadoria deixou de ser o marco de passagem da fase adulta para a velhice propriamente dita (idem), principalmente a partir de novas políticas que visam alocar o tempo dos aposentados e criar outros estilos de vida. Nesse sentido, há uma intensa produção de demanda para o consumo de produtos destinados a essa população e a propagação da ideia de que a velhice é uma fase própria para o resgate e a realização de sonhos adiados ou não concretizados durante a existência do indivíduo.

Esses novos sentidos dirigidos à velhice, que procuram subdividir essa fase e extrair dela uma categoria de idade cronológica intermediária, colocam-se mais adiante da questão do aumento da expectativa de vida da população. A invenção da terceira idade foi possível graças à forte incitação econômica gerada no mercado capitalista frente ao potencial de consumo dessa população. De acordo com Laslett,

> essa invenção requer a existência de uma "comunidade de aposentados", com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de

> saúde, independência financeira e outros meios para tornar reais as expectativas de que essa etapa é propícia à realização e satisfação pessoal. (apud Debert, 2004, p.19)

A abertura do mercado à velhice é algo recente em nossa sociedade. Até algumas décadas atrás, o que se tinha voltado para essa categoria resumia-se em remédios, asilos, assistência à saúde ou alguns poucos objetos de consumo, como o ramo do vestuário. Hoje em dia, o mercado dispõe de uma série de produtos e serviços direcionados a essa população, sobre os quais discutiremos no decorrer de nosso livro.

Tantas mudanças com relação ao objeto denominado velhice saltam aos nossos olhos de maneira complexa e emaranhada; são linhas que emergem ao longo da tentativa de traçar um rosto, cuja face transborda diferentes signos e impressões.

"– Em que espelho ficou perdida a minha face?" Os versos de Cecília Meireles descrevem bem nossas inquietações, suscitadas ao olharmos os contornos do envelhecimento. Ao traçarmos suas linhas, perdemo-nos diante de seus vários rostos. Terceira idade, velhice, velho, ancião, melhor idade, feliz idade, idoso, maturidade, enfim, diferentes percursos que revelam diversas inscrições e sentidos com relação a essa fase da vida.

A necessidade de diferenciar e conceituar essa faixa etária parece ser uma preocupação que revela algo curioso: a velhice foi finalmente descoberta. Não apenas o mercado descobre o potencial desse segmento, como também o estado de direito registra seu reconhecimento mediante a criação de leis específicas. O Estatuto do Idoso, elaborado em 2003, ao estabelecer os direitos dessa população, evidencia sobretudo o reconhecimento social desse segmento. A ciência, por meio da gerontologia e da geriatria, alavanca pesquisas e cria especialidades médicas. Novos corredores de circulação são abertos à velhice, que é convidada a sair do confinamento do lar e mostrar sua face em bailes, clubes de convivência, projetos de universidades abertas à terceira idade (Unatis), no comércio e no turismo.

É certo que, ao lado dessas e de outras tantas novas ofertas de espaços sociais, existe ainda uma velhice segregada pela sociedade. Nesse cenário, o abandono, o preconceito e a desvalorização ainda recaem sobre o idoso de forma violenta. Casos de maus-tratos no comércio, nos transportes coletivos, nas ruas e até no interior da família são cada vez mais comuns. Algumas dessas ocorrências são noticiadas nos jornais, porém muitas são silenciadas no âmbito social e pelos próprios idosos, às vezes por desconhecerem seus direitos ou ainda por se sentirem envergonhados e até culpados pelas situações em que foram vítimas de algum tipo de violência.

Como podemos observar, os modos como a sociedade lida com e percebe a velhice são variados. Propusemo-nos tratar essa temática nas Oficinas de Psicologia com a velhice e a terceira idade. Na ocasião, pedimos aos participantes do grupo que procurassem uma palavra que pudesse expressar a condição do idoso, na sociedade atual, e a maneira como eles próprios se percebiam. As respostas foram as mais diferenciadas, tais como esquecido, abandonado, desrespeitado, desprezado, valorizado, experiente, incapacitado, usado, bom, conselheiro, respeitado na família, sentir-se bem, parar no tempo, doenças, saúde, poeta, conformado, viver melhor, espanto, disposição, felicidade, diversão, privilégios, sair mais, ser mais feliz agora.

O conjunto desses campos de sentidos revela, grosso modo, percepções associadas a corredores semânticos positivos e negativos. Por um lado, têm-se formas expressivas associadas a uma vida melhor na velhice, uma fase mais feliz, com poesia, diversão, saúde, cercada de privilégios, valorizada e desconfinada do lar. Por outro lado, aparecem imagens extremamente negativas, como a de uma velhice esquecida, abandonada, desvalorizada, incapacitada e doente.

A coexistência de significações tão contraditórias sugere um momento de transição do *status* da velhice, de um lugar desprestigiado para outro um pouco mais valorizado e dentro de uma demanda social de refuncionalização do idoso. Em nossos dias, o mercado não descarta mais qualquer espécie de consumidores, criando necessidades específicas e realizando uma inserção social baseada no

consumo. Esse parece ser o caso da velhice, um dos últimos redutos agora cooptado pela economia capitalista.

O momento de transição pelo qual passa a velhice parece delinear, na atualidade, contornos diferenciados e ímpares, tal como se pode constatar a partir das falas anteriormente mencionadas. A descoberta da terceira idade pela sociedade contemporânea, ainda que diferenciando um segmento da velhice, fomenta outros olhares construídos acerca do idoso. Em nosso livro, temos por objetivo mapear algumas ressonâncias da revitalização da figura da velhice, que atualmente surge como uma importante categoria social e econômica.

A velhice da qual falamos se apresenta a partir de diferentes materialidades, sujeitos e procedimentos, uma vez que as possibilidades de envelhecimento, na contemporaneidade, encontram-se circunscritas a duas formas de sujeição, a saber, o conceito de velhice e a emergência e difusão do conceito de terceira idade. Cada um desses aspectos trata da finitude humana com base em objetos, sujeitos, procedimentos, saberes, instituições, discursos, práticas, regimes de verdade, condições de exercício de poder e condições econômicas que diferem entre si. No presente livro, traçaremos alguns perfis dessas duas faces do envelhecimento, emergentes na atualidade, mediante ensaios calcados na literatura sobre o idoso e na nossa experiência de trabalho com grupos da terceira idade.

Como um objeto complexo, o envelhecimento humano inscreve-se em diferentes planos conectados entre si. A compressão do tempo e do espaço, como plano social de fundo, promove outra inscrição do homem no mundo contemporâneo (Harvey, 1998; Virilio, 1996), cujas consequências ressoam nos modos de ver e vivenciar a finitude. A aceleração do ritmo da vida e a ampliação dos espaços sociais também afetam a velhice, que passa a ser vista e tratada como uma fase que pode receber algum aditivo para incrementar a circulação dos idosos. A ciência e demais produções discursivas, somadas às políticas públicas, ao criarem a categoria denominada idoso ou terceira idade, promovem um conhecimento racional e instrumental do qual o mercado se apropria, para produzir demandas apresentadas como dessa população. Até mesmo a memória e a narrativa na velhice, tidas

como bens maiores dessa idade, encontram-se diretamente afetadas por todos esses atravessamentos contemporâneos que fomentam uma relação diferenciada do homem com o passado, com a experiência narrativa e com a (im)possibilidade de ter interlocutores no exercício de rememorar e transmitir um legado cultural.

Para dar conta de toda a amplitude que cerca as apresentações do envelhecimento do ponto de vista social, em nosso tempo, elegemos algumas temáticas abordadas em diferentes ensaios, os quais se encontram interligados por diversas linhas, tal qual um mapa em que várias cidades são conectadas por diferentes estradas. Escolhemos alguns destinos cujas rotas poderão nos oferecer uma cartografia do envelhecimento. Um desenho composto de diversos traçados, realizados tanto no encontro com o campo de trabalho, como também em seu distanciamento. Em cada um desses rabiscos dos desenhos, foi-nos possível vislumbrar diferentes aspectos da velhice: sua construção enquanto saber especializado pela ciência, como objeto de intervenção do Estado, como apropriação pelo mercado capitalista, como possibilidades de vivência do envelhecimento pelos sujeitos, como objeto imerso nas conjunturas contemporâneas e tantas outras forças que atuaram em nosso percurso cartográfico.

A pergunta que nos perseguiu durante todo esse percurso foi aquela expressa nos versos de Cecília Meireles: "Em que espelho ficou perdida a minha face?". Afinal, se antes a velhice era silenciada, ignorada e escondida, hoje ela está sendo tão exposta, investigada e colocada em cena por múltiplas imagens e retratos, que estes chegam a embaralhar o olhar e a cognição de quem procura enxergá-la com alguma nitidez. Foram tantas as formas surpreendidas por nós em nossa trajetória, que precisamos nos perder no objeto para que então pudéssemos encontrá-lo.

1
Sobre a cartografia: percursos metodológicos

A cartografia, de acordo com uma definição geográfica, é a ciência e a arte de expressar graficamente, por mapas ou cartas, os variados aspectos de uma paisagem ou de uma superfície. Nessa ciência, o olhar do cartógrafo é parte da construção daquilo que pretende apresentar. Seu percurso, cujas marcas estão registradas no caminho percorrido e em seu diário de bordo, é traduzido em cartas que apontam aquilo que vê e sente.

Nas ciências humanas, a cartografia diz respeito, basicamente, ao mapeamento de signos, rastreando suas formações, contornos de regiões de produção de sentido, tensões que divisam e instauram discursos, estratégias de enunciação e toda significação que recorta um tempo e um lugar. Assim, ela acompanha as modulações que dão formas significativas às relações e afetos entre os homens (Rolnik, 1989).

Como um modo de análise social e de suas narrativas, a cartografia coloca-se como uma das possíveis ferramentas na pesquisa em ciências humanas (Mairesse & Fonseca, 2002). Nessa perspectiva, ela confronta o saber e o fazer pesquisa instituídos na modernidade, tal como o método cartesiano, que fixa um lugar para o pesquisador e para o objeto que se deixa conhecer.

Pesquisas que procuram impor suas verdades universalizantes, arrogando para si o estatuto de ciência, têm por princípio a chamada "neutralidade científica", ou seja, supõem o pesquisador como um elemento neutro, no processo de conhecimento da verdade e do saber, sem estar incitado pelo momento histórico, pelas conjunturas econômicas, políticas e sociais. Como um procedimento tipicamente positivista, a investigação com base no pressuposto de neutralidade realiza uma cisão entre sujeito do conhecimento e objeto a conhecer (S/O). Ao sujeito do conhecimento cabe conhecer a natureza do homem para conhecer a natureza do objeto, uma vez que seu objeto é o próprio ser humano. Nesse caso, a metodologia é o que irá possibilitar a construção da natureza em si do objeto, isto é, conceber sua verdade originária e sua essência (Dreyfus & Rabinow, 1995). Para Patrícia Kirst, "esse é o indivíduo neutro da modernidade que, esterilizado pelo método, adquire a assepsia e a pureza necessárias para investigar o real sem infectá-lo" (2003, p.93).

Na pesquisa cartográfica, o cartógrafo, parte integrante da investigação, não se pretende neutro e com um lugar pré-fixado. Dessa forma, nossa cartografia visa mapear a produção dos processos de envelhecimento, na dimensão social e histórica, especificamente os perfis engendrados na velhice e na terceira idade, mediante concepções criadas sobre elas e as gestões que as tomam como objeto de políticas públicas, no cenário brasileiro contemporâneo.

Para tanto, foi a partir do encontro entre objeto e cartógrafo que os traçados deste livro ganharam seus contornos. O que se pretende não é a configuração de um mapa, na sua totalidade homeostática, nem o desvelamento de uma verdade antes oculta. Nossa ferramenta de pesquisa incita a busca de percursos possíveis, principalmente aqueles investidos de bom sentido ou de um sentido verdadeiro, de tal maneira que escapemos da captura de caminhos anteriormente dados.

As primeiras paisagens de nossa cartografia foram avistadas ainda na graduação, quando do encontro e experimentação com um grupo de idosos que frequentavam as Oficinas de Psicologia, dentro do projeto Universidade Aberta à Terceira Idade, no *campus* da Unesp

de Assis.[1] A partir dessas oficinas, realizadas semanalmente e coordenadas por nós durante mais de quatro anos, surgiram algumas inquietações sobre as várias faces do envelhecimento. Rostos que nos apontavam as diferentes possibilidades de experimentações, como a vivência do luto na viuvez, a constrição ou a expansão dos espaços de circulação social, a vida de senhora recatada, da apaixonada pelos bailes da terceira idade, da alegria de ser avó, bisavó, das dores que tomam conta do corpo, as perdas, a utilização do tempo livre, as saudades e os projetos... Territórios que nos encorajaram a trilhar os diversos percursos referentes a esse objeto tão complexo, com diversas materialidades.

Ao longo desses anos de experiência com o grupo de idosos, uma das oficinas foi deveras intrigante e, ao mesmo tempo, elucidativa. Com o intuito de construir um conceito de velhice, realizamos uma atividade na qual os participantes teriam de se expressar com gestos e comportamentos típicos, de acordo com as várias idades da vida. Na fase referida à infância, eles a representaram de forma lúdica, imitando brincadeiras e fazendo gracejos. O olhar sobre a adolescência foi caracterizado por gestos típicos, tais como um andar desmazelado, o emprego de uma fala com gírias e trejeitos consumistas e frívolos. A fase adulta foi caracterizada pela escassez do tempo, na figura de um adulto envolto com seu trabalho, na correria do dia a dia. Por fim, ao solicitarmos que os idosos representassem a velhice, eles a caracterizaram como uma fase decrépita, como se o corpo estivesse em franco estágio de degenerescência e ruína. Esses gestos chamaram-nos a atenção, pois percebemos claramente que o grupo não se via nessa condição de velhice. Afinal, que velhice era aquela significada por eles? E como esse grupo de fato se representava?

---

1 As oficinas de psicologia com a terceira idade aconteceram semanalmente com um grupo de cerca de 25 idosos. O principal objetivo dessas atividades era construir um espaço grupal de expressão e compartilhamento de experiências comuns a essa faixa etária. A cada encontro, trabalhamos um tema elaborado previamente a partir de questões emergentes do próprio grupo ou dos coordenadores. A estrutura das oficinas era baseada no modelo de grupo-operativo de Pichón-Rivière, contemplando atividades na direção do plano sensorial para o cognitivo e do individual para o coletivo.

Com base nessa atividade, percebemos que um novo movimento se engendrava entre a idade adulta e a velhice propriamente dita. Uma nova face que, aos poucos, foi se diferenciando do que habitualmente denominamos velhice. Estávamos lidando com a terceira idade, que apresenta atributos próprios pela relação do homem com sua finitude, conforme discutiremos ao longo deste livro. Seguramente, essa relação não é a mesma, tal como foi vivida por gerações anteriores, nem segue um fluxo de tempo unidirecional. Portanto, trata-se de conhecer as materialidades que estruturam esses novos desenhos do envelhecimento delineados na contemporaneidade, seja a partir do encontro direto com o campo de trabalho, seja na literatura sobre o tema.

Em nosso trabalho com idosos, iniciado ainda na graduação, pudemos entrar em contato com as mais diferentes histórias de vida. Dessa convivência vinda de muitos encontros surgiram questões de fundo sobre as expressões da condição da finitude humana, principalmente com as narrativas da experiência de vida dos integrantes do grupo, relevos de uma cartografia dotada de diferentes campos de enunciação.

Para a construção dessa cartografia, foi possível observar alguns desenhos expressos em ensaios que se fizeram necessários na compreensão do fenômeno da descoberta da velhice na atualidade. Por isso, os objetos teóricos a serem utilizados serão explicitados de acordo com a necessidade da análise, no momento em que cada um deles for útil à leitura de um dado de pesquisa (Ferraz & Ferraz, 1994). Nesses anos de atuação com o grupo de idosos, pudemos realizar o registro de algumas falas, histórias e imagens que serão empregadas conforme o desenrolar de nosso livro. É importante ressaltar que houve a permissão do grupo para o aproveitamento do material produzido nas oficinas, uma vez que esse material faz parte também da vida desta pesquisadora. Seu conteúdo está inscrito na memória e no pensamento.

Em nosso livro, elegemos alguns percursos para mapearmos a condição da velhice e da terceira idade na contemporaneidade. Para tanto, na primeira parte deste livro, buscamos na literatura sobre o

tema a emergência dessas categorias nas políticas públicas e na ciência, especificamente na geriatria e na gerontologia. Tal ferramenta é necessária e indispensável para compreendermos as materialidades e os atributos envoltos no processo do envelhecimento humano, pois o aumento da população idosa e a consequente aliança entre o Estado e a ciência engendraram novas práticas e saberes que incidem sobre a velhice e a terceira idade hoje em dia.

Ao interrogarmo-nos sobre a condição de envelhecimento na sociedade contemporânea, alguns relevos cartográficos emergiram em nosso livro, levando-nos a analisar sua relação com o tempo, o espaço, a memória, o mercado capitalista e a linguagem, ou seja, as condições de expressão das formas da velhice e da terceira idade na atualidade. Tais ensaios estão calcados na literatura sobre o tema e principalmente na nossa atuação com o grupo de idosos, uma vez que nessa relação sempre procurávamos questionar o lugar da velhice no tempo presente.

As cartas geográficas não se pretendem findas e definitivas. Assim como as paisagens físicas, as paisagens sociais também se modificam, ganham outros contornos. O olhar do cartógrafo constrói uma possibilidade de paisagem, mas o mapa expande-se para além de seus contornos. Por isso, a pesquisa deve comportar espaços vazios de interlocução e de recriação a partir do encontro entre cartógrafo e seu campo de trabalho. Esses espaços fazem-se necessários a fim de que a pesquisa tenha autonomia e possa experimentar as perdas que o conhecimento impõe, porque, de acordo com Kirst et al., o cartógrafo "também quer perder-se, pois é o único modo de ganhar: ganhar a experiência de se rever e de manter um certo grau de desprendimento perante a pesquisa e conhecimento produzido" (2003, p.97). Fundamentalmente, o que se pretende é dar passagem às narrativas e aos afetos da velhice, tantas vezes e por tanto tempo confinada e silenciada. Por conseguinte, esta cartografia não se constitui enquanto um fim, e sim como um meio.

2
Linhas cartográficas: a velhice e a terceira idade

A gestão do envelhecimento nas políticas públicas

"Os países em desenvolvimento envelhecerão antes de se tornarem ricos." Foi com um tom quase profético que a coordenadora do Estudo Global sobre o Envelhecimento e a Saúde Adulta da Organização Mundial da Saúde (OMS), Somnath Chatterji, deu sua declaração por ocasião da divulgação de um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o envelhecimento da população mundial, em 11 de abril de 2007. De acordo com a pesquisa, no ano de 2050, a população idosa será maior do que a de crianças pela primeira vez na História. Para Chatterji, as consequências econômicas e sociais motivadas por essas projeções devem ser objeto de preocupação pública e política: "(...) minha mensagem é que o envelhecimento da população é algo que deve ser abordado. Há uma mudança dramática que atingirá tanto o mundo em desenvolvimento como o desenvolvido" (idem, ibidem).

Os dados da pesquisa demonstram que, no ano de 2050, as pessoas com mais de 60 anos representarão 32% da população mundial, triplicando dos 705 milhões atuais para quase dois bilhões. As projeções indicam um significativo aumento do número de idosos, em nível global. A Europa deverá ter 35% de sua população idosa;

a América do Norte, 27%; a África, 10%; a América Latina, 24%, enquanto a população infantil deve diminuir um terço, chegando a 19% nos países em desenvolvimento e a 16% nos chamados países desenvolvidos.

Dados como esses e tantos outros que dizem respeito à vida humana não são novidades na imprensa ou no meio científico. O emprego de estatísticas e de projeções em pesquisas que envolvem indicadores humanos constitui-se em uma estratégia para sensibilizar e mobilizar tanto os indivíduos quanto os governos para o que parece ser imprescindível no corpo social: é preciso gerir a vida da população.

Essa gestão (Castel, 1987; Foucalt, 2003 e 2006) envolve uma série de expedientes que auxiliam a construção de um modelo de gerência da vida humana. A demografia é um desses pilares. De acordo com o *Dicionário Aurélio*, demografia é o "estudo estatístico das populações, no qual se descrevem as características de uma coletividade, sua natalidade, migrações, mortalidade etc.". Para a gestão da população, essa ferramenta torna-se imperiosa, visto que está ligada aos dimensionamentos econômicos e sociais, ou seja, aos custos despendidos no governo das populações. Com base em indicadores, são elaboradas as políticas públicas que ditam as formas de organização e gestão da vida humana.

Os dados destacados pela ONU na recente pesquisa sobre o envelhecimento mundial mais uma vez buscam alertar para a necessidade de elaborar políticas para a velhice. Projeções como essa datam de algumas décadas atrás, quando a população idosa adquiriu visibilidade por meio da divulgação de estatísticas como as realizadas pela ONU, pela OMS e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados levantados por essas organizações buscavam alertar os governos para a necessidade de um plano de gestão do envelhecimento populacional, atribuído aos avanços da medicina, ao aumento da expectativa de vida e à diminuição da taxa de natalidade. Dessa maneira, a inversão da pirâmide etária acabou por transformar-se em um problema de ordem pública, principalmente por acarretar demandas de investimento econômico dirigido para a atenção a essa população tida como economicamente inativa.

No caso do Brasil, a preocupação com a temática do envelhecimento populacional também se traduziu na divulgação de pesquisas cujos dados demográficos apontavam um aumento da população idosa em nosso país (a este respeito ver Canoas, 1985; Haddad, 1986; Kaufmann, 1982; Magalhães, 1986; Martins, 1997; Salgado, 1978; Simões, 1998; Veras, 2003). Atualmente, segundo os dados do IBGE, o Brasil conta com uma população de 13 milhões de habitantes com mais de 60 anos, com estimativas de que, após o ano de 2020, o País terá aproximadamente trinta milhões de idosos e poderá ser considerado o sexto em população idosa no mundo. A partir de pesquisas como essa, que destacavam o inexorável aumento do número de idosos, a velhice acabou por transformar-se em um novo problema social para o País.

Desde a década de 1950, as pesquisas que abordam o envelhecimento populacional são amplamente divulgadas, com o intuito de chamar a atenção para o problema social emergente na época. No entanto, não é o fato isolado do aumento do número de idosos no país que constitui por si só uma problemática. Enquanto objeto construído e produzido historicamente pela sociedade, a velhice tem implicações políticas, econômicas e sociais que dizem respeito, inclusive, à necessidade de dar visibilidade e de engendrar uma política de gestão e controle dessa população em franco crescimento. O crescimento do número de idosos criou uma preocupação em diversos segmentos da sociedade acerca dos velhos: o que fazer com esse contingente humano?

Para Milnitzky et al., "a velhice ganha visibilidade quando se põe em xeque a própria sociedade, impondo-se como um *risco social*, que deve ser enfrentado com políticas públicas" (2004, p.59, grifos nossos). Que riscos sociais a velhice poderia trazer ao mundo público? Ao ser enquadrada como categoria de risco, a velhice torna-se um objeto de gestão e controle social, já que o envelhecimento da população tornou-se uma espécie de ameaça à continuação da sociedade (Debert, 1998 e 2004).

Uma das grandes preocupações de diversos governos refere-se à previdência social. No Brasil, essa questão tem suscitado muitas

discussões e reformas, sem que as medidas tomadas revertam na pretendida melhora do que se denomina "grande rombo" nos cofres da previdência. O aumento do número de idosos, nesse sentido, é tido como um risco à própria continuidade dos benefícios da aposentadoria, hoje um direito universal em nosso país.

A emergência da aposentadoria no contexto brasileiro pode ser compreendida como resultado de modificações ocorridas nas práticas de assistência à população carente (Groisman, 2001). Aos poucos, as empresas e o próprio Estado assumiram um papel até então ocupado pelas entidades filantrópicas. A institucionalização da aposentadoria, com base no critério da idade, promoveu uma homogeneização dessa camada da população ao relacionar a velhice à incapacidade para o trabalho:

> (...) a aposentadoria causou uma profunda modificação nos significados da velhice. Associando a velhice à invalidez, tornou a idade um fator determinante para o afastamento do indivíduo do trabalho, independentemente de suas reais condições de saúde (idem, p.53).

A palavra *inativo*, de acordo com o *Dicionário Aurélio*, significa inerte, ou seja, aquele que não age. Essa designação é bastante utilizada no Brasil para referir-se aos aposentados. Inativos no trabalho ou na economia, como são chamados, muitos idosos aposentados têm-se dedicado atualmente, contudo, a outras atividades de complementação de renda. Em algumas cidades, há agências especializadas em empregar esse tipo de mão de obra. A necessidade econômica ou o desejo de não se tornar inativo têm ajudado a promover outras possibilidades de vivência da aposentadoria que, presentemente, é um importante meio de sobrevivência de diversas famílias sustentadas por idosos, além de constituir questão preocupante para alguns especialistas, os quais acreditam ser necessária uma preparação adequada para entrar nessa nova fase da vida.

A preocupação com a aposentadoria para a velhice, no Brasil (Haddad, 1986), data de 1923, quando foram criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), inicialmente destinadas aos

ferroviários, estendendo-se aos estivadores, em 1926. Desde 1930, somaram-se às CAPs os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), fundados pelo Estado a fim de atender apenas a algumas parcelas da população urbana economicamente ativa, de acordo com determinadas categorias profissionais. Elaborada no governo de Getúlio Vargas (1951-1954), a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) foi promulgada em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, com o intuito de uniformizar a legislação previdenciária com relação às contribuições salariais.

Leis e portarias sobre a previdência social foram construídas, derrubadas e aprimoradas segundo diferentes governos que ocuparam a presidência do País. É possível notar que, aos poucos, a previdência social dirigida aos idosos adquire *status* de política governamental, sendo necessária sua gerência e controle. Os contornos de uma velhice como um problema de Estado começam a se delinear.

Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, em 1973, foi garantida ao segurado da previdência a aposentadoria aos 60 anos para as mulheres e aos 65 para os homens. A chamada aposentadoria por velhice foi estabelecida a partir dos 65 anos para mulheres e dos 70 para os homens. As garantias de aposentadoria normalizadas pela lei acontecem em um momento em que a sociedade civil inaugura o Movimento Pró-Idoso (Mopi), no ano de 1972, o qual, junto a entidades públicas e privadas, buscava promover a integração e a participação do idoso no campo social. Nota-se que há uma busca pelo reconhecimento do homem idoso como parte integrante da sociedade, pleiteando-lhe um lugar e algum modo de participação.

É nos anos de chumbo da ditadura militar, mais especificamente em 1974, que o então presidente General Geisel assina a Lei nº 6179, que dispõe sobre o "amparo previdenciário" para idosos acima de 70 anos e para inválidos incapacitados pelo trabalho. O direito a meio salário mínimo vigente ou a 60% do salário do local de trabalho era garantido aos trabalhadores contribuintes do INPS por um período de pelo menos 12 meses. Esse benefício, na época muito comemorado e elogiado, foi concedido em um momento em que se apregoava,

com ufanismo o "milagre brasileiro". Sob a máscara de seguridade social, seu objetivo era reduzir a mendicância na velhice, tida como um problema nessa época de domínio militar e de atos institucionais. Ou seja, mais uma estratégia para abrandar, mascarar a miserabilidade social com medidas populistas e paliativas, ainda hoje empregadas na máquina de produção de políticas de assistência social.

A criação, ainda em 1974, do Programa de Assistência ao Idoso (PAI), ligado inicialmente ao INPS, procurou formar grupos de convivência com idosos segurados da previdência, com o objetivo de criar condições de promoção social dos participantes por meio de uma série de ações como atividades físicas, recreativas, culturais etc. (Silva, 2006). No ano de 1977, esse programa foi expandido para a Legião Brasileira de Assistência Social e, em 1979, passou a ser responsável pela assistência ao idoso em todo o País, em parceira com ONGs, estados e municípios. Aos poucos, a velhice começa a tornar-se objeto de gestão do Estado por intermédio de medidas que visavam criar uma imagem de envelhecimento ativo com base em uma série de programas direcionados aos idosos (Cardoso, 2004), como o já mencionado PAI, embrião dos atuais clubes voltados para o segmento chamado de terceira idade.

A preocupação com o processo de envelhecimento populacional levou, em 1978, à criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), na Câmara dos Deputados Federais, a fim de investigar soluções e práticas para a problemática do idoso, uma vez que as estatísticas já alardeavam o crescimento do número de velhos no País (Salgado, 1978). Na ocasião, o professor de Administração Regional do SESC-SP, Marcelo Antônio Salgado, foi convidado pelos parlamentares para prestar depoimento sobre a atuação da referida entidade com seu programa direcionado à população idosa.

De acordo com a declaração de Salgado à Comissão, a velhice não se constitui por si só em um problema social e se diferencia das demandas sociais de outros níveis etários. Na ocasião de seu depoimento, o professor questionou a falta de iniciativas políticas para com os idosos, alegando que os governantes se voltavam somente para a juventude, e alertava-os para a urgência de uma política para

a velhice, principalmente no preparo do indivíduo para a aposentadoria, mantendo-o ativo e útil, pois quando o aumento do número de idosos no país não é processado pela sociedade, a velhice passa a ser um problema social e objeto de intervenção política.

Sob a égide do processo de envelhecimento populacional, percebemos que essa fase da vida acabou por transformar-se em uma nova demanda social, com a necessidade da atuação direta do Estado na elaboração de políticas no direcionamento da última etapa da vida, para além da questão previdenciária. Além disso, a aposentadoria já é sinalizada na fala de Marcelo Salgado como um objeto problemático, e seria necessária a preparação do indivíduo para esse ritual de passagem para a velhice. Nesse sentido, a preocupação da medicina e do Estado também se voltará para esse aspecto da aposentadoria, principalmente na gestão e administração do tempo ocioso do idoso aposentado, conforme veremos mais adiante.

No Estado de São Paulo, em 1981, o então governador Paulo Maluf propôs a criação do Programa Pró-Idoso, cujas diretrizes gerais focalizavam a necessidade de conscientização e mobilização social no atendimento ao idoso institucionalizado ou não, além de treinamento de recursos humanos, levantamento de dados sobre a condição do idoso e estabelecimento de contratos e convênios (Haddad, 1986, p.35).

Com o objetivo de fomentar ações de promoção, prevenção e assistência, o programa visava, por meio da conscientização e mobilização popular, resgatar o papel da comunidade e da família no cuidado ao idoso, a fim de mantê-lo no seio familiar. Essa estratégia demonstra que a velhice adquire um *status* de preocupação política com o reconhecimento da necessidade de uma intervenção do Estado no papel da família na sua relação com o idoso. De acordo com Guita Debert, "durante muito tempo considerada como própria da esfera familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela (a velhice) se transformou numa questão pública" (apud Groisman, 2001, p.44).

Além disso, com o treinamento de recursos humanos para o atendimento das pessoas idosas, é possível vislumbrar a tentativa de construir uma mão de obra especializada para a educação da velhice.

Foi na década de 1980 que a geriatria e a gerontologia começaram a ganhar força e abrangência dentro do campo da ciência. Dessa forma, tornou-se necessário formar e sensibilizar profissionais de diversas áreas da saúde não somente para o cuidado específico dos idosos, mas também para a consolidação de um saber e de uma categoria social que emergia dentro do âmbito da saúde.

Outras diretrizes do Programa Pró-Idoso suscitaram outros procedimentos de gestão da velhice, como a atividade de levantamento de dados sobre as condições dos idosos. Ora, para gerir os corpos é preciso que se saiba quem se está governando. É possível que, na época da elaboração desse programa houvesse poucos dados referentes aos modos de vida do idoso, gerando a necessidade de conhecer esse objeto, que começava a ter visibilidade. Esse modelo de pesquisa com levantamento de perfil de população é ainda bastante utilizado, principalmente com o intuito de conhecer as demandas da comunidade e implementar programas para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Tais demandas não deixam de ser socialmente produzidas e incitadas, inclusive pelos mecanismos de gestão que atuam por meio de programas de assistência, como os direcionados para a velhice. É interessante notar que a diretriz seguinte do programa de Paulo Maluf refere-se à criação de contratos e convênios possivelmente para a execução de projetos de intervenção.

O plano elaborado para o idoso contou, ainda, com a elaboração de dois subprogramas: o de Assistência Social ao Idoso Institucionalizado e o de Assistência ao Idoso em Meio Aberto. Essa medida constitui uma tecnologia de controle social amplo, com vistas à gestão dos corpos, seja nas instituições fechadas (asilos), seja em espaços sociais abertos. Dentre os objetivos desses dois programas, destacamos a valorização do idoso como um ser *socialmente útil* e vinculado à família e à comunidade, por intermédio de atividades ocupacionais, grupos de convivência, recreação etc. Nesse sentido, a velhice começa a emergir como um objeto com destinação utilitária no meio social, de alguma serventia ou proveito.

O Programa Pró-Idoso não chegou a se concretizar enquanto política pública, mas configura-se como um importante meio para

compreender a visão do Estado sobre a velhice, especialmente em uma época em que ela começa a se tornar um problema social devido ao aumento do número de idosos no país.

No mesmo ano em que a ONU alertou os países quanto ao indiscutível aumento do número de velhos no mundo, foi instituído o Ano Internacional do Idoso (Kaufmann, 1982; Martins, 1997). Na ocasião, os países integrantes dessa organização foram convidados a participar da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, na cidade de Viena, de 26 de julho a 6 de agosto de 1982, com a presença de geriatras e gerontólogos de mais de cem países.

Ao final do evento, foi redigida a Carta de Viena, com um plano de ação internacional sobre o envelhecimento, incluindo cerca de 120 recomendações aos países participantes de sorte a alertar para a necessidade de um planejamento de uma política de atendimento ao idoso nas áreas social, econômica, médica e legal. Nesse documento, a afirmação de que o envelhecimento bem-sucedido seria possível somente se houvesse uma parceria entre o Estado e a sociedade civil já apontava a urgência de adesão social frente aos planos de gestão da velhice, que deveria contemplar os campos da cidadania, da saúde, moradia, trabalho e bem-estar. O Brasil, atendendo à proposição da ONU, instituiu no país o Ano Nacional do Idoso, pelo decreto presidencial nº 86.880, de 27 de janeiro de 1982, e criou uma Comissão Nacional para estudar a problemática da velhice que se delineava no campo social brasileiro. No estado de São Paulo, a Lei Complementar nº 3.464, de 26 de julho de 1982, instituiu o Dia do Idoso, a ser comemorado no dia 21 de setembro.

A preocupação mundial com o envelhecimento global, conforme podemos perceber, data de mais de vinte anos, com divulgação de estatísticas, previsões, alertas e pesquisas que cada vez mais afirmam a necessidade de ter o controle social da população que envelhece. De acordo com Edna Martins,

> pesquisas sobre o envelhecimento e as várias fases da vida adulta são relativamente recentes. Consideradas incipientes nas primeiras décadas desse século (XX), foi a partir dos anos 50 que se assiste à

> explosão de trabalhos científicos sobre o envelhecimento, ganhando força e se firmando nos anos 70 e hoje, em todas as áreas, estão em franca expansão, revelando a preocupação gerada pelo acelerado aumento de sexagenários do mundo. (1994, p.22)

Ao mesmo tempo em que se produz o aumento da expectativa de vida, atribuído principalmente às ciências, tem-se uma preocupação generalizada com esse contingente humano que exibe uma série de implicações que serão tomadas como objeto de gestão da velhice: grande número de aposentados, que representam um problema para os cofres da previdência; uma população que possui amplo tempo livre, o que também pode ser visto como uma questão de gestão; com o aumento do número de velhos, há também um aumento de gastos com essa população no sistema de saúde pública. Dessa maneira, a criação de políticas públicas para a velhice respondeu a uma necessidade frente ao grande desafio na direção e controle dos rumos do envelhecimento.

Ainda no ano de 1982, no Estado de São Paulo, foi assinada a portaria nº 2.864 (Haddad, 1986), que dispunha sobre uma série de justificativas para uma política assistencial para a velhice. Dentre elas, destacamos os serviços prestados pelas entidades assistenciais do governo que, de acordo com a referida portaria, seriam de natureza preventiva, terapêutica e promocional no atendimento às pessoas idosas. As ações de natureza preventiva deveriam ser dirigidas para o desenvolvimento de atitudes positivas frente ao envelhecimento. No caso das ações terapêuticas, elas se orientariam para o tratamento de dificuldades e de problemas referentes aos idosos. Por fim, as atitudes promocionais deveriam proporcionar ao idoso condições de ser socialmente útil junto à família e à sociedade.

Percebe-se que as políticas públicas assistenciais se dirigem no sentido de uma tentativa de otimização da figura do idoso, tornando-o, de alguma forma, útil à sociedade. O discurso dos estudiosos do envelhecimento (Debert, 2004), na década de 1980, enfatizava que o Estado, o sistema capitalista e a cultura brasileira eram responsáveis pela desvalorização do idoso, um sujeito sem lugar na organização

social, por ser considerado inativo economicamente, um ônus para a sociedade. Assim, as políticas voltadas para a velhice começam a ter a tônica de propor programas de promoção de uma nova imagem do idoso, com ações preventivas que conduzam para uma visão positiva do envelhecimento.

O modelo de assistência tradicional à velhice seria modificado por volta da década de 1980, partindo de uma política que atendia à parte pobre da velhice com outras modalidades de ações, com ênfase, sobretudo, em programas que ampliassem

> as possibilidades de integração social do idoso; a necessidade do envolvimento da participação da família, da comunidade e das entidades assistenciais públicas e privadas que atuam na área de atendimento ao idoso; a necessidade de planejar, coordenar e controlar os planos e programas a fim de garantir o funcionamento harmônico das ações em todos os níveis da administração das entidades do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Haddad, 1986, p.65).

Aos poucos, o envelhecimento passa a ocupar outro espaço dentro das preocupações da gestão pública, cujo olhar se volta para uma política principalmente preventiva e promocional. Nessa época, surgem, ainda, leis específicas para a questão dos maus-tratos na velhice e a iniciativa de criação de um espaço voltado para o idoso. Em São Paulo, em abril de 1986, por decreto do então governador do Estado Franco Montoro, foi criado o Conselho Estadual do Idoso, regulamentado no ano seguinte pela Lei nº 5.763 (Martins, 1997). A função principal desse conselho seria formular diretrizes para a implantação de ações voltadas à defesa dos direitos do idoso, como organização de debates para a promoção da cidadania, elaboração de medidas normativas junto ao legislativo, orientação de idosos e estimulação na implantação dos Núcleos Regionais do Idoso (NRI) no interior paulista.

Essa iniciativa visava estimular a atenção e o apoio da comunidade regional e local para os idosos por intermédio de núcleos, centros de

convívio, clubes e/ou postos de atendimento para a terceira idade. Atividades tais como

> seminários, excursões, cursos, gincanas, grupos de teatro, corais, atividades físicas, modalidades esportivas, [eram] promovidas com o objetivo de extinguir-se – pela convivência com seus pares ou com outras gerações – a imagem do idoso como um ser incapaz. (idem, p.68)

É nesse cenário que emerge a terceira idade, grupo etário que se caracteriza por outras materialidades sobre o envelhecimento, não mais visto como uma fase de doenças ou do ócio, mas de produtividade, realizações e juventude. Aliás, Magalhães (1986) a denomina de "segunda juventude". O próprio conceito de terceira idade também traz em seu bojo uma revitalização da imagem do envelhecimento (Debert, 1998), como pôde ser notado em uma ocasião em que um clube da terceira idade do interior paulista criou um lema que expressa muito bem essa nova condição: "Com a idade envelhecemos, com a terceira idade rejuvenescemos".

As associações da terceira idade que derivaram desse movimento, hoje presentes na maior parte das cidades, constituem um grande meio propagador dessa imagem, veiculada principalmente nas atividades oferecidas. Nota-se que os Núcleos Regionais do Idoso surgem com a ideia de promover uma série de ações que imprimem diferentes marcas: seminários, debates e cursos que demonstram a necessidade de ter um envelhecimento bem informado e conscientizado; as excursões, um meio de promover maior presença do idoso na cidade e no turismo e também de realização pessoal; as olimpíadas, gincanas, atividades físicas etc. reforçam que é preciso ter uma velhice saudável, higiênica e forte. Os núcleos, associações e clubes voltados para os idosos estão, atualmente, em grande parte das cidades brasileiras.

É preciso ressaltar que tais entidades representam um importante meio de associatividade dos idosos, sempre carentes de possibilidades de circular e habitar diferentes espaços na cidade. No entanto, muitas vezes esses espaços correm o risco de funcionar como um gueto de

idosos. De fato, o próprio espaço urbano é produtor de guetificações (Maffesoli, 1998), quando vislumbramos, por exemplo, os lugares de circulação da população jovem em determinadas ruas e avenidas, casas noturnas e bares. Nesses lugares, dificilmente encontramos a presença de idosos. A eles restam os clubes, já que lá permanecem entre os seus iguais, tal como acontece em vários outros espaços da cidade.

A criação dos núcleos para a terceira idade, no Estado de São Paulo, estimulada pela Lei nº 5.763/1987, é de extrema importância para a análise da revitalização da figura do idoso. Ao longo das políticas públicas analisadas neste livro, percebemos que o envelhecimento do homem cada vez mais se torna objeto de intervenção do Estado, desde a instituição da aposentadoria até as formas de utilização do tempo livre. Os contornos dessa nova imagem de terceira idade configuram-se à medida que essa categoria passa do plano do assistencialismo para o da revitalização, reutilização e otimização da figura do idoso.

A década de 1980 foi, no Brasil, a da descoberta da velhice nas organizações privadas e na gestão pública (Debert, 2004). Além disso, é nessa época que surgem, também, as Universidades Abertas à Terceira Idade (Martins, 1997; Santos, 1997). Com projetos que objetivavam o oferecimento dos recursos das universidades para a melhoria da qualidade de vida e ampliação das possibilidades de circulação dos espaços sociais dessa população, as Unatis colocaram-se entre as grandes propagadoras dessa nova materialidade do processo de envelhecimento.

Hoje em dia, essas organizações estão presentes em grande parte das universidades públicas e particulares e continuam sendo fundamentais para a difusão dessa imagem ativa, saudável, empreendedora, capaz de produzir, consumir e participar de outros campos da sociedade. E é por meio da instituição universitária, que representa a ciência e o saber, que se tem procurado demonstrar que há possibilidade de vida saudável para os idosos e que estes devem manter-se ativos no meio social, desfazendo estereótipos de uma fase marcada

pela caduquice, invalidez e inutilidade. Mais uma vez, há uma preocupação em refuncionalizar a figura do velho e redimensionar os processos de envelhecimento.

A apreensão com os rumos da velhice expressa-se com mais intensidade principalmente a partir de 1982, quando a ONU, conforme mencionamos, decretou o Ano Internacional do Idoso (Kaufmann, 1982). É nessa época que a imagem propagada em relação a essa fase da vida foi profundamente marcada pelos signos da miséria e abandono desses cidadãos na sociedade brasileira. Para a Associação Nacional de Gerontologia, apesar do comprometimento do governo brasileiro com o Plano Internacional de Viena, firmado em assembleia da ONU, os anos seguintes a 1980 foram marcados por denúncias da pauperização material e física da velhice, sendo que as instituições assistencialistas eram o único reduto para uma grande parcela da população idosa (Silva, 2006).

Dessa maneira, aos poucos houve uma tentativa de reconfiguração dos rumos dessa população, que cada vez mais ganhou espaço dentro do cenário social por meio de diversas ações. Frente à velhice pauperizada, abandonada e asilada, criaram-se políticas de assistência terapêuticas. Uma nova imagem foi se desenhando, com traços mais revitalizadores, por ações de promoção e prevenção, no sentido de transformar o idoso em um cidadão de direitos e protegido por lei, útil à sociedade, com maior participação na família e na comunidade, apresentando o envelhecer como uma fase positiva da vida.

Em virtude das determinações da constituição de 1988, que propiciou a participação da sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas por meio de conselhos, foi elaborada, em 1994, a Lei nº 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, regulamentada, em 1996, pelo Decreto nº 1.948 (Martins,1997; Milnitzky, 2004; Silva, 2006). Um dos objetivos dessa política voltada ao idoso foi estabelecer uma "política de direito", com garantia de renda, de vínculos relacionais, proteção social e promoção da cidadania, em ações executadas nos municípios com parceria da sociedade civil. Por meio dessa política em âmbito nacional voltada para o idoso, criou-se

o Conselho Nacional do Idoso, cujas ações estariam direcionadas, dentre outras providências, para a substituição dos asilos por centros de convivência e estimulação à assistência ambulatorial e domiciliar. As ações programáticas teriam como público-alvo os idosos a partir dos 60 anos, e o benefício da prestação continuada seria destinado àqueles com mais de 70.

À época da elaboração dessas políticas para os idosos, o IBGE ressaltava que a população idosa no Brasil era de 12 milhões de brasileiros acima de sessenta anos, com uma taxa de crescimento anual de 3,5%, enquanto o total da população crescia 2%. Projetava-se, entre 1985 e 2005, um crescimento de 94% do número de idosos. Projeções como essa colocaram a questão do envelhecimento da população como um problema para a administração pública, que via nesse fator uma questão econômica para os cofres públicos. De acordo com Edna Martins,

> se no Brasil, em 1986, 48% dos benefícios sociais eram absorvidos com pessoas com mais de 55 anos, a previsão para o ano de 2010 é de que praticamente toda a verba oficial seja consumida por essa faixa etária se não se adotarem políticas de atuação adequadas a essa questão (1997, p.55).

A preocupação com os gastos com essa faixa etária tornou-se um desafio para a gestão pública, principalmente nas áreas da previdência social e da saúde. A previdência social é ainda um grande problema para muitos países, que procuram por meio de reformas uma maneira de equilibrar os gastos previdenciários, o que reflete diretamente no orçamento dos idosos. O Brasil, em um estudo comparativo com outros vinte países, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é o país que oferece a maior facilidade para o indivíduo se aposentar (Ipea, 2007). Ainda de acordo com a análise feita pelo instituto, praticamente em nenhum país do mundo um trabalhador pode se aposentar antes dos 60 anos, a não ser no Brasil. Dessa forma, a previdência brasileira é tida como

uma bomba-relógio prestes a ser detonada, em virtude dos altos gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões.

O gasto da Previdência Social no começo dos anos 1990 não chegava a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Atualmente, essa conta chega a 11,5%, de acordo com a referida pesquisa do Ipea. Com o país cada vez mais envelhecido, a conta tende a aumentar e transformar-se em um problema ainda maior. Várias reformas já foram realizadas, e outras certamente estão por vir em um futuro próximo.

Com relação aos gastos com a saúde pública, a velhice também se coloca como um problema para os governantes. De acordo com Renato Veras (2003), o gasto do Ministério da Saúde com os idosos envolvendo médicos, ambulatórios, hospitais e exames é de cerca de 25% a 30% da verba total destinada à saúde pública. Ainda segundo o autor, um décimo da população consome um quarto do orçamento da saúde, ou seja, algo em torno de 7 bilhões de reais despendidos na atenção à saúde do idoso.

Diante dessas cifras, o autor alega que se gasta muito com essa faixa etária e se gasta mal, pois esse montante é utilizado no atendimento às doenças na velhice, quando deveria ser dirigido para ações preventivas, para diminuição de despesas. A proposta-chave para o grupo dos idosos seria postergar o início da doença por meio do seu monitoramento adequado (Veras, 2003). Mais uma vez, a velhice é colocada como um risco à administração do mundo social, urgindo medidas de gestão e controle dos idosos, a fim de que se possam minimizar custos de uma população que, além de tudo, é tida como economicamente inativa e onerosa.

Há uma preocupação com a saúde e a qualidade de vida do idoso, mas, para Renato Veras, "é reconhecido que o custo da saúde é muito alto, apesar de ser fundamental para qualquer sociedade. Por este motivo, as políticas precisam ser eficientes, contemporâneas e elaboradas por profissionais qualificados e experientes" (idem, p.15). As políticas públicas, nesse sentido, devem, de fato, ser eficientes para que se possa ter uma otimização dos custos despendidos com a saúde e ainda produzir mais-valia social.

Para a minimização dos custos com a saúde, o autor defende que a educação seria um facilitador para a manutenção da capacidade funcional do idoso e para o envelhecimento com qualidade de vida. A educação para a velhice estaria atrelada à saúde, no sentido de influenciar alguns aspectos:

- permitindo maior acesso a cuidados médicos;
- aumentando o conhecimento sobre comportamentos de saúde mais apropriados;
- estimulando a atividade mental e funções cognitivas, e retardando, por exemplo, o desenvolvimento da doença de Alzheimer (idem, p.16).

A educação do corpo do idoso com estratégias como essas reflete sua pedagogização por meio do saber médico, de uma educação para a saúde e da prevenção dos males do envelhecimento (Haddad, 1986). A função da educação atualmente tem assumido um caráter de vigilância e gestão dos corpos, atuando como um agente preventivo, conforme podemos verificar no caso da velhice. A utilização dessa nova estratégia empregada em políticas públicas tem provocado um alcance para além da vida do indivíduo. "Em outras palavras, investimento em educação traz benefícios que ultrapassam o campo restrito desse saber" (Veras, 2003, p.16). De fato, os beneficiários desse novo modelo de assistência baseado na prevenção pela educação são, mais do que os cidadãos, as engrenagens da máquina capitalista, a produção da mais-valia, a economia de gastos públicos. Além disso, obtêm-se como resultado corpos saudáveis, úteis e governados.

Para a pedagogização do envelhecimento, o Estado e a medicina caminham lado a lado, em uma relação de comensal, na qual ambos são beneficiários de um mesmo objeto sem que haja prejuízos a nenhum dos dois. O Estado minimiza custos e a medicina fortalece-se enquanto campo de saber sobre o corpo, tal como se pode depreender da seguinte afirmação: "[...] os estudos vêm demonstrando que ações apropriadas de saúde, ou ainda, uma prática médica mais resolutiva,

não só permitem uma melhoria do estado geral de saúde do paciente como também a diminuição dos custos" (idem, p.23).

Nessa perspectiva, a aliança entre esses dois segmentos expressa-se por meio de políticas preventivas para o envelhecimento sadio, promovendo o ideal de um corpo envelhecido, porém de espírito jovem, saudável e sem as indesejáveis marcas e doenças de um homem velho.

Por fim, a criação, em 2003, do Estatuto do Idoso, aparece como um marco para as políticas dirigidas à velhice no sentido de reconhecer, por lei, os direitos e deveres dessa fase da vida, assegurando prioridades e protegendo-a de maus-tratos com uma legislação específica (Ceneviva, 2004). As garantias de acesso a direitos fundamentais apoiam-se no direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. O estatuto oferece, ainda, proteção ao idoso contra negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.

A promulgação do Estatuto do Idoso inaugura um novo olhar sobre o processo de envelhecimento do homem, haja vista que ele se destaca de outras fases da vida em termos legais. É certo que há muitos motivos para comemorar essa conquista dos idosos. Todavia, as garantias assinaladas na lei precisam ganhar corpo no mundo social, porque muitas vezes, no cotidiano de muitos idosos, elas permanecem em um plano virtual e desconhecido.

O papel da ciência na construção de saberes e práticas sobre o envelhecimento

Como produtora de modos de ser a partir da observação e intervenção no corpo, a medicina, enquanto ciência, emerge como grande aliada na produção de subjetividade em torno do envelhecimento humano. Esse processo é a matéria-prima da evolução das forças produtivas do capitalismo, que ditam maneiras de ser e perceber o mundo (Guatarri & Rolnik, 1986).

Em consequência, a velhice, tida como um processo natural do desenvolvimento humano, se constitui, na realidade, em uma velhice fabricada, produzida e incitada, tal como a percebemos atualmente, dentro de uma lógica de mercado que visa à sustentabilidade da máquina capitalista. Dessa forma, é notável o quanto a ciência médica contribui com relação ao lugar e ao papel destinados aos idosos nos atuais contornos do mundo contemporâneo, pois

> tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas (idem, p.26).

O discurso científico produzido sobre o corpo envelhecido frequentemente aparece com pressupostos processos biológicos universais, descolados de um contexto sócio-histórico que estimula modos de produção sobre o corpo do idoso. O recorte da vida baseado no modelo etário toma o processo de envelhecimento como algo natural e universal. Ao considerar esse processo como algo naturalmente produzido pelo corpo biológico, são definidas categorias universalizantes sobre o que do envelhecer é natural para todos, sem que se levem em conta as dimensões sociais da produção do envelhecimento (Debert, 1998).

A divisão da vida humana em estágios diferenciados, com fundamento no critério etário, produz modos de ser próprios de uma determinada fase da vida, tal como acontece, por exemplo, na prática médica ou na psicologia do desenvolvimento. Desse modo, diferentes práticas de intervenção são lançadas sobre o corpo baseadas nesse processo de diferenciação dos corpos.

Com relação à velhice, a ciência ocupa um importante papel em algumas tecnologias de diferenciação que singularizaram a velhice de outras fases da vida (Groisman, 2001). Esse processo deve-se à emergência da velhice enquanto uma entidade demográfica: "para alguém ser velho, apenas é necessário que envelheça. Entretanto,

para se tornar parte de uma população de pessoas idosas, se requer que essa pessoa seja absorvida por um discurso específico de diferenciação" (idem, p.50).

Uma dessas tecnologias de diferenciação seria a constituição de um saber específico sobre o corpo nessa fase da vida, o qual se configurou na ciência por meio do nascimento da geriatria e da gerontologia[1] no início do século XX. Até então, de acordo com Guita Debert (2004), o interesse científico em relação à velhice permaneceu por muitos anos restrito a uma tentativa de explicar as causas do envelhecimento e os possíveis métodos para retardá-lo.

Nos séculos XVIII e XIX, a velhice, para a medicina, não era considerada uma categoria separada de outros pacientes, portanto, não demandava tratamentos específicos, de sorte que as intervenções terapêuticas sobre as doenças não levavam em conta as diferenças de idade (Groisman, 2002). É certo que se admitia que essa fase da vida fosse dotada de características e doenças tidas como próprias da idade, mas esse fato não afetava diretamente os modos de se tratar tais males. As moléstias advindas desse corpo eram tomadas como inevitáveis, uma vez que "a debilidade da saúde dos velhos não era considerada um estado amenizável ou curável. Pelo contrário, os médicos acreditavam que esta seria a qualidade essencial e irremediável do processo de envelhecimento" (idem, p.69).

O corpo envelhecido era visto como um declínio da energia vital do corpo humano, desgastado pela ação do tempo. Dessa maneira, a velhice constituía o irremediável destino humano, acreditando-se que não havia muitas opções de medidas terapêuticas junto ao idoso, fato

1 A geriatria se constitui em uma especialidade médica destinada ao estudo e tratamento das patologias da velhice. Já a gerontologia visa ao estudo multidisciplinar dos processos de envelhecimento, passando pela biogerontologia até a gerontologia social, com a participação de profissionais de várias áreas do conhecimento, principalmente da saúde e das ciências humanas. Essas duas disciplinas têm uma relação de intrínseca proximidade, sendo que quando nos referimos ao "saber gerontológico", não estamos excluindo a geriatria. Sobre o assunto, ver Groisman, 2001.

que contribuía para que esse assunto não suscitasse muito interesse dentro da classe médica.

Algumas mudanças do olhar médico sobre esse processo começaram a delinear-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, permitindo a construção de um saber específico sobre esse objeto por meio do estudo da anatomia patológica, que buscava na superfície do corpo os sinais da doença. Assim, essa categoria seria diferenciada em relação ao corpo jovem de acordo com os sinais que os distinguiam. Para a ciência, as marcas do corpo passaram a denunciar as diferenças entre os indivíduos.

O grande asilamento no século XIX (Beauvouvir, 1990; Foucalt, 2002 e 2004; Groisman, 2001) proporcionou a construção de um saber mais específico sobre o corpo envelhecido. À época, em Salpêtrière, o número de idosos asilados era de cerca de dois a três mil, facilitando a coleta de dados clínicos. Charcot proferiu muitas palestras nessa instituição, posteriormente publicadas em 1866, com grande repercussão. O modelo de atenção à velhice, antes preventivo, deu lugar ao terapêutico, com a preocupação em curá-la. Defendendo que essa nova categoria do corpo, a velhice, deveria ser considerada um objeto à parte, de acordo com suas patologias, Charcot e outros pesquisadores começaram a definir uma base clínica para a senescência.

Outras importantes contribuições para o estudo do envelhecimento, na época, foram as pesquisas de Bichat, cuja teoria concebia que a doença se originaria na deterioração dos tecidos e, consequentemente, nos órgãos. Dessa forma, o processo de envelhecimento estaria ligado a um processo de morte, uma vez que os tecidos se deteriorariam. De acordo com Daniel Groisman, "a partir do trabalho de Bichat, o corpo envelhecido passaria a ser reconhecido como um corpo morrendo" (2002, p.69). Essa visão ainda permanece no imaginário social, que vê na velhice a finitude humana, cujo destino é esperar a morte chegar.

De fato, com as autópsias realizadas em idosos, os pesquisadores descobriram sinais de esclerose e deterioração de tecidos e órgãos.

Acreditava-se, por conseguinte, que o envelhecimento fatalmente produziria doenças físicas e mentais, de maneira que o destino da velhice estaria selado: ela passou a ser tomada como uma fase distinta e irreversível da vida humana.

> Seria praticamente impossível que o corpo pudesse retornar à sua condição original. Como afirma Haber, a senescência passou a ter a sua própria natureza fisiológica. Ela diferiria da juventude de tal maneira que um observador não treinado não poderia compreender suas especificidades. Numerosos textos médicos passaram a descrever a fisiologia e a anatomopatologia da velhice. O velho, assim como os outros grupos etários, necessitaria ser tratado de acordo com os padrões apropriados para sua faixa etária. (idem, p.71)

É interessante notar as imagens evocadas tendo em vista a palavra final dada pela ciência a respeito da velhice: ela é um processo fatal, irremediável, inevitável, tal como em uma tragédia grega. Impossível escapar de suas consequências, do declínio e da deterioração do corpo humano. Um corpo marcado pelo tempo e por olhares produtores de sentidos. A singularização da velhice, por esse recorte médico, foi um marco no sentido de apontá-la como um estado patológico qualitativamente diferenciado, dotado de um funcionamento peculiar e com uma necessidade de intervenção terapêutica própria.

Desde o final do século XIX, a velhice ganhou contornos mais definidos, quando a importância do tecido humano aumentou e as lentes sobre o corpo focalizaram uma unidade ainda mais reduzida e singular: a célula (idem). Ela passaria a ser responsável tanto pelo desenvolvimento e crescimento humano quanto pelo processo de envelhecimento. Com seus microscópios, os cientistas afirmaram que a renovação celular era deficitária nos idosos e, ainda, que a própria composição da célula havia se modificado. Percebe-se que, no processo de delineamento da velhice enquanto objeto médico, essa fase da vida foi aos poucos sendo reduzida e singularizada, dotada de particularidades específicas de uma dada faixa etária. As lentes

do microscópio foram captando sinais de diferenciação em unidades cada vez menores, cada vez mais específicas.

Se anteriormente a velhice não era diferenciada em relação a outras idades da vida, com uma visão do corpo dotado de um princípio vital que se desgastara e não havia como recuperar, aos poucos essa visão foi se especializando e individuando a velhice como objeto médico. Ao estabelecer sinais de uma composição de tecido diferente do corpo jovem, os pesquisadores da ciência médica afirmaram que, na realidade, ela necessitava de um tratamento específico. Essa produção de uma demanda em particular assinala o quanto o corpo envelhecido é incitado socialmente para legitimar saberes e práticas dentro de um campo específico, já que essa concepção de envelhecimento baseada no modelo da degeneração celular, do aparecimento de doenças e de mudanças fisiológicas foi a base para o surgimento da geriatria no início do século XX.

Foi o médico americano Nascher quem introduziu o termo geriatria, em 1909, em um artigo para a comunidade médica e na publicação do livro, em 1914, sobre as doenças da velhice e seus tratamentos, procurando construir uma base clínica que diferenciasse essa fase dentro do ciclo de vida (idem). A visão de envelhecimento associado a uma etapa de degeneração celular é assumida pelo médico, que se dedicava "a detalhar com o máximo de precisão a maneira como os velhos deveriam ser diferenciados a partir de seus corpos, e como esses corpos deveriam ser pesquisados" (idem, p.70).

Em sua publicação, Nascher atribuiu à degeneração celular uma série de fatores, como a queda dos cabelos, dos dentes, as rugas, as atrofias, a esclerose e outras patologias que fariam parte de um processo normal de envelhecimento. Para o médico, a degeneração celular interna, associada ao declínio físico externo, afetaria as características mentais e o comportamento dos corpos velhos, fazendo surgir características como a avareza e o interesse sexual exacerbado.

Com sua pesquisa, o médico americano tencionava chamar a atenção da classe médica para a urgente necessidade da criação de uma especialidade própria para esse estado do corpo. Com um discurso em que o normal e o patológico não tinham limites definidos nessa

fase da vida, Nascher acreditava que, com a geriatria, "os médicos estariam capacitados para estabelecer as diferenças entre as mudanças fisiológicas e patológicas e tratar somente as doenças – e não as condições normais – da velhice" (idem, p.71). O critério para definir o que é normal nessa fase da vida estaria severamente comprometido devido ao grande número de doenças tomadas como próprias do idoso, atribuídas à degeneração celular e fisiológica. Assim, o critério de saúde/doença tornava-se praticamente uma questão de opinião pessoal, de acordo com a avaliação do médico.

Durante muitos anos, a geriatria não despertou muito interesse da classe médica, que permaneceu atuando em áreas mais lucrativas e populares. O início da geriatria apresentava uma série de contradições, e sua proposta terapêutica era centrada em práticas pouco ortodoxas com relação a outros campos da medicina, como a prescrição de tônicos e estimulantes, atividades ocupacionais e de jardinagem, leitura, sugestão de escutar música, ter uma companhia etc. (idem).

É certo que atividades como as descritas acima são prazerosas e estimulantes, mas, de fato, parece-nos estranho um médico receitar tais práticas em uma consulta. Entretanto, elas entraram no domínio de prescrições médico-terapêuticas, principalmente na atualidade. Qualquer atividade prazerosa, como bordar ou dançar, é naturalmente receitada com a alegação de promover um envelhecimento com "qualidade de vida". Exemplo dessa prática pode-se vislumbrar em uma pesquisa com idosos em bailes da terceira idade, na qual um pesquisador pergunta: "[...] por que o senhor vem ao baile?". Diz o entrevistado: "[...] os médicos recomendam. É bom para evitar a depressão [...]" (Zago & Silva, 2003, p.68). Aquilo que poderia ser oportunidade de lazer, de encontros, de prazer e diversão, torna-se prescrição, procedimento médico.

No Brasil, a primeira sociedade de geriatria foi fundada em 1961 (Debert, 2004). Atualmente, essa especialidade é um ramo emergente na medicina, com um campo de atuação bem delineado. Ela foi uma tecnologia fundamental para o estabelecimento da velhice enquanto uma categoria de diferenciação, juntamente com a gerontologia.

Além do discurso de singularização do velho em relação ao seu corpo envelhecido, esse processo se daria também em razão de seus comportamentos e suas condições sociais, tornando-se por fim uma entidade demográfica, uma população específica evidenciada por outras tecnologias de diferenciação dos corpos aliadas com as práticas geriátricas e gerontológicas (Groisman, 2001).

O nascimento da gerontologia enquanto disciplina é mais complexo que o da geriatria. Esse termo teria sido cunhado, em 1903, pelo médico Metchnikoff para designar o estudo das possibilidades do prolongamento da vida por meio de intervenções médicas. O conceito de gerontologia expandiu-se, tornando-se um campo multidisciplinar por volta dos anos 1930, no Brasil. Na referida época, a velhice passou a constituir um objeto de interesse principalmente das ciências sociais e da psicologia (idem).

Nos anos 1960, a velhice começou a ocupar as páginas de revistas médicas, na discussão de temas relacionados à área da saúde. Nessa época, também foram criadas associações e sociedades de geriatria, além do programa para a terceira idade no Sesc, em 1963, um dos pioneiros a dirigir atividades para essa faixa etária. Aos poucos, a temática da velhice começou a fazer parte das preocupações acadêmicas, especialmente na década de 1970, quando ela se tornou objeto de pesquisa em diferentes ramos do conhecimento, com maior presença na pós-graduação de diversas universidades.

É interessante notar que foi nos anos de 1970 que Simone de Beauvoir lançou o livro *A velhice*, considerado uma leitura obrigatória no que se refere ao estudo e à pesquisa sobre o envelhecimento. Em sua obra, a autora conclama os leitores a ajudá-la a quebrar a "conspiração de silêncio" em torno da velhice, um tabu para a medicina, as artes, as políticas públicas e a sociedade em geral. Por denunciar a finitude humana, a velhice seria um assunto triste e desagradável sobre o qual falar ou pesquisar. Essa obra teve grande impacto nas ciências humanas, em particular a psicologia e a sociologia, o que pode ter contribuído para que a temática da velhice começasse a ganhar mais espaço dentro dessas áreas.

A constituição da gerontologia enquanto campo específico de saber (Debert, 2004) configurou-se como um conjunto de disputas, no qual o discurso dos gerontólogos brasileiros se empenhava em transformar a velhice em uma questão política ou propor práticas para um envelhecimento saudável. A denúncia da falta de tratamento aos idosos buscava romper o "pacto de silêncio" em função de quatro elementos evocados no discurso gerontológico.

Primeiramente, a ameaça da explosão demográfica, que, nas décadas de 1970 e 1980, denunciava um crescimento vertiginoso da população brasileira, com projeções alarmantes para um futuro próximo, como a estimativa de que haveria um crescimento de 94% da população idosa no Brasil entre 1985 e 2005 (Martins, 1997). Essas pesquisas, reiteradas ainda hoje, prestam-se para sensibilizar governos e justificar a efetivação de políticas públicas para conter vertiginosos gastos públicos com saúde ou previdência que colocam em risco a própria reprodução da vida social, como em uma "crônica da crise anunciada". Nesse sentido, o uso do discurso da explosão demográfica igualmente contribui para legitimar a própria gerontologia e a necessidade de implementar ações voltadas para preconizar um envelhecimento com "qualidade de vida" (Trentini et al., 2006).

Outro elemento organizador do discurso gerontológico foi a crítica ao capitalismo e ao sistema econômico-social brasileiro (Debert, 2004). A denúncia da desvalorização e do desamparo na velhice pautava-se na ideia de que o idoso, não sendo útil enquanto mão de obra, era desertado pelo Estado e pela sociedade. Nas palavras de Simone de Beauvoir, "a economia é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz" (1990, p.13). Como o idoso não estaria inserido em um contexto de produção de mais-valia, ele seria objeto de exclusão social, acentuada principalmente na velhice menos favorecida financeiramente.

Talvez, na atualidade, essa crítica ao capitalismo tivesse que ser reformulada, quiçá invertida. O mercado descobriu que até mesmo a velhice pode ser produtiva e render lucros. Ainda que se possa dizer que os aposentados são inativos no trabalho ou na economia, eles

têm sido alvo de grande investimento do capitalismo, que soube ser visionário ao enxergar nos idosos um potencial mercado de consumo. Hoje em dia, há uma série de produtos e serviços destinados a essa população, de viagens a empréstimos, de remédios a produtos de *pet shop*, além das casas de repouso e de condomínios específicos para a velhice. O sentido da aposentadoria parece ter-se modificado, passando de um direito a um valor de mercado.

A crítica à cultura brasileira, cujos interesses se inclinariam em cultuar o novo e a juventude, é o terceiro elemento do discurso gerontológico. Conhecido como um país de jovens, haveria no Brasil maior preocupação em absorver as novidades advindas principalmente do exterior, o que consequentemente não propiciava um culto às tradições. De acordo com Guita Debert,

> a ideia de um país sem memória, que despreza o seu passado, usada por historiadores e políticos, é para o discurso gerontológico a prova do descaso com que os velhos são tratados pela sociedade e uma justificativa central para os trabalhos interessados em recuperar a memória dos idosos. (2004, p.200)

A importância de promover a memória do idoso foi uma tônica em diversos trabalhos da década de 1980. Talvez o seu maior expoente tenha sido a obra de Ecléa Bosi, intitulada *Memória e sociedade* (1987), outra importante referência acadêmica sobre a velhice. Nela, a autora versa sobre a memória de idosos na cidade de São Paulo, destacando o papel essencial da narrativa oral, que seria um trabalho artesanal de comunicação. Para ela, o idoso estaria confinado em suas próprias lembranças por não encontrar ressonância no meio social: "[...] ele não pode mais ensinar aquilo que sabe e que custou uma vida inteira para aprender" (idem, p.37). O livro de Ecléa Bosi teve importante difusão no meio acadêmico, até então carente de trabalhos direcionados para o debate sobre a condição do idoso.

Outros pesquisadores, na década de 1980 (Canoas, 1985; Carrato, 1987; França, 1983; Magalhães, 1986) também reforçaram o discurso sobre a importância da memória do idoso, desprezada pela sociedade

brasileira, enfatizando a necessidade de elaboração de práticas que visassem à promoção da atividade memorativa nos velhos:

> A sociedade brasileira oferece ao idoso pouca oportunidade para ativar e exercitar sua lembrança, tão importante ao diálogo com as demais gerações. Contemporâneo ou não, o diálogo é indispensável ao exercício do pensamento. A sociedade dominante tem, ao contrário, estimulado o esquecimento. O que foi produzido no passado não tem interesse hoje e possivelmente será esquecido amanhã. (Magalhães, 1986, p.11)

A sociedade produtivista e consumista seria responsável pela perda da função social do idoso, qual seja, a de ser a memória de seu tempo: "Em nossa opinião, o grande esquecido foi o sujeito da história do Brasil: o nosso homem comum. Não se cultiva a memória dele, não se recorda a sua obra" (Carrato, 1987, p.A-3). Além disso, o culto aos valores jovens igualmente levaria à exclusão do idoso enquanto sujeito:

> Na realidade, o brasileiro não tem sabido envelhecer, e, influenciado, possivelmente, pela própria propaganda que cultua as qualidades e as forças dos jovens, tenta manter-se eternamente nessa faixa de idade, temendo e não aceitando o próprio envelhecimento. (idem, p.2)

O quarto elemento organizador do discurso gerontológico é a crítica ao Estado, porque se acreditava que o processo de modernização nos países capitalistas, o declínio da família extensa e um Estado inábil na resolução dos problemas básicos de grande parte da população deixavam os idosos em uma situação de grande vulnerabilidade (Debert, 2004; França, 1983).

Esses quatro elementos do discurso gerontológico foram essenciais na construção de uma imagem da velhice brasileira como vítima de sofrimento (Debert, 2004). Não podemos afirmar, ao certo, o quanto a luta da gerontologia em transformar o envelhecimento

em uma questão política influenciou o direcionamento de ações do Estado para essa população. No entanto, é principalmente a partir dos anos de 1980 que a velhice começa a ocupar cada vez mais espaço entre os temas de preocupação social. Nessa época, houve um aumento do número de pesquisas sobre o tema, a figura do idoso passou a ter mais presença na mídia e também houve maior abertura de agências governamentais e privadas na organização de programas para essa faixa etária.

Contudo, a imagem veiculada pelo discurso gerontológico da época contrastava com aquela propagada na mídia e nas pesquisas (idem). Uma velhice que precisava se reinventar era a tônica do discurso desses dois últimos elementos. Essa ideia foi fortemente divulgada nos diversos programas para a terceira idade que surgiram na época, como o Programa Pró-Idoso a que nos referimos anteriormente, os conselhos estaduais e as universidades abertas à terceira idade. O discurso gerontológico apoiava-se em outra imagem, mais referida a uma velhice empobrecida e abandonada.

Dessa forma, Guita Debert (2004) enfatiza que o discurso sobre o envelhecimento criou duas diferentes perspectivas com relação ao idoso. Uma delas seria a perspectiva da miséria, segundo a qual os processos de modernização e industrialização mergulharam o idoso em uma existência sem significado. Essa era então uma das críticas da gerontologia, segundo a qual a velhice não era tomada como objeto de interesse do Estado nem da família.

A outra perspectiva é o oposto da anterior, ou seja, a do idoso como fonte de recursos. Nesse caso, a velhice é apresentada como composta de seres ativos, capazes de oferecer respostas criativas ao desafio do envelhecimento. Essa imagem de velhice era – e ainda é na atualidade – propagada em especial pelos diversos programas voltados para essa faixa etária. A partir dessa perspectiva, temos uma redefinição da imagem da velhice na relação com a sociedade e a família, com a figura do idoso refuncionalizada e revitalizada, ressaltada pelo conceito de terceira idade.

Ainda para Debert, o grande problema dessa cisão entre as duas diferentes imagens propagadas de velhice é que a última encobre a

primeira. É sabido que nossa sociedade abriga um grande número de idosos abandonados, (sobre)vivendo na extrema pobreza e atribulados por grande incidência de doenças. Existem, ainda, outros tantos idosos que não se enquadram nessa perspectiva de revitalização dos rumos de seu envelhecimento. A questão é que, na atualidade, há uma grande propagação discursiva sobre a necessidade de cuidado com o corpo, de "reciclar-se", motivar-se, exercitar-se.

Frente a essas diversas faces da velhice, a gerontologia harmonizou seu discurso, no sentido de ainda se referir ao envelhecimento como uma fase de forte incidência de doenças, mas também de apresentar aspectos mais revitalizadores da velhice, expressos no discurso da prevenção e manutenção de um ideário de envelhecimento ativo e saudável por meio de uma pedagogia para a velhice.

Como já pudemos destacar, o chamado "progresso" científico nas últimas décadas tem elevado consideravelmente a expectativa de vida. Mas, ao mesmo tempo em que há o aumento da população idosa, existe no Brasil também uma grande preocupação com o número de velhos, principalmente no que concerne ao custo que eles representam para o Estado e a sociedade: "[...] estes (aposentados inativos), praticamente, tornam-se uns mortos-vivos, ficam por aí pelas praças e outros lugares" (Berg apud Haddad, 1986, p.29). O crescimento demográfico da população idosa, conforme vimos em pesquisas da década de 1980 (Kaufmann, 1982), colocou em pauta a necessidade de gerir essa população enquanto "objeto de adestramento político e moral [...], inclusive [...] de natureza médica" (idem, p.18).

Dessa maneira, assim como a ciência trouxe o aumento da expectativa de vida, ela também contribuirá para a construção de uma velhice sem envelhecimento, quer dizer, na construção da ideia de corpos saudáveis e rentáveis ao capitalismo. A geriatria e a gerontologia, especialidades médicas responsáveis pelo estudo científico do envelhecimento, juntamente com o Estado, tornar-se-ão propagadores da refuncionalização do idoso. De acordo com o geriatra Jarbas Ávila, "os nossos velhos são um peso morto na sociedade, embora,

na verdade, a maior parte deles pode ainda ser útil e dinâmica por muitos e muitos anos" (op.cit., p.34).

Para Hana Hermanova, "envelhecer é uma fase normal da vida humana e deve ser considerada como tal" (op.cit., p.25). No entanto, a intervenção da ciência no campo da velhice mostra claramente que esse não é um processo natural, mas algo produzido socialmente. Em consequência, enquanto se produz um prolongamento da vida, há um ideário de envelhecimento que estimula modos de ser na velhice no mundo contemporâneo. Como aliada do mercado, a ciência é parte no processo de construção desse ideário expresso por meio da procura da "fonte da juventude", de fórmulas, drogas e de prevenção ao envelhecimento, a fim de levar à produção de subjetividades que reforcem a lógica capitalista do "espírito jovem" e do reaproveitamento do corpo idoso.

Em nossos dias, percebemos uma forte presença do discurso do saber médico-científico acerca da velhice na sociedade, difundido de várias formas. As universidades, por meio de publicações científicas, de programas voltados para a terceira idade, de pesquisas, livros, congressos, associações etc., fornecem os subsídios que alertam para a necessidade de uma intervenção no campo da velhice, uma vez que, para muitos pesquisadores, é natural que o corpo se degrade à medida que o tempo atravessa o ser humano (Kieling, 2006; Simões, 1998). Para Eneida Haddad, "a literatura médica trata não somente do aspecto de caráter eminentemente biológico referente à velhice, mas também do seu aspecto de cunho marcadamente sociocultural" (1986, p.23), de sorte que há a propagação de discursos que ditam modos de ser na velhice a fim de evitar que o envelhecimento, fenômeno fisiológico, se transforme em velhice-enfermidade.

Simone de Beauvoir, no referido livro *A velhice*, procura realizar um traçado histórico desse período da vida desde a Grécia Antiga. Em seu estudo, a autora salienta que muitos pensadores e pesquisadores da velhice acreditam que ela é uma fase correspondente ao inverno da vida, repleto de doenças e do desgaste do corpo. Segundo sua concepção, "até o século XV, todas as obras sobre a velhice são tratados de

higiene" (1990, p.25), trazendo receitas, modos de conservar a saúde ou de minimizar doenças, sintomas e seus respectivos tratamentos.

Mesmo que nestes tempos ainda haja o discurso do envelhecimento ativo, esse efeito de sentido desvitalizador é bastante presente na produção bibliográfica. A procura por um conceito de velhice propõe interface com outras áreas do conhecimento; não obstante, seu veio apresenta forte presença do discurso voltado somente para os aspectos biológicos do envelhecimento, no qual o corpo do idoso é visto como uma máquina que se desgastou.

A construção da categoria de velhice passa por diferentes regimes de saber, assim como há também a dificuldade em situá-la em uma determinada etapa da vida. A procura por um conceito de velhice demonstra a preocupação em caracterizar e delimitar essa fase. Circunscrevendo-a no interior de determinadas características entendidas como próprias da velhice, ela é, enfim, discriminada de outras idades da vida.

Para Edna Martins, "a velhice pode ser definida como um conjunto de modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas que se observam no ser humano por volta dos sessenta anos" (1997, p.21). As mudanças ocorridas no processo de envelhecimento apontam para uma fase em que o indivíduo sofreria determinadas perdas com relação ao seu corpo, as quais tornariam o idoso mais vulnerável à incidência de doenças.

De acordo com Stuart-Hamilton, o envelhecimento se constitui no estado final do desenvolvimento que todo indivíduo sadio e que não sofreu acidentes vai atingir. Uma fase na qual "todas as capacidades latentes de desenvolvimento foram realizadas, deixando apenas potencialidades de dano de ação tardia" (2002, p.22). Do ponto de vista da ciência biológica, a velhice seria "o declínio na habilidade do organismo em responder a estímulos estressores, levando a uma disfunção na homeostasia e a um aumento na incidência de doenças" (Kieling et al., 2006, p.48).

O indivíduo idoso estaria, ainda, sujeito a uma perda da identidade psíquica por conta de ser a velhice uma fase de grandes mudanças (Simões, 1998). Dessa maneira, seriam necessárias diversas interven-

ções no sentido de auxiliar sua preservação, pois é essa identidade "que ajuda o homem a se adaptar às demandas do mundo externo e a enfrentar com serenidade a perda progressiva da capacidade física e todas as outras limitações impostas pelo envelhecimento" (Rosa apud Simões, 1998, p.103).

As perdas e as limitações do corpo e até da subjetividade são a tônica do discurso sobre a velhice. Conforme Stuart-Hamilton, "o quadro geral das mudanças no corpo que envelhece não é muito atraente" (op. cit.). De fato, não é nada aprazível a pintura produzida sobre a velhice, que é descrita por ele como uma fase em que a pele e os músculos perdem a elasticidade, acontece uma perda da eficiência mitocondrial, o sistema urinário torna-se menos eficiente, há um declínio da massa muscular e também menor absorção de oxigênio, declínio da capacidade cardiovascular, diminuição da eficiência do funcionamento cerebral e psicológico e outros fatores assinalados pelo autor. Um homem em franco estado de declínio, um corpo em processo de degenerescência... Nas palavras de Regina Simões,

> a característica principal da velhice é o *declínio*, geralmente físico, que leva a alterações sociais e psicológicas. Os teóricos classificam esse declínio de duas maneiras: a senescência e a senilidade. A senescência, que é um fenômeno fisiológico, arbitrariamente identificada pela idade cronológica, pode ser considerada um envelhecimento sadio, onde o *declínio* físico e mental é lento [...]. Já a senilidade caracteriza-se pelo *declínio* físico associado à desorganização mental [...], pois se identifica com uma *perda* considerável do funcionamento físico e cognitivo [...], além de uma considerável *perda* da memória (1998, p.27).

Na procura de um padrão para a velhice, o olhar que se lança ao homem marcado pelo tempo é caracterizado pela ideia de que essa fase implica, além das perdas naturais de faculdades humanas, a estagnação do desenvolvimento e a degenerescência do corpo. Alguns pesquisadores de psicologia (Kieling, 2006), em particular a psicologia do desenvolvimento, tomam a velhice como uma fase

em que não há aquisições e contribuições para a formação do sujeito psíquico. Diferentemente da infância e da adolescência, que são tomadas como pilares da vida do sujeito, como construção da matriz psicológica do adulto, a velhice é vista como o período de inércia, do sujeito já constituído e do declínio de suas funções biológicas e cognitivas. Para Vargas,

> o processo de envelhecimento [...] apresenta uma *involução* psicológica ocorrendo uma perda normal da inteligência e uma deterioração fisiológica das capacidades intelectuais, diferindo da deterioração das demências; estas são *gratuitas* e responsáveis pela desestruturação da personalidade (apud Simões, 1998, p.41, grifos nossos).

Uma visão da figura humana quasimodesca, um outro à parte da cena social: "Toda pessoa idosa esquece ou não aprende fatos novos, ouve mal, constitui-se um estímulo sexual aversivo, não tem capacidade para o trabalho ou é muito lenta" (Paiva apud Martins, 1997, p.30). Desse homem talvez nem lhe reste a memória, porquanto muitos pesquisadores afirmam que a velhice, além de sofrer as inerentes perdas das diversas capacidades do corpo, também sofre com a perda da memória. Para Regina Simões, "a inteligência pode ou não sofrer um decréscimo, diferindo da memória, cujo declínio é *inevitável*" (1998, p.42, grifos nossos). Conforme Angulo, "[certas faculdades intelectuais] se revelam mais sensíveis ao envelhecimento e 'dependentes da idade', como, por exemplo, a faculdade da memória e observação" (apud Haddad, 1986, p.28).

As explicações dadas para esse fato normalmente são circunscritas em torno de vários fatores de cunho fisiológico, como o endurecimento das artérias, a hipertensão ou alguma outra deficiência que prejudique a irrigação sanguínea no cérebro (Simões, 1998). De qualquer modo, há aqui um entrave, no mínimo curioso: se ao idoso é facultado o lugar de ser a memória de seu grupo social (Bosi, 1987), como pode exercer essa função se, de acordo com o discurso científico, sua capacidade memorativa sofre com a ação do tempo?

São muitos os regimes de saber que tentam explicar como e por que envelhecemos. As ciências biológicas destacam duas grandes vertentes teóricas atuais (Kieling, 2006): de um lado, teorias que propõem uma programação interna que regularia o processo de envelhecimento; de outro, teorias que consideram o envelhecimento como resultante de um acúmulo gradual de erros e danos gerados a partir do ambiente. Stuart-Hamilton (2002) arrola algumas teorias com curiosas nomenclaturas que procuram explicar esse fenômeno da existência humana com base no ciclo da vida e da morte celular, como, por exemplo, a teoria do envelhecimento programado, a teoria da catástrofe e do erro, do envelhecimento autoimune, do lixo celular, da senescência programada, a teoria do desgaste pelo uso, teoria do desuso e tantas outras. Na verdade, há uma preocupação posta em desvelar os segredos e as vicissitudes dessa fase da vida habitada por diferentes signos e produções discursivas.

Quando reduzida unicamente a um corpo orgânico, a velhice é inserida em uma racionalidade científica e em um regime de saber que buscam as causas das falhas e da degenerescência no processo de envelhecimento. O declínio de habilidades, o aumento de doenças, o mecanismo interno desregulado, enfim, sintomas de um corpo que praticamente se esgotou e que precisa de reparos.

Com relação à psicologia do desenvolvimento, o nascimento dessa área de conhecimento é marcado pelo ideário moderno de progresso e de mudança (Berman, 1986). Assim, ela acabou por desqualificar o antigo, como as velhas estruturas sociais, políticas e culturais, tidas como empecilhos para a edificação de uma nova sociedade. A infância e a adolescência passaram a ser priorizadas na psicologia do desenvolvimento como caminho estratégico para a construção do novo homem, enquanto a velhice foi vista e tratada como depositária de resquícios de arcaísmos que necessitavam ser ultrapassados.

Embora desde o início de sua constituição como uma especialidade da psicologia, à psicologia do desenvolvimento humano tenha se atribuído como objeto de estudo os processos de mudanças que ocorrem ao longo de toda a vida, ela acabou por ignorar, por muito tempo, a velhice. Assim, essa ciência contribuiu significativamente

para a construção de um signo que retrata essa fase da vida como estagnada, conservadora ou de predomínio de um estado de decrepitude ou de degenerescência, sendo necessária a aprendizagem para o envelhecimento.

Atualmente, a concepção de velhice na psicologia apresenta novas perspectivas, com um olhar para o sujeito que envelhece inserido em um processo histórico, social e biológico de envelhecimento. Se atualmente a psicologia tenta reabilitar a velhice, as outras ciências não se comportaram de forma diferente. Como é de sua natureza produzir o adoecimento, a medicina moderna logo tratou de atribuir ao idoso uma série de doenças, limitações físicas e degenerescências neurológicas e mentais, sendo a grande responsável pela legitimação dos estereótipos de "caduquice", travamento motor e perda da acuidade perceptiva que permearam as imagens criadas para figurar o idoso.

A procura pela delimitação do início da velhice é outra questão igualmente presente nas preocupações dos estudiosos do envelhecimento. Alguns autores (Kaufmann, 1982; Martins, 1997; Riemann, 1990; Simões, 1998; Stuart-Hamilton, 2002) defendem a ideia do ciclo de vida, segundo a qual esta estaria dividida em diferentes períodos sequenciais de desenvolvimento, com intervalos de vinte a 25 anos cada um. A maturidade corresponderia ao quarto período da vida, que se caracterizaria por uma fase em que não haveria responsabilidades nem ligação com o trabalho.

Outras correntes sugerem que a velhice começa no nascimento, estendendo-se ao longo de toda a vida do indivíduo. Outras afirmam que ela principia com o início da vida sexual. Há ainda uma vertente que marca o começo da velhice aos 20 anos, quando termina o desenvolvimento físico, e outra que fixa sua chegada para os 40 anos.

A divisão dos processos do envelhecimento em diferentes fases é outra característica das ciências do envelhecimento, na procura de dividir a velhice em estágios para isolar suas particularidades. Stuart-Hamilton (2002) propõe sua divisão em três etapas: o envelhecimento primário, em que ocorrem as mudanças corporais da idade; o envelhecimento secundário, em que as mudanças acontecem com

maior frequência; e, por fim, o envelhecimento terciário, que é a rápida e acentuada deterioração física imediatamente anterior à morte.

A dificuldade dos teóricos em conceituar e circunscrever a velhice no interior de uma categoria promove um recorte dessa fase sobre si mesma, o que a singulariza e a diferencia em relação ao próprio processo de envelhecimento por meio da criação de categorias intermediárias, como é o caso da terceira idade.

O acelerado processo de envelhecimento da população pode ser um dos fatores contribuintes para essa divisão da velhice em várias fases. Com o aumento da expectativa de vida, o critério etário transforma-se em um dos elementos organizadores do conceito de velhice. Nesse sentido, Burnside (apud Stuart-Hamilton, 2002) divide a velhice em diversas categorias, como a dos "velhos-jovens", de idade entre 60 a 69 anos; "velhos de meia idade", de 70 a 79 anos; "velhos velhos", aqueles que se encontram na casa dos 80 aos 89 anos; e por fim os "velhos muito velhos", que passaram dos 90 anos. De fato, o aumento da expectativa de vida criou uma situação curiosa, na qual os pesquisadores se esforçam a fim de denominar o que é essa velhice do mundo atual, tal como Cecília Meireles procurando sua face perdida em algum espelho.

O prolongamento da vida, característica do mundo contemporâneo, promoveu esses recortes sobre o envelhecimento, ampliando o conceito de velhice e criando etapas interpostas. Para o já citado Stuart-Hamilton, as pessoas da terceira idade estariam situadas na faixa dos 65 anos, período que se refere a um estilo de vida ativo e independente na velhice. Já o conceito de quarta idade corresponderia ao período final, marcado pela dependência em relação às outras pessoas.

A Organização Mundial da Saúde atualmente classifica a velhice em quatro estágios (Simões, 1998): a meia-idade, dos 45 aos 59 anos; o idoso, dos 60 aos 74 anos; o ancião, de 75 a 90 anos; e a velhice extrema, dos 90 anos em diante. De acordo com Tânia Kaufmann (1982), a classificação etária se dividiria da seguinte forma: até os 20 anos, os indivíduos são jovens em desenvolvimento; entre os 20 e os 30 anos estaria a fase adulta; a partir dos 30 anos, o indivíduo

torna-se gerontino; dos 40 aos 65 anos, a maturidade; dos 65 aos 75 anos, a terceira idade; e a partir dos 75, a anciania.

De acordo com Philippe Ariès (1981), um homem do século XVI ou XVII ficaria espantado com as exigências de identidade civil a que nos submetemos com naturalidade. Dentre essas determinações, admitimos a declinação da idade como um dado de identificação. A data de nascimento é algo que nos acompanha a todo o momento, desde abrir uma conta no crediário até consultas médicas ou à lápide do cemitério.

As categorias de idade estão sempre presentes e são imprescindíveis na classificação dos indivíduos em determinados contextos, como, por exemplo, em planos de saúde, em concursos públicos, na preferência em filas de banco, na aquisição de benefícios sociais etc. Para nós, que estamos acostumados e inseridos nessa lógica de funcionamento, parece difícil imaginar outro modo de organização social sem que o critério etário seja levado em conta, principalmente porque ele é uma quantidade mensurável e precisa, do mundo da exatidão e do número.

A idade cronológica, recortada por diferentes categorias, é uma das bases de nossa organização social e um procedimento útil à gestão das populações. Guita Debert ressalta que mecanismos fundamentais de distribuição de poder e prestígio, no interior das classes sociais, levam em conta esse critério etário: "[...] categorias e grupos de idade implicam, portanto, a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos" (1998, p.12).

A divisão da vida humana a partir das idades da vida aparece na Idade Média (Ariès, 1981) em tratados pseudocientíficos nos quais as idades corresponderiam ao número de planetas até então conhecidos, isto é, sete. A primeira idade seria a infância, do nascimento até os 7 anos, quando a criança ganha os dentes e aprende a falar. Após a infância, viria a segunda idade, chamada de *pueritia,* que se estenderia até os 14 anos. A terceira idade seria a adolescência, terminando por volta dos 28 anos, mas podendo chegar até os 50 anos. Entre

a juventude e a velhice haveria a senectude e, por fim, a partir dos 70 anos, a velhice propriamente dita.

Ariès assinala, ainda, que as etapas da vida, tais como expressas na Idade Média, não corresponderiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais. Em seu estudo iconográfico, o autor enfatiza que as idades da vida eram retratadas de acordo com as funções de cada fase. Por exemplo, a idade dos brinquedos, da escola, do amor ou do esporte, da guerra, do sedentarismo, da sabedoria. Segundo ele, a vida era bem delimitada em etapas conforme as atividades, funções, tipos físicos e vestimenta.

No mundo contemporâneo, essa delimitação fica bastante dificultada por conta do valor agregado à juventude que se espraia para outras idades da vida. No caso específico da velhice, Ariès aponta que essa fase desapareceu, dando lugar à figura do "senhor de certa idade" ou da "senhora bem-conservada". Assim, a ideia tecnológica de conservação substitui ao mesmo tempo a ideia biológica e moral da velhice.

Apesar das tentativas atuais em categorizar e subdividir cronologicamente a velhice, existe a tendência da cultura contemporânea em desfazer limites, fronteiras e separações rígidas entre quaisquer diferenciações espaço-temporais. Nosso tempo, dentre outras coisas, propaga a mixagem, a mistura. No mínimo, exalta a convivência entre os diferentes. Neil Postman (1999), inclusive, defende a tese de que a infância está desaparecendo como um período da vida apartado da idade adulta, em consequência da invasão do espaço da infância pelo adulto – a adultização da infância – e, inversamente, pelo movimento da infantilização do adulto.

Tal tentativa de derrubada de fronteiras colide com o ideário de pureza da modernidade, destacado por Zygmunt Bauman (1998), que fazia da rígida separação estratégica dos objetos uma forma de conservação e manutenção de suas pressupostas qualidades essencialistas e, com isso, mantinha a ordem livre de qualquer contágio. Por esse princípio higienista e purista, igualmente se separavam rigidamente as idades, as diferentes fases da vida, atribuindo-se a elas características que se lhes imputavam como essenciais, ou seja, como constitutivas de uma essência natural que cada uma trazia em si.

A cultura atual, diferentemente, tende a liquidificar a vida, conforme também acentua Bauman (2007), o que, dentre outras coisas, poderíamos assim entender, desfaz as barreiras entre as idades e torna mais fluidas as conexões entre elas. Talvez por isso tenhamos uma maior assimilação da velhice, de maneira geral, ainda que pinçada em algumas de suas pontas, como a da chamada terceira idade. Quiçá os esforços para subdividir a velhice em subcategorias se prestem a facilitar esse processo de assimilação social dos idosos e a modificação, senão a derrubada, das fronteiras cronológicas herdadas dos períodos mais segregacionistas da nossa história.

A preocupação dos pesquisadores em delimitar o conceito e o início da idade da velhice demonstra uma similaridade com o pensamento científico moderno, alimentado pela busca da gênese, do início e da origem das coisas, como se pode observar na ascensão da História como ciência, no pensamento darwinista e no sucesso de algumas teorias do desenvolvimento, como a psicanálise e a teoria piagetiana.

A busca pela origem da velhice, suas características e particularidades sugere que há uma tentativa de obter um controle sobre todo o processo do envelhecimento. Ao conhecê-lo, torna-se possível a implementação de políticas preventivas e profiláticas, de modo a eliminar seus efeitos indesejáveis, minuciosamente descritos nos manuais de geriatria e gerontologia.

A educação para a velhice é uma das ideias preconizadas por gerontólogos. É por meio dessa pedagogia que suas práticas serão legitimadas, na gerência da vida humana, na prescrição de modos de ser e viver e na produção de uma imagem de velhice sem envelhecimento. De acordo com o geriatra Jarbas Ávila,

> todos nós odiamos a velhice e em nenhum momento de nossa vida nos preparamos para o inexorável envelhecimento. Todos apoiamos escolas que ensinam os meninos a serem homens; quem conhece escolas que ensinam os homens a serem velhos? (apud Haddad, 1986, p.34)

As escolas para a velhice estão presentes em diversas práticas difundidas em consultórios, na mídia, em programas etc. A construção de um corpo científico sobre essa fase da vida possibilitou a implementação de saberes e práticas dirigidas para um corpo apropriado enquanto objeto de estudo e de gestão. A substituição das ações de caridade antes praticadas em favor dos idosos por técnicas mais eficazes engendrou uma proposta de educação vigiada:

> [...] objetos de intervenção, os velhos são, ao mesmo tempo, objetos de saber. Aí entra o solicitado serviço da universidade em prol do desenvolvimento e aceleração de uma política social voltada para o idoso: o trabalho social precisa se apoiar num saber psicológico, psiquiátrico, psicanalítico, sociológico, antropológico etc., voltado para o que chamamos de "pedagogia da velhice" (Haddad, 1986, p.39).

Inscrita em uma racionalidade científica, a velhice passa a ser habitada por discursos de especialistas que ditam estatutos de verdade normativos sobre o que é e como dever ser gerida essa fase da vida. Tais especialidades do envelhecimento, sob a égide científica, dizem de um corpo biológico, da sua degenerescência e das medidas de controle e prevenção necessárias para que se possa ter uma velhice esclarecida (idem).

A educação para a velhice acarreta um processo de aprendizagem, quer dizer, de saber envelhecer. Os resultados de trabalhos dos teóricos sinalizam que a realidade humana pode ser modificada pela ação da ciência, das instituições, do Estado e do próprio idoso, por meio de sua pedagogização (idem).

Determinar os limites da velhice, conhecer profundamente suas características, delimitar seu início dentro do ciclo da vida, portanto, são ferramentas fundamentais para que se possa construir um corpo teórico-científico e engendrar as práticas necessárias a serem difundidas sobre os processos do envelhecimento. A construção de um saber científico produz fatos normativos, e ao qualificar ou desqualificar um objeto ou uma prática, opera mediante um estatuto de direito e de definição de normas (Derbert, 2004).

A educação para a velhice é alvo de preocupação de geriatras e gerontólogos, assim como acontece na pediatria com uma educação para a infância, e na hebiatria com a adolescência. No caso das ciências do envelhecimento, a questão coloca-se na preparação para a velhice, como assinala o geriatra Edison Rossi: "O adulto deve ser ensinado para a velhice, assim como se procura ensinar a criança para a vida" (apud Haddad, 1986, p.34). Tal projeto educativo, para Fernandes & Rossi, deve iniciar-se e estender-se ao longo da vida do sujeito: "[...] torna-se impostergável proporcionar orientação, assistência e cuidados para que o indivíduo que atravessa as etapas da infância à idade madura esteja alerta, prevenido" (op.cit., p.35).

O ensino difundido acerca da velhice visa promover uma imagem saudável, bem esclarecida sobre o corpo do idoso, ativo, criativo, útil à sociedade. Ou seja, assim como ocorreu por meio das políticas públicas, o conceito de velhice também é revitalizado pela gerontologia com a terceira idade. No entanto, de acordo com Debert (2004), ao promover uma imagem da velhice permeada por um ideário de preservação do corpo jovem, a gerontologia e a geriatria desconstroem seu objeto de estudo, isto é, os processos de envelhecimento.

A aliança entre o Estado e a ciência na produção de novos olhares sobre o envelhecimento

Ao longo de nosso livro, diferentes contornos das faces da velhice emergiram no percurso cartográfico. Das políticas de assistência à não diferenciação do corpo idoso como uma categoria à parte, o envelhecimento passou a ser investido de programas preventivos e a ter seu próprio estatuto reconhecido por lei, além de ser objeto de uma especialidade médico-científica que o singulariza em relação a outras idades da vida.

Todo esse processo de construção da categoria de velhice foi possível, dentre outras coisas, a partir de uma aliança entre o Estado e a ciência. A geriatria e a gerontologia, com propostas de educação e prevenção para a velhice, auxiliaram a construção de políticas pú-

blicas que procuram reduzir o ônus acarretado pela população idosa aos cofres públicos, com programas para a terceira idade, à base da promoção de uma velhice útil e saudável. Dessa maneira, de acordo com Eneida Haddad, "fica evidente que a gerontologia e a geriatria são os instrumentos utilizados pelo Estado junto à sociedade a fim de repropor a figura física e psicológica do envelhecimento" (1986, p.72).

Com o aumento da população idosa, a velhice passou a ser tomada como um problema social emergente no país, o que gerou a necessidade de gerir essa massa de idosos aposentados. Uma das preocupações que se colocaram para essa gestão foi o reaproveitamento do tempo livre. Assim, a gerontologia e o Estado, pelas políticas públicas, problematizaram essa questão a fim de refuncionalizar o tempo ocioso. A aposentadoria foi então colocada como uma fase na qual haveria a necessidade de preparação e programação do tempo disponível, para não correr o risco de provocar adoecimentos:

> Tempo livre é uma das causas de maiores tensões estressantes [...]. A melhor terapêutica para o envelhecimento é o trabalho. A aposentadoria é não raro uma espécie de doença ou de morte que toma conta progressivamente do indivíduo, acabando por liquidá-lo, em geral, antes do tempo. O trabalho é o melhor prêmio que a vida pode oferecer ao homem (Steiglitz apud Haddad, op.cit., p.40).

Afastado do mundo do trabalho, o homem estaria próximo a uma existência sem sentido, do que decorre a necessidade de reaproveitamento de seu tempo ocioso. Assim, a gerontologia e o Estado promoveram uma aliança, na qual a educação para a velhice atua no sentido de ensiná-la a preencher o tempo com atividades terapêuticas e profiláticas. Com o discurso de que é preciso manter-se ativo para não adoecer, a gerontologia oferece os subsídios para a implementação de diversas políticas públicas dirigidas à velhice:

> A deterioração do cérebro consiste na perda de células. Dos 25 aos 40 anos algumas células já se perderam. Depois dos 40 anos

> essa perda se acelera. Na meia-idade, portanto, é necessário que cada pessoa procure compensar essa perda, dando ao cérebro tranquilidade para trabalhar. Isso não quer dizer que o cérebro deva ficar ocioso. Pelo contrário. O cérebro deve estar sempre "ligado". Quando está acordado, funciona melhor (Ribeiro, 1996, p.27).

A necessidade de ter uma velhice ativa começa a se delinear, associando a ideia de atividade à saúde. Mantendo-se ativo, o idoso poderá ao menos preservar o "espírito jovem" do qual tanto se fala, vetando o "espírito velho", que é associado a sentidos torpes. Para Marcelo Salgado, há uma diferença entre ser e estar velho:

> Ser velho é o destino de todos nós, o que a humanidade, por mais progressos que tenha feito, não conseguiu ainda evitar. Estar velho é outra coisa. Este conceito se refere ao sentido pejorativo da velhice, enquanto significa uma série de manias, achaques, confusões, ensimesmamentos que podem afetar as pessoas, independentemente de sua idade cronológica. Assim, existem jovens velhos e velhos jovens (1996, p.7).

A ideia de uma velhice rejuvenescida modificará o olhar dirigido a essa fase da vida, seja por meio de políticas e programas, seja pelo discurso dos especialistas, que insistirão na necessidade de promover esse novo ideário de envelhecimento: "O envelhecimento não é simplesmente um processo físico, mas um estado de ânimo, e hoje nós estamos sendo testemunhas do início de uma mudança revolucionária nesse estado de ânimo" (Mahler apud Haddad, 1986, p.25).

Para a redefinição das imagens da velhice, a gerontologia, a geriatria e a intervenção do Estado foram importantes atores na construção desse novo olhar, dirigido a essa fase da vida. Mediante o discurso que remetia a velhice a uma etapa de doenças, de degeneração do corpo, de caráter marcadamente biologizante, a gerontologia se constituiu em uma das porta-vozes da promoção do envelhecimento saudável, educando o corpo para a velhice com o auxílio de políticas implementadas com esse fim.

Para essa mudança de olhar, o discurso sobre os processos de envelhecimento passou a ter uma marca também do ponto de vista moral. Observem-se as palavras do gerontólogo Jarbas Ávila:

> O velho sadio não é psicológica nem fisiologicamente velho. O que caracteriza a velhice não é a quantidade de anos vividos. Nem é o estado das artérias, como dizia Metchinikok. Nem é anormalidade endócrina, como queria Pende. O que caracteriza a velhice é a perda dos ideais da juventude, é a dessintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança no futuro, desamor ao trabalho (apud Haddad, op.cit., p.27).

Dessa perspectiva produz-se a necessidade de ter uma velhice bem-informada, jovem, ativa, confiante, feliz... Não é à toa que uma das denominações para essa nova velhice tenha sido "feliz idade". De fato, os rumos do envelhecimento galgaram outras paisagens, remodelando os contornos do envelhecimento.

Com a transformação do corpo em objeto de saber científico, a velhice entra em cena por meio de diferentes aspectos, quais sejam, da degeneração corporal e o aumento da expectativa da vida ao desequilíbrio demográfico e o ônus das políticas sociais (Debert, 2004). A geriatria e a gerontologia, com seu campo de saber produzido sobre a velhice, prestam importante contribuição ao Estado. Ao promover saberes, essas ciências engendram demandas que serão difundidas por meio de políticas públicas, além de obter o aval do Estado para consolidar suas práticas e difundir seus conhecimentos a respeito da velhice.

Para Haddad, porém, a relação entre a ciência e o Estado não deixa de apresentar alguns conflitos, já que há uma disputa de poder na qual ambos estão inseridos. Para suas ações públicas e estatutárias, o Estado necessita de saber técnico sobre a velhice que possibilite sua intervenção. Já a gerontologia cobra do governo a implementação de uma política comum, pela qual seja possível a gestão dos idosos.

A difusão de discursos sobre a velhice que apontam essa fase da vida como algo que se insere em um processo de degeneração procurou evidenciar e justificar a necessidade de uma intervenção e de uma gestão da população idosa pela medicina, pelo Estado e por diversas instituições sociais. Uma vez que a expectativa de vida obteve um aumento significativo em poucas décadas, elevando o número de idosos no País, a velhice tornou-se um grande problema político em diversas esferas da sociedade.

A necessidade de promover uma gestão dessa população propiciou a aliança entre o Estado e a ciência no redimensionamento dos rumos da velhice. A geriatria e a gerontologia, com seu corpo de saber sobre essa fase da vida, passaram a ocupar um lugar de intervenção nos processos de envelhecimento, na perspectiva de reutilização da figura do idoso e na prevenção aos males advindos desses processos. As políticas públicas passaram do assistencialismo para a prevenção, juntamente com o saber sobre a velhice, e se configuraram em importantes propagadoras dessa nova imagem de envelhecimento, refuncionalizada e otimizada por meio de diversos programas direcionados para a terceira idade.

3
Ensaios sobre o envelhecimento na contemporaneidade: relevos cartográficos

Tempo, envelhecimento e mundo contemporâneo

Porque o tempo é uma invenção da morte:
não o conhece a vida – a verdadeira –
em que basta um momento de poesia
para nos dar a eternidade inteira.

A cor do invisível, Mário Quintana

Enquanto o tempo acelera e pede pressa,
Eu me recuso, faço hora, vou na valsa:
A vida é tão rara...

Lenine

A efemeridade do mundo, marcada pela passagem do tempo acelerado nos corpos, nas relações, nos objetos e nas histórias, tem provocado uma ruptura com o próprio tempo e com o espaço. Em um mundo que privilegia a velocidade cada vez mais acelerada ou até mesmo a eliminação das barreiras temporais, a instantaneidade é vivida com grande intensidade na experiência do homem com seu mundo. A abolição do tempo (Bauman, 1999) pode até mesmo significar seu congelamento em alguma de suas formas de expressão, a

fim de que seus rastros não provoquem o efeito tão conhecido por nós: envelhecer o que quer que seja por onde passa.

A relação entre tempo e envelhecimento é conhecida, e quase automaticamente se associa um ao outro. Afinal de contas, para a sociedade, o que é um idoso senão alguém que viveu muito tempo? Além disso, por ter vivido tanto tempo, o homem velho vê seu destino selado na velhice: a iminente proximidade da morte, uma ideia mais fortemente presente do que em outras idades da vida.

A invenção do tempo engendra algumas questões que perpassam o bojo da existência humana e sua finitude, uma vez que "existir, para a realidade humana, é temporalizar-se" (Beauvoir, 1990, p.445). Ao inscrever-se enquanto ser humano, enquanto existência, o indivíduo é registrado em uma categoria temporal, na qual a sua condição de ser finito é, por assim dizer, decretada por essa entidade infinita chamada tempo.

Muitas vezes concebido como algo exterior ao homem, de existência própria e permanente, o tempo é extensão e criação da realidade humana. Tal criação, aliás, surge para lidar com a contradição ontológica do homem, que é a tensão entre a sua permanência e a transitoriedade no mundo, seu poder e sua impotência em face dessa condição de finitude a que está submetido. A invenção do tempo nasce não somente para ordenar as ações humanas, mas também como tentativa de negar a morte (Augras, 1986). O próprio *Chronos,* tal como representado pelos antigos, era um ancião que trazia consigo uma foice que ceifava vidas.

Com o advento do capitalismo, o tempo foi ressignificado como bem e mercadoria, subscrito pelo lema "tempo é dinheiro". Para tanto, a produção de mais-valia perpassava pelos ponteiros do relógio, em que cada segundo batido representava um lucro a mais. Todo esse processo mercantilizou a relação do homem com o tempo e, inclusive, do homem com seus semelhantes. Fazer tempo é fazer dinheiro. Ao que parece, isso foi levado às últimas consequências na contemporaneidade, como se pode observar na grande bandeira da produtividade ou do produtivismo, que pode ser traduzida como uma maximização do tempo na produção e no consumo.

As barreiras temporais, inclusive, estão sendo transpostas, tamanha sua velocidade (Virilio, 1996). A instantaneidade (a expressão maior da compressão do tempo) é o paradigma norteador das ações humanas: diversos tipos de produtos são vendidos com esse princípio, a fim de valorizar sua praticidade e rapidez para o consumo (por exemplo, o macarrão instantâneo e o *fast, food* que vendem a economia de tempo na preparação dos alimentos e, dentre outros tantos exemplos, o telefone celular, que permite localizar o destinatário a qualquer momento). A *internet* é outra vedete da compressão do tempo: propicia o contato virtual instantâneo entre pessoas nos mais diferentes logradouros. A televisão transmite, em tempo real, a notícia no mesmo momento em que ela acontece.

A efemeridade e a brevidade dos contatos humanos obedecem a essa mesma lógica de velocidade, expressa radicalmente na instantaneidade. O "ficar", por exemplo, nada mais é do que um encontro momentâneo com outra pessoa. A aceleração da rotina da vida parece não favorecer mais os contatos, os encontros e os vínculos entre as pessoas.

Nesse cenário, o hábito, enquanto uma disposição duradoura adquirida pela repetição frequente de um ato, uso, costume, parece ser a possibilidade de ruptura com a efemeridade das relações que estabelecemos no mundo. Mais do que em outras fases da vida, é interessante notar o quanto o hábito está integrado ao dia a dia do idoso. O que muitas vezes é conhecido tipicamente como "manias de velho" pode ser um comportamento que se expande no sentido de estabelecer uma relação continuada e duradoura com o mundo. Incorporado à vida, o hábito torna-se poesia do cotidiano: o presente é um passado revisitado, e o futuro pode ser antevisto (Arendt, 1972), o que é capaz de garantir alguma segurança diante da brevidade das coisas mundanas.

Diferentemente de outras épocas, como na efervescência da modernidade, no século XIX e na primeira metade do século XX – quando se buscava acelerar o tempo para produzir mudanças, revoluções, enfim, o progresso –, hoje a erradicação do tempo ou a instantaneidade suprimem passado e futuro, mergulhando o homem em um eterno presente e retirando os ideários de mudança até então

construídos com um olhar para adiante e outro para trás (Berman, 1986; Harvey, 1998).

A vivência do homem contemporâneo, imerso nesse constante presente, igualmente se traduz diante do culto ao corpo jovem como um valor, um bem a ser adquirido por meio das mais variadas práticas. Um corpo que o tempo não atravessa, com o ideal de permanecer eternamente jovem, cristalizado na sua fase áurea da vida, a juventude... As rugas, a flacidez, os cabelos brancos de fato não são valores exaltados pelos padrões de beleza; ao contrário, são indesejáveis.

Atualmente, assistimos a um grande avanço nas pesquisas sobre a prevenção dos processos de envelhecimento, graças principalmente à aliança entre a medicina e a estética, expressa sobretudo no surgimento da medicina antienvelhecimento, há mais ou menos 15 anos, nos Estados Unidos. A premissa dessa prática médica recai sobre medidas preventivas contra as doenças consideradas típicas da velhice. De acordo com uma profissional da área, "a medicina antienvelhecimento não é capaz de parar o tempo, mas pode atrasar o nosso relógio biológico, reduzindo substantivamente a velocidade com que envelhecemos, minimizando, desta forma, as possibilidades de patologias".[1]

A ideia de prevenção do envelhecimento acusa que essa fase da vida pressupõe doenças, efeitos indesejáveis no corpo e até o limiar da morte, configurado no objetivo de reduzir a aceleração do relógio biológico. Promovendo os benefícios da medicina antienvelhecimento, diz a especialista:

> Não é muito mais difícil atingir o estado ótimo de saúde depois que estamos doentes? *Não é muito mais difícil aguardar passivamente até que as coisas estejam terrivelmente defeituosas, para, só então, tratarmos de fazer reparos e remendos?* Você concorda que é muito mais inteligente investir na prevenção e detecção precoce das doenças, permitindo que as possibilidades de mantermos a saúde e o vigor da juventude sejam bem maiores? (idem, grifos nossos)

1 Texto disponível no site: www.clinicaideally.com.br. Acesso em 15 jun. 2007.

Os "defeitos" provocados pela ação do tempo são alvo de grande investimento do mercado de consumo, por meio de produtos que prometem ser o "elixir da juventude" para combater os efeitos do tempo nos corpos. De fato, o culto à juventude despreza e desqualifica o corpo da velhice, que precisa ser "remendado e reparado", de acordo com a especialista, para ser aprazível para os olhos e até para a própria saúde.

Além disso, acredita-se que a velhice seja uma época de perdas em relação ao corpo (Simões, 1998): os sentidos perdem a acuidade, vão-se os dentes, perdem-se alguns fios de cabelo, os movimentos, o viço da pele, tudo se torna cinza... Não obstante, pode ser que esse acinzentado se expresse para além do sombrio, representando a presença da vida, a materialização de *Chronos*, que dá passagem ao tempo naqueles corpos repletos de história.

Os modos pelos quais o homem contemporâneo se relaciona com o tempo têm consequências ainda mais fortes na velhice. No culto ao corpo jovem, o velho é estigmatizado. Na velocidade, na aceleração e instantaneidade do mundo, o idoso nem sempre consegue acompanhar o compasso frenético do consumo e da produção. Seu corpo não corre mais na velocidade exigida pelo capital.

O ritmo acelerado em que vivemos, na nossa relação com as pessoas e as coisas, também se configura na forte presença da tecnologia em nosso cotidiano cada vez mais informatizado, que comprime o tempo e possibilita que as ações humanas sejam realizadas no menor período possível. O computador doméstico, os serviços de banco, eletrodomésticos em geral, secretária eletrônica, enfim, temos atualmente uma gama de mercadorias e serviços informatizados presentes em nosso cotidiano. Essa demanda por uma vida computadorizada requer conhecimentos específicos de manuseio que nem sempre estão plenamente acessíveis à população idosa, além da necessidade de se adaptar ao ritmo acelerado para o manejo desses produtos.

Em nossa relação com a dimensão temporal, outras consequências colocam-se à nossa frente. Vivendo em um mundo no qual o tempo é um valor, cultivamos a ideia de que a ociosidade é, na realidade, "perda de tempo". Há que se ganhar dele, trapaceá-lo, ultrapassá-lo,

para que ao final se possa conquistá-lo, vencê-lo. O tempo livre coloca-se como um tempo oco, vazio, que deve ser preenchido. Nesse caso, a velhice encontra-se intimamente ligada a essa questão, porque dispõe de muito "tempo vago" no seu cotidiano, por acreditar-se que a aposentadoria significa o fim de atividades laborativas, ou seja, o idoso deixa de produzir mais-valia (Haddad, 1986).

Conforme vimos anteriormente, a questão do tempo ocioso tornou-se objeto de preocupação e intervenção do Estado e da medicina, por meio de políticas públicas e de procedimentos gerontológicos (Cardoso, 2004). A ideia de ter tempo livre foi associada à produção de doenças, decorrendo dessa premissa a necessidade de intervir para otimizar o "tempo estéril" dos aposentados. Ocupar o tempo, preenchê-lo com atividades diversas significa dar uma carga valorativa a ele, diferentemente da ideia de gastá-lo com coisas que podem ser consideradas supérfluas. Por exemplo, o ato de bordar deixou de ser uma atividade de lazer para tornar-se uma prescrição terapêutica, assim como uma série de outras ações humanas que foram apropriadas pelo receituário médico como profilaxia de doenças ou para ter o que chamam de "qualidade de vida na velhice". A própria cultura popular tem um ditado que diz: "Cabeça vazia é oficina do Diabo". Quer dizer, é preciso ocupar o tempo para não cometer traquinagens, maldades ou outros males.

Nesse sentido, a velhice é atualmente alvo de uma série de programas e prescrições que visam aproveitar o tempo disponível na aposentadoria com atividades produtoras de lucro. Diversas empresas têm manifestado essa preocupação no preparo de seus funcionários com programas de preparação para os aposentados por meio de palestras e eventos. No ano de 2007, foi realizado em Ilha Solteira, *campus* da Unesp, o I Congresso de Preparação para a Aposentadoria: Aprendendo a Empreender. Dos objetivos do evento, destacamos os seguintes pontos:

- desencadear reflexão com o "aposentável" sobre esse novo ciclo de sua vida, levando-o a descobrir novas formas de autorrealização;
- capacitá-lo para a formulação de um novo projeto de vida pro-

dutiva;
- mostrar meios e formas de substituir as fontes de satisfação pessoal derivadas do trabalho por outras ligadas à sua realização como pessoa humana (Universidade Estadual Paulista, 2007).

A busca pela autorrealização é um atributo dessa nova categoria de velhice chamada terceira idade. Cabe ressaltar que esse projeto de satisfação pessoal muitas vezes tem em vista o segundo item dos objetivos do referido congresso, que é levar uma vida produtiva na aposentadoria, isto é, tornar-se um aposentado empreendedor.

Todas essas questões dizem respeito à preocupação com o tempo livre do idoso, tomado como problemático na sociedade atual. Assim, ele é inserido em um conjunto de procedimentos que procuram preencher o tempo com diversos tipos de atividades, pois não se pode "ficar à toa" em um mundo que privilegia a produção, o consumo e o movimento.

Certa vez, nas oficinas de psicologia com idosos, narraram-nos um episódio que envolvia uma senhora em uma fila de banco. Como várias pessoas tomassem a sua frente (quando na realidade deveria ser o contrário), ela perguntou a um jovem por que ela estava sendo passada para trás. Ele respondeu: "Vocês, que são velhos e aposentados, têm mais tempo de ficar à toa, por isso podem esperar mais". Além de ser desrespeitosa, essa situação nos mostra o quanto a velhice está atravessada pelas relações do homem com o tempo na contemporaneidade, seja na velocidade que move nossas ações e relações com o mundo, seja pela necessidade de consumir o próprio tempo e preenchê-lo com a maior quantidade de atividades possíveis.

Além disso, a aceleração do tempo provocou um distanciamento entre décadas recentemente passadas e aquela em que vivemos. Os reflexos desse feito podem ser vislumbrados no que chamamos de era da informação (Santaella, 1996), na qual o que importa são as notícias veiculadas em tempo real. Nesse caso, as narrativas e as memórias dos idosos são, frequentemente, transformadas em algo obsoleto e ultrapassado, pois o mais relevante é o que está acontecendo e não o que já aconteceu. Tal ditadura do tempo, imposta pelo homem,

representa, ainda, como rudimentares e arcaicas as práticas do cotidiano e dos saberes que a velhice traz em seu bojo. A velocidade de informações e de conhecimento do mundo contemporâneo faz parecerem ignóbeis as memórias dos idosos, que se sentem desqualificados e atrasados com relação ao próprio tempo presente. Uma vez perguntamos a uma senhora o que significava a palavra velhice para ela. Sem titubear, respondeu: "É parar no tempo". Imediatamente sua colega a questionou: "Mas será que foi o tempo que parou ou fomos nós que paramos no tempo?".

Seja qual for a resposta, a velhice tem um ritmo de estar no mundo que lhe é peculiar. Parada no tempo, debruçada sobre ele ou não, é preciso ter algo importante em mente: a velhice pode ser a possibilidade de quebra da ampulheta do tempo tal como o vivemos na atualidade. Com seu ritmo próprio, o velho é uma das maiores estratégias de enfrentamento das condições da velocidade do mundo contemporâneo. Ele tem seu próprio tempo: seu caminhar às vezes é lento, assim como seus movimentos e suas ações. O idoso nos obriga a reduzir a velocidade. Entretanto, outra face da velhice, a terceira idade, já se posiciona de maneira um pouco diferente, com seu ritmo mais conjugado com o contemporâneo, um pouco mais acelerado, com mais atividades, exercícios etc.

Além do mais, a velhice constrói-se para além do tempo que culmina com a sabedoria e experiência de vida. A todo momento, sua existência humana é evocada; ora ela se totaliza, ora ela se quebra: "Num mesmo movimento, o tempo nos dá e nos rouba o mundo" (Beauvoir, 1990, p.469). Enquanto alguém que acumula anos em sua vida, o idoso não é meramente um ser que se esgotou ou que está regredindo: ele continua a se desenvolver, a ensinar e a atualizar o passado à sua maneira.

Ainda que tentemos trapacear a ação do tempo, estamos sujeitos a ele. Os muitos anos de vida que desejamos a alguém quando faz aniversário, recordam-nos que um dia talvez estejamos velhos, que tenhamos em nós todas as idades – como diz a poeta Cora Coralina. Ou, ainda, poderemos nos espantar um dia quando depararmos com os anos que se acumularam em nossa existência, como a Chiquinha,

de 82 anos: "Tem dias que acordo, me olho no espelho e penso: será mesmo que tenho essa idade?".

Viver muito tempo ou viver o tempo... Talvez imaginar que possamos vivenciar as contradições de um tempo que atravessa nosso mundo contemporâneo em uma relação em que a dimensão temporal não precisasse ser amarelada, apagada, rejeitada ou mesmo omitida.

Espaço, cidade e memória

As lembranças se apoiam nas pedras da cidade.

Ecléa Bosi

A cidade é o lugar em que o tempo toma igualmente formas peculiares: os espaços também envelhecem. Edifícios desgastados pela ação da chuva, do sol e do tempo ilustram e testemunham a história de uma cidade. É interessante notar o quanto a arquitetura diz respeito a uma determinada sociedade, pois aí se expressa a relação do homem com o espaço.

O espaço urbano é a presentificação de um acontecimento. É nele que se trava toda sorte de histórias públicas ou pessoais. Talvez ele mesmo seja a "testemunha não ocular da História". Dessa forma, os espaços urbanos são imbuídos de sentidos e valores, de significações próprias de um determinado acontecimento. Os monumentos históricos revelam fatos importantes da história de uma cidade ou de um país. São marcos dignos de investimentos, cujo propósito é perpetuar e difundir a memória de grandes acontecimentos do lugar: a casa de uma personalidade considerada importante, os palácios e casarões de marqueses e reis, monumentos em que pessoas foram assassinadas em prol de uma causa, toda espécie de museus etc. São espaços considerados patrimônios, uma vez que eles guardam e preservam a história de uma determinada sociedade.

Mas há ainda os espaços que narram a história do cotidiano das pessoas de uma época: pequenas casas, armazéns, fazendas, praças, capelas... Esses espaços têm também sua importância, uma vez que

as pessoas que os habitaram construíram, igualmente, a história e a memória de uma cidade.

O fluir constante do tempo e das mãos humanas alteram consideravelmente a paisagem da cidade. "O espaço volta a assumir as traições do tempo: os lugares mudam" (Beauvoir, 1990, p.451). Aquela cidade da infância, tal como foi vivenciada, existe somente na memória. Certamente, as mudanças da cidade também foram vividas por aqueles que a habitaram, mas muitas vezes nota-se nos idosos a sensação de estranhamento e saudosismo frente às tantas alterações que aquele espaço sofreu. Em conversas com idosos, é comum ouvirmos relatos de histórias que utilizam referências antigas da cidade. Ao narrar um acontecimento, muitas vezes eles se reportam a ruas e casarões que não existem mais e cujas imagens, no entanto, se conservam na retina da memória.

A cidade permanece e resiste ao tempo, ao menos subjetivamente. "Cidades invisíveis" (Calvino, 1990), das quais tomamos conhecimento por meio de relatos apaixonados de Marcos Pólos desbravando os entremeios daquilo que não pode ser visto, mas que se materializa no ato de narrar a cidade ou o campo, ou nas imagens impressas em fotografias antigas, que também preservam os lugares hoje extintos. É preciso enfatizar, sobretudo tratando-se de uma tentativa de cartografar signos espaciais, que o que sobressai nas lembranças dos mais velhos são, especialmente, as mudanças de sentido e valores que acompanham as percepções das transformações dos lugares.

Por exemplo, certa vez, ouvimos nas oficinas relatos sobre a vivência da infância na cidade à época da Segunda Guerra Mundial. Naquele tempo, conforme nos disseram, foi imposto um racionamento de alguns alimentos básicos do dia a dia, como pão, farinha, açúcar e sal. A quantidade desses mantimentos era calculada de acordo com o número de pessoas por família e, assim, distribuíam-se fichas para a compra dos alimentos em um determinado armazém. Quem precisasse desses produtos para além da cota, teria de pagar um alto preço no chamado "mercado negro".

Tudo isso se passava em uma rua que hoje é a avenida central da cidade, coração do comércio municipal repleto de lojas, farmácias,

bancos, lanchonetes e bares que invadem as calçadas. O comércio clandestino de outrora deu espaço a um comércio a céu aberto, agora esgotado não mais pela falta, mas pelo excesso. Escassez, guerra, comércio regulado, mercado negro – tudo isso, ainda mais visto pelo olhar da infância, empresta um contraste muito grande aos sentidos atuais desse mesmo lugar.

Outros tantos relatos interessantes provocam até nossa imaginação acerca do espaço urbano e seus sentidos. Uma dessas histórias é sobre uma antiga cadeia municipal de uma cidade no norte do Paraná. Há mais ou menos quarenta anos, o marido de uma das participantes do grupo trabalhava como agente carcerário. As fotos revelam a velha cadeia: a estrutura do prédio era uma casa de madeira. Os banheiros e o refeitório ficavam na parte externa, que não tinha grades e sim uma cerca de balaústre. A porta de entrada permanecia aberta o tempo todo, e as crianças entravam livremente para espiar os presidiários. Além disso, o carcereiro escolhia o preso de melhor comportamento para cuidar de seu filho pequeno em sua própria casa ou ainda nas cercanias da cadeia. Esse filho, atualmente um policial militar, ficou sob os cuidados de alguns presos que auxiliavam em tarefas do cotidiano, como cozinhar, limpar a casa e cuidar da criança. Em tempos difíceis e violentos, tais como hoje, essa façanha é inimaginável. De fato, não somente os espaços mudaram, mas também as relações que se estabelecem com eles se modificaram sobremaneira.

A ruptura com o velho e a abertura para o novo se concretizaram de forma radical na arquitetura com o movimento modernista brasileiro. Muitos edifícios históricos caíram por terra, literalmente, e várias cidades ganharam uma nova aparência, mais "moderna". Ainda hoje, muitas construções históricas são derrubadas ou mal preservadas, embora a arte contemporânea, diferentemente da arte modernista, não se proponha mais a romper com o antigo, mas, ao contrário, incorporá-lo ou até revitalizá-lo, tal como ocorre, sobretudo na arquitetura, com a remodelação ou restauração de edifícios antigos.

No plano das relações entre as gerações, apesar de ainda predominar a desqualificação e o distanciamento do jovem em relação ao idoso, é possível identificar sinais de uma aproximação ou de uma

valorização da velhice, conforme se observa na própria ascensão da figura do idoso. Assim como está se buscando a revitalização do centro antigo de São Paulo, parece também que a velhice está sendo restaurada como valor social. Nessa questão, em particular, o moderno dialoga com o velho. Já no plano das relações pessoais diretas entre o jovem e o idoso, os diálogos parecem mais constritos e problemáticos.

Ainda que haja essa tentativa de miscigenação entre o velho e o novo em alguns planos, a circulação do idoso no espaço urbano é objeto de restrições várias. Em uma sociedade guetificada como a atual (Maffesoli, 1998; Sennett, 2001), os grupos sociais e etários possuem modalidades de circulação diferentes na cidade. Os lugares estão bem delimitados: há os espaços dos jovens, dos casais, das crianças e dos velhos. Dificilmente ocorre que um circule no grupo de outro.

A circulação pelos espaços é delimitada por fronteiras sociais que determinam onde cada categoria deve transitar. Aliás, o próprio mercado se encarrega de produzir tais lugares, como, por exemplo, casas noturnas voltadas especificamente para jovens e adolescentes, salões de dança para casais, boates gays, clubes de convivência para a terceira idade em que são realizados os bailes etc. Dificilmente as diferenças mais radicais se encontram nesses lugares tão especificados. Aliás, em uma experiência com nosso grupo, nós os levamos a uma badalada casa noturna da cidade frequentada somente por jovens. O incômodo provocado pela situação de choque de gerações foi mais presente nos adolescentes do que entre os próprios idosos. Já nos tradicionais bailes da terceira idade, é comum encontrar pessoas de outras gerações. Ali, a presença de moças e rapazes é bem assimilada, de acordo com os participantes do grupo, ao contrário das festas dos adolescentes, onde a presença de um velho poderia ser praticamente "barrada no baile".

As possibilidades de experimentação do espaço urbano pela velhice, como percebemos na sociedade brasileira, são demasiadamente restritas. Sua circulação em ambientes onde a presença de jovens é maciça muitas vezes não é bem-vinda pelos adolescentes. Em ambientes tipicamente noturnos, como bares e restaurantes, dificilmente

encontramos uma presença mais acentuada da população idosa. Aos idosos cabem apenas os clubes para a terceira idade, um espaço no qual são realizados bailes e outras atividades de convivência entre os mais velhos, além de poderem falar sobre suas memórias sobre essa cidade, que permanece subjetivamente, onde nem sempre encontram interlocutores para dialogar.

Certa vez, propusemos uma atividade nas oficinas de psicologia com a terceira idade que consistia em fazer uma maquete que figurasse a cidade e a relação que cada um estabelecia com esse espaço. Divididos em pequenos grupos, eles tinham à disposição diversos materiais de papelaria e reciclagem. Ao final, eles apresentaram a produção do grupo para que pudéssemos discutir as implicações da atividade realizada.

O espaço urbano retratado por todos os subgrupos reunia praticamente os mesmos conteúdos: a igreja, a praça central, o comércio, a escola, a casa do filho, uma lanchonete, a sorveteria, o supermercado, o hospital. Em nossa discussão sobre o material produzido, eles afirmaram que essa era a cidade à qual pertenciam e aqueles eram seus acessos de circulação na urbe. Notamos que, para esses idosos, lugares como casas noturnas eram interditados e não faziam parte de sua possibilidade de experimentação e apropriação da cidade.

Essas restrições de circulação, experimentação e apropriação do espaço urbano a que estão submetidos os idosos são frutos de uma criação social, pois "queremos que os velhos se conformem à imagem que a sociedade faz deles. Impomos-lhes regras com relação ao vestuário, uma decência de maneiras, e um respeito às aparências" (Beauvoir, 1990, p.268). Por isso, muitos territórios são previamente delimitados, assim como as regras de convivência nesses espaços. Em dois diferentes clubes da terceira idade que pudemos conhecer, onde acontecem os bailes semanais, é colocado na entrada um grande aviso que determina as regras da casa: mulheres não podem entrar com roupas curtas, homens têm de estar bem-vestidos e é proibido o namoro explícito naquele espaço.

Além das barreiras sociais impostas aos idosos, há ainda as barreiras físicas que comprometem o acesso a logradouros diversos.

Escadas, meios de transporte, calçadas e até o trânsito dificultam a circulação de idosos nos espaços urbanos. Essas restrições, físicas ou sociais, recaem de maneira muitas vezes intensa na velhice. Dos lugares que fizeram parte de uma história pessoal restam muito poucos, ou até mesmo nenhum. Nos espaços de circulação há ainda algumas possibilidades de mobilidade. Além disso, a ação do tempo nos espaços muda o cenário e as relações entre as coisas.

Como vimos, a velhice permanece à margem da condição de apropriação e experimentação do espaço urbano. Desse sentimento de pertença à cidade, resta aos idosos apenas uma memória que se apoia nas pedras de um espaço que muitas vezes lhes nega e interdita as possibilidades de circulação e participação na urbe. Por isso, o resgate dessas memórias sobre a cidade pode contribuir para um embate sobre a condição a que o idoso é submetido na sociedade contemporânea brasileira e também sobre o confronto com os rumos do espaço urbano nas suas transformações advindas da ação do tempo e do mercado capitalista, que destroem a paisagem histórica urbana e interditam a livre movimentação na cidade com a produção de guetos urbanos.

Mercado e qualidade de vida: a descoberta da terceira idade

Hoje os adultos se interessam pelo velho de outra maneira: é um objeto de exploração.

Simone de Beauvoir

As últimas décadas do século XX e os primórdios do atual revelam um sentimento com relação à velhice diferente de outras épocas. Até então, os idosos eram expropriados da sociedade capitalista consumidora e produtiva. Hoje são alvo de uma infinidade de produtos e serviços direcionados a essa população. Assim, aliado à ciência, que constrói o conceito de velhice e a divide em outras categorias, o mercado injeta demandas específicas voltadas aos idosos.

É interessante notar que a atual situação econômica de nosso país, juntamente com a economia neoliberal, engendrou a categoria terceira idade como categoria de consumo, graças ao mercado que enxergou seu potencial de compra frente à estabilidade da aposentadoria, ainda que advinda de um salário mínimo, na maioria dos casos. De acordo com Simone de Beauvoir (1990), esse interesse pela terceira idade aparece como objeto a ser explorado economicamente.

Atualmente, o idoso é investido de uma importância econômica e social diferente daquela de outras épocas. Não se trata de uma ascensão vinda de reivindicações por melhores condições de vida e protesto contra a discriminação, mas de uma valorização social para sua maior exploração e funcionalização, como aparece na fala de uma das participantes do grupo de idosos:

> O comércio finalmente descobriu a terceira idade. Nas lojas, dão até cafezinho. Mas eles nos tratam assim por causa da nossa aposentadoria e oferecem crédito ilimitado para nós. O comércio nos descobriu para comprar. Falta nos descobrirem enquanto gente mesmo.

Em famílias pobres, atualmente, muitos idosos sustentam filhos ou netos desempregados. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que 53% dos idosos têm participação na renda familiar (Camarano, 2007). A aposentadoria figura como importante meio de sobrevivência de algumas famílias e até como garantia de empréstimos em agências de financiamento. Além da aposentadoria e da pensão, há idosos que têm renda acrescida de aluguel de imóveis ou de previdência privada.

O mercado de produtos e serviços para essa população é vasto: há de ofertas de alimentos a clínicas particulares, de condomínios de alto luxo a empréstimos de bancos, pacotes de viagem e aulas em academias, tendências de moda e cursos variados em universidades que cobram mensalidade, tudo especificamente direcionado para a população da terceira idade.

Atentas a esse potencial de mercado, 51 grandes empresas voltadas ao comércio para a terceira idade promoveram, em 2006 e 2007,

na cidade de São Paulo, uma grande feira chamada Plenitude: Salão da Maturidade. A quantidade e a variedade de produtos e serviços impressionam: além dos já citados acima, foram desenvolvidos produtos para os animais de estimação dos idosos, como o caso de uma prótese de silicone colocada nas garras de cães e gatos para não ferir o dono do animal.

Apesar do que diziam os organizadores do evento, afirmando que a terceira idade é "um mercado que não para de crescer", o que se observa é uma contínua produção de demanda sobre os idosos. O convite expresso no *site* do evento convocava a terceira idade a "conhecer em primeira mão empresas que se preocupam com a maturidade e lançam produtos e serviços para o setor que consome aproximadamente R$ 150 bilhões/ano" (www.salaodamaturidade.com.br).

Tamanha cifra, de fato, aguça os olhos de investidores atentos a quaisquer sinais de possibilidades de abertura para diferentes mercados de consumo. A velhice parece ser um dos alvos de investimento em maior ascensão na atualidade, haja vista que o aumento do número de idosos, consequentemente, promove um aumento dessa população para consumir. Para o mercado, as engrenagens da máquina do capitalismo não podem parar ou funcionar de forma desarmônica. Por isso, ele absorve, atualmente, qualquer categoria da população.

Recentemente, o Ministério do Turismo criou o programa Viaja Mais Melhor Idade, divulgado em vários meios de comunicação. O objetivo dessa iniciativa, tal como expresso no *site* (http://www.turismo.gov.br/viajamais), é oferecer crédito consignado para aposentados e pensionistas na compra de pacotes de viagens para destinos nacionais em baixa temporada. A proposta do Ministério não deixa de ser extremamente interessante, se analisarmos que essa população passaria a ter maiores possibilidades de acesso a essa modalidade de lazer. Mas, para além dessa questão imediata, analisamos os objetivos específicos desse projeto, assim colocados:

- aumentar a oferta e a procura para os períodos de baixa ocupação, a fim de minimizar os efeitos da sazonalidade;

- aumentar a ocupação da oferta existente;
- estimular a articulação entre as empresas do *trade* turístico e seu comprometimento com as ações do Vai Brasil;
- manter os empregos atuais, diminuir a rotatividade e ampliar a oferta de vagas;
- fortalecer o papel do setor turístico como gerador de renda e de desenvolvimento social;
- dar oportunidade a todos os integrantes da cadeia produtiva do turismo de divulgar seus produtos em escala nacional (Ministério do Turismo, 2007).

A ideia de promover o turismo na terceira idade, como não poderia deixar de ser, tem forte incitação econômica. Como os idosos não dependem de feriados ou de férias para viajar, pois dispõem de tempo livre, o governo, em parceria com várias empresas do setor aéreo e hoteleiro, vislumbrou a possibilidade de aumentar seus lucros e gerar desenvolvimento. De acordo com o texto do *site*, "com mais gente viajando dentro do Brasil, são mais postos de trabalho, mais emprego e renda. É o turismo levando inclusão social e desenvolvimento por todo o país". Inclusão baseada em um projeto de consumo e de objetivos que visam à manutenção e equilíbrio do mercado capitalista.

Nesse processo de produção de demanda, o conceito de qualidade de vida tem sido amplamente difundido e também associado à ideia de acesso a bens de consumo. Assim, ao consumir produtos e serviços, o sujeito produz e consome qualidade de vida. Para a velhice e a terceira idade, tal noção se coloca de forma acentuada atualmente. Fala-se muito da necessidade de viver com qualidade de vida nessa faixa etária. Porém, do que trata, de fato, esse conceito?

Para Anita Neri (apud Trentini et al., 2006), são diversos os significados associados a tal concepção. No caso da medicina, ela estaria ligada à relação custo/benefício inerente à manutenção da vida ou à capacidade funcional dos doentes. Já na economia, esse conceito concerne a medidas objetivas, como renda *per capita*, que é um indicador de acesso a bens de consumo e demais serviços como saúde, educação etc. No campo da psicologia social, ainda de acordo

com a autora, a referência seria a experiência subjetiva, baseada no conceito de satisfação.

Pesquisadores como Andrews (1974) e Abrams (1973) (apud Trentini et al., 2006) atribuem igualmente a noção de qualidade de vida ao grau de prazer e satisfação de necessidades físicas, psicológicas ou de outros domínios da vida. Conforme o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995), é "a percepção do indivíduo da sua posição na vida, no contexto de sua cultura e dos sistemas de valores da sociedade em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (idem) que deve orientar a compreensão do conceito de qualidade de vida.

Ora, se levarmos em conta essas concepções, é possível vislumbrar que o mercado absorveu o discurso científico para criar e produzir demandas de consumo associadas a essa noção de vida com qualidade. O capitalismo, ao engendrar necessidades em uma velocidade intensa, cria um sujeito em desassossego com seu grau de satisfação, pois as demandas mudam a todo o momento.

O conceito da OMS pode auxiliar no entendimento desse fenômeno da produção de qualidade de vida pelo mercado, porque, ao analisarmos o sistema de valores sociais, vemos que o sujeito contemporâneo se funda enquanto consumidor. Os objetivos, as expectativas, os padrões e as preocupações que rondam o homem na atualidade estão ligados a uma premente necessidade de consumir bens e serviços. Os valores pertinentes à qualidade de vida estruturam-se nesse aspecto.

Até mesmo a noção de saúde, uma referência quando pensamos no conceito acima, é hoje mercadoria amplamente vendida e consumida. Muitas vezes, para ter acesso à saúde, é preciso pagar pedágio em convênios médicos, clínicas particulares, para a indústria farmacêutica e até mesmo para a medicina estética, haja vista que permanecer jovem, além de ser objeto de consumo e desejo, é ainda uma noção ligada à qualidade de vida.

Tal como é vista hoje, a qualidade de vida não pode ser traduzida por conteúdos universais e absolutos aplicados a toda a população. Mais do que a capacidade produtiva e consumista e do acesso aos

bens e a eficiência econômica do sujeito – quesitos impostos pelo mercado –, a qualidade de vida parte, indispensavelmente, do reconhecimento das diferenças e das peculiaridades de cada momento da vida em uma determinada cultura, sem a pretensão de anulá-la ou de criar padrões de existência. Ao considerarmos essas questões, talvez a velhice e a terceira idade pudessem ser reconhecidas como uma população que se constrói para além de consumidores e produtores de mais-valia.

Ditos e interditos na velhice

Cooptados pelo mercado, os idosos atualmente encontram-se inseridos na sociedade enquanto uma categoria de consumo, conforme discutimos anteriormente. Essa inserção possibilitou o acesso a algumas melhorias materiais na vida desses idosos, mas ao custo que o mercado cobra por tais serviços.

Para além da economia, os regimes de saber sobre a velhice são elementos importantes para a compreensão das formas e dos sentidos produzidos acerca dessa fase da vida. Tais regimes alimentam expectativas específicas sobre o lugar do idoso na sociedade. Costumes, vocabulário e comportamentos típicos são produzidos socialmente. O olhar do outro é produtor de estereotipias e interdições que, às vezes, o idoso assume para si.

A produção discursiva sobre a velhice contribui para a segregação do idoso, além de aprisioná-lo em estereótipos que o desqualificam. Essa estigmatização pelo discurso dá-se por meio de sua infantilização e depreciação, quando são chamados por diminutivos como "velhinho", "vovozinha" etc., além, é claro, de toda a carga semântica pejorativa que a palavra "velho" carrega.

A segregação do idoso pela linguagem faz-se, ainda, pelo modo polido e pudico que se espera deles ao falar em público. Por um lado, gírias dos jovens jamais seriam bem-vistas socialmente na boca de um idoso. Por outro, as gírias de seu tempo são consideradas ultrapassadas e incompreensíveis pela juventude atual. As possibilidades

de ruptura com esse sistema de regras são poucas, mas ainda há tentativas defensivas e reparadoras que criam conceitos que estabelecem um padrão de linguagem, como quando, por exemplo, o movimento dos idosos é chamado pelos próprios de "feliz idade", "melhor idade" ou "terceira idade".

Padrões de comportamento e imagens também são produções sociais importantes para a configuração e retratação da velhice. Em uma de nossas oficinas, por exemplo, resgatamos as maneiras pelas quais os idosos representavam seus avós. Elas apontaram para uma produção de sentido de velhice associada a vários signos óticos, como o vestuário por meio de roupas, suspensório, colete, terno, chapéu, saia longa e rodada, lenço na cabeça etc.; ou ainda a outros signos remetidos às relações estabelecidas no âmbito familiar, como o respeito expresso no olhar, no porte físico e na postura afetiva na família.

Por muito tempo – e isso ainda persiste –, a figura de um idoso foi apresentada por uma vovozinha típica dos contos de Monteiro Lobato, como a famosa Dona Benta, uma figura doce e compreensiva, cheia de histórias para contar. Quantas avós ainda são como ela! Papai Noel, o bom velhinho, as cartolas e bengalas, as vestes impecáveis, cabelo e barba bem aparados e arrumados, o "preto velho" e tantas outras formas são típicas da retratação da velhice na nossa cultura. Ainda é forte o sentimento de filiação e de parentalidade sustentado pelos avós, assim como os de amparo e segurança emocional-afetiva.

Hoje em dia, a pressão mercadológica e a construção do conceito de terceira idade fazem surgir uma série de outras figuras, diferentes das convencionais, de feição mais "moderna" e atualizadora de sua presença no mundo contemporâneo. A longevidade começa a ser bem apreciada, almejada e desejada como um valor de mercado, trazendo consigo o aceno de possibilidades cada vez maiores de um alongamento do tempo de vida, acompanhado não mais por sofrimentos e faltas, mas por estados de felicidade e preenchimentos até excessivos. Por isso mesmo, mais do que em outras fases da vida, existem numerosos projetos e programas destinados aos idosos para colocá-los em movimento, em constante revitalização. E assim, junto com Dona Benta, há idosos atletas, modernos, atarefados, ociosos e

tantos outros mais. Até a Dona Benta de uma versão televisiva recente do *Sítio do pica-pau amarelo* aparece operando um *laptop*. Quem sabe tal atualização dessa personagem não a levará a abandonar seu tradicional livro de receitas e a substituí-lo pelos *sites* da Internet especializados em culinária!

Além de estratégias de ação melhorativas e atualizadoras, a velhice é também alvo de uma série de restrições sociais, apoiadas em um conjunto de procedimentos que veiculam táticas castradoras e repressivas. "Os prazeres imediatos lhes são interditados, ou avaramente dosados: o amor, a mesa, o álcool, o fumo..." (Beauvoir, 1990, p.550). A necessidade de uma vida regrada atinge os mais diversos campos da existência da terceira idade. Talvez mais do que em qualquer outra fase da vida, a interdição alimentar é a que se apresenta de forma mais intensa na velhice. A invasão da medicina na vida no corpo do idoso é produtora de um saber que toma para si a tarefa de permissão ou interdição nesse campo. A disciplinarização da fome e da conduta alimentar segue padrões rígidos de educação pela boca, contra os excessos, a gordura e a gula – um pecado capital.

Além do peso da interdição alimentar, há ainda as interdições quanto à mobilidade social dos idosos. A sociedade contemporânea é profundamente marcada pelo tribalismo (Maffesoli, 1998). Essa sociedade tribal contemporânea promove relacionamentos e contatos amplos, efêmeros e transitórios, baseados não mais em uma racionalidade propositora de objetivos e projetos comuns, mas em afetos irracionais produtores de um sentimento de "estar junto". Os vínculos sociais atualmente se revestem de uma fragilidade simplesmente peculiar, como se a qualquer momento pudessem ser rompidos. A instabilidade dos laços humanos propicia maior circulação entre pequenos círculos (tribos), nos quais não há delimitações espaciais precisas nem projetos ou objetivos deliberados que articulem e criem alguma sedimentação ou longevidade dos relacionamentos.

Uma socialidade assim constituída contrasta fortemente com as matrizes de relacionamento e grupalização que formaram as gerações que hoje estão na faixa dos 60, 70 anos ou mais. Prevalecia até então um forte espírito de grupo, como eram conhecidas as agregações bem

delimitadas espacialmente por conjuntos bem definidos de pessoas e solidamente projetados no tempo, como a família tradicional, por exemplo.

Imagens de tribos são associadas a jovens e jamais a idosos, que ainda são vistos como velhinhos, recolhidos no aconchego do lar, com seus pijamas, sentados à frente de uma televisão. Sobre o suporte de um estereótipo ancorado em campos identitários que delineiam formas de ser do idoso como personagem doméstica, estável, fixa e aprisionada ao espaço da casa e da família, surge todo um cerceamento e recriminação da presença dos mais velhos nos espaços públicos, especialmente aqueles criados na contemporaneidade, como *shoppings*, *lan houses* e as badaladas casas noturnas. Enquanto a juventude é associada às novidades do mundo, como as tribos e os produtos da alta tecnologia, os idosos são impregnados de sentidos e valores de obsolescência e estagnação, que cerceiam sua circulação pelos espaços sociais.

Às restrições sociais somam-se ainda as dificuldades de locomoção física e de circulação no seu território, como os meios de transporte, as calçadas, escadas, longas distâncias entre itinerários etc. Todavia, é possível que uma das maiores barreiras seja a que delimita espaços de circulação social, que designa os lugares próprios onde ele deva se movimentar: hospitais, algumas praças tipicamente frequentadas por idosos, postos de saúde, ruas de comércio à luz do dia, clubes e bailes específicos para a terceira idade e tantos outros. Talvez esse seja o obstáculo mais difícil de transpor, pois em muitos lugares o idoso não é bem-vindo. Nesse sentido, ele é expropriado e interditado de possibilidades de experimentações urbanas diferentes, confinado a lugares que lhe são determinados socialmente.

Além das interdições descritas acima, há ainda outros mecanismos de opressão da velhice (Bosi, 1987), como os *mecanismos institucionais*, que agem por meio da burocracia dos serviços do INSS, do SUS, de asilos e de serviços de saúde. Lidar com a parte burocrática de uma instituição é conviver com sua parte mais enrijecida e perversa. É comum vermos aposentados em filas incomensuráveis, à espera de atendimento nesses serviços. Toda essa opressão é real-

mente necessária? Existem ainda os *mecanismos psicológicos sutis* que, por sua vez, utilizam estratégias refinadas de controle e violência, como a tutela ao idoso, que o desqualifica da condição de cuidar de si próprio. Há, também, os *mecanismos técnicos*, como as próteses e o não acesso a elas e, por fim, *os mecanismos científicos*, com as práticas discursivas e terapêuticas sobre o idoso, que são igualmente parte de tantas outras formas de violência contra a velhice. Tal como vimos, alguns mecanismos são mais visíveis, enquanto outros são demasiadamente sutis, mas muitos deles permanecem silenciados e compactuados pela sociedade.

Histórias do arco-da-velha: memória e experiência narrativa

As lutas pela memória:
eis algo de que todos temos conhecimento de causa.

Ecléa Bosi

Um dos papéis atribuídos aos mais velhos é a arte de contar histórias de um passado considerado longínquo, seja da família, seja da cidade ou de acontecimentos que marcaram uma determinada geração. Diz-se do idoso que ele é um saudosista, vive das memórias de anos dourados de sua juventude e sempre as evoca, para confrontar o passado com os contornos do contemporâneo, muitas vezes valorizando o pretérito em detrimento do presente.

É por meio dessa atividade de exercício do resgate da memória que o passado pode sobreviver. O legado de uma cultura, de uma sociedade, depende das lembranças que emergem da memória e que são traduzidas para os seus (Arendt, 1972; Augras, 1986; Bosi, 1987 e 2003). As lembranças, na maior parte das vezes, são despertadas quando provocadas por outros, em situações nas quais o sujeito é chamado a contar um caso, a história da família ou mesmo para ajudar a relembrar e confirmar fatos passados. Dessa forma, a memória sempre se recompõe, o passado é atualizado e se presentifica na

relação que se estabelece ao narrar-se uma história: "Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho" (Bosi, 1987, p.17).

É comum ouvir dizer que o idoso é alguém que vive de lembranças, remoendo e degustando os anos que já se foram. Há até um ditado popular dizendo que "quem vive de passado é museu", retratando os idosos como museus ambulantes extemporâneos, situados em um tempo que não o atual. Apesar do que diz a cultura popular, debruçar-se na esteira do tempo que toma corpo nas memórias é realizar um trabalho político. Mais do que um devaneio fútil ou uma tentativa de preencher o tempo ocioso, recordar é dar corda de novo às engrenagens da história, em uma dimensão na qual tempo e espaço se inscrevem conjuntamente. Apropriar-se da memória e transmitir esse legado cultural é reconstruir o passado, dar a ele a possibilidade de ser atualizado e narrado de uma forma diferente daquela contada nos livros. Mais ainda: é ter de volta o sentimento de pertença a uma história ou mesmo à própria sociedade, sentimento esse que muitas vezes é arrancado daqueles que viveram e construíram a sociedade, cada qual à sua maneira.

A experiência narrativa, de acordo com Michel de Certeau (1994) no livro *A invenção do cotidiano*, é diferente de uma simples técnica de descrição. Para o autor, contar uma história é criar espaço para a ficção, é uma arte do dizer e de fazer a história. Além disso, a narrativa implica uma relação indissociável do tempo, da noção de duração, da memória presentificando-se no ato mesmo da fala: "O discurso produz efeitos ao querer dizer outra coisa do que aquilo que se diz; exerce sua estratégia por um desvio pelo passado, recorrendo à memória como uma de suas táticas geradoras de sentido" (Mairesse & Fonseca, 2002, p.114).

Ao reler um livro ou rever um filme, o olhar sempre captura algo que antes não havia visto. Assim acontece quando um indivíduo recorda suas experiências passadas. É impossível vivê-las tal e qual aconteceram, no mesmo cenário e com as mesmas pessoas. Por isso o trabalho de recordar é uma reconstrução de fatos da memória e

da linguagem, já que, a cada vez que uma lembrança é evocada, há a possibilidade de emergirem novos sentidos sobre o mesmo acontecimento, assim como outros sentimentos e sensações podem ser despertados nesse trabalho de reconstrução da história, independentemente de serem ou não relatos verídicos.

A experiência narrativa recorre ao passado para lançar mão das histórias impressas na memória. E é por essa última que o passado se produz, não apenas como um antigo presente, mas enquanto algo que se constrói no próprio presente: "A memória se constrói no encontro com os acontecimentos, em seu instante ainda virtual, quase pronto para realizar-se. Assim, a memória consiste em um meio de transformar lugares" (idem, ibidem).

Nas atividades com o grupo de idosos, nosso objetivo era propiciar um espaço no qual as experiências guardadas na memória pudessem ganhar corpo e sentidos polissêmicos por meio da narrativa. A cada oficina, desenvolvíamos novas temáticas elaboradas previamente e registrávamos a produção das histórias narradas por meio de cartas, cartazes ou revistas de circulação no *campus* da universidade. Nas atividades semanais, o presente ia ao encontro do passado no ato de vivenciar as histórias que envolviam as brincadeiras de infância, os bailes e carnavais da juventude, os "causos" e lendas transmitidos culturalmente, os usos e costumes de uma época, os cuidados com o corpo e a saúde.

O trabalho coletivo realizado em nossas atividades não visava lembrar por lembrar. Procurávamos fazer dessa estratégia um ato político de confronto com as práticas do presente e de questionamento da velhice na sociedade contemporânea: afinal, os idosos são atores da construção da história do cotidiano. Em acréscimo, a experiência narrativa afirma a presença e a pertença do idoso na sociedade contemporânea ao estabelecer o lugar da narrativa e da escuta, em um enfrentamento acerca da expressão de sua condição na dimensão sociotemporal.

Essa arte de contar histórias, na realidade, é uma arte do encontro do que já passou com o que é atual, com a presença das ausências, com as diferentes gerações, com os fantasmas vagantes em algum

lugar da memória e com as possibilidades de produzir e transformar uma(s) realidade(s):

> Somente através da memória se pode atingir o passado, e este, não existindo como um antigo presente, só se torna possível enquanto produção no presente, resgatado pelo imemorial. Assim, é somente a partir de hoje que se pode falar sobre o passado, e é implicado no presente e comprometido com o futuro que se faz valer o passado – um passado sempre a se refazer no presente. (idem, ibidem)

A atividade de recordar (Bosi, 1987) é exercida com feições diferentes em cada fase da vida. Enquanto somos crianças e adolescentes, não há muito o que ser lembrado da própria história de vida. Para o adulto ativo, a atividade de recordar é tida como uma fuga, ou até mesmo contemplação nos momentos de lazer. Preocupado com sua vida prática, o adulto dificilmente se entrega à arte de rememorar. Essa tarefa parece caber ao idoso: ser a memória da família e do seu grupo social. É essa sua obrigação: "lembrar, e lembrar bem" (idem, p.24). No entanto, se essa experiência for tomada como única condição de possibilidade de vivência no coletivo, então a tarefa de lembrar pode tornar-se aprisionadora do sujeito e há o risco de perder a dimensão política do passado.

A partir de nosso contato com o grupo de idosos, percebemos que o passado, seja ele advindo de uma história de vida, seja de acontecimentos do cotidiano, é muitas vezes privado de expressão no meio social. Muitas de suas histórias chamadas do arco-da-velha permanecem guardadas em um museu peculiar: seu próprio corpo. Passada a sua fase chamada produtiva no mundo do trabalho, ele pode deleitar-se com essa tarefa de recordar, mas para quem ele o faz? Como pode exercer sua "função social" e seu exercício político, se suas lembranças se perdem em um campo discursivo que não encontra interlocutores? Em uma sociedade que preza a velocidade, a aceleração do tempo e a compressão dos espaços (Virilio, 1996; Harvey, 1998), a experiência narrativa e a escuta parecem estar condenadas.

A arte da narrativa e a história oral estão interligadas. Nesse contexto, verdades e mentiras misturam-se entre as paixões humanas e o fantástico da vida. Porém, as narrativas contemporâneas deram lugar à informação (Castells, 2001) veiculada pelo jornal, que passa os fatos de forma "imparcial e verídica". Até mesmo os causos, lendas e as histórias, tão comumente contados pelos avós aos seus netos, vêm perdendo espaço na comunicação. Há cerca de dois anos, ao realizarmos oficinas sobre causos e lendas de terror, vários participantes do grupo relataram que seus netos caçoavam deles quando contavam as histórias de bruxas, mulas-sem-cabeça, lobisomens, fantasmas, dizendo que nada disso era real...

A necessidade criada pela cultura de massa de ter que estar bem informado leva o sujeito a um bombardeio de informações que só têm valor no instante mesmo em que surgem. Passados alguns poucos momentos, elas se perdem e se esgotam, dando lugar a outras notícias mais recentes. Seus sentidos são muito autorreferentes e restritos a um uso determinado, diferentemente da narrativa, que permanece no tempo e é polissêmica, ou seja, seus sentidos são ilimitados, bifurcam-se em outras narrativas e não se consomem no imediato.

A arte de narrar é um trabalho artesanal. Trabalho que, para Ecléa Bosi, exige alma, olho e mão. É assim que o narrador transforma sua matéria – a vida humana: "Seu talento de narrar vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo" (1987, p.49).

Além disso, segundo Hannah Arendt (1972) no livro *A condição humana*, os legados de uma geração só podem ser transmitidos às gerações seguintes por meio da palavra, porque o que se pode transmitir é o *sentido* daquilo que foi vivido e não a vivência concreta. Aliás, o próprio sujeito também pode desconhecê-la, uma vez que a lembrança narrada pode não ter sido uma vivência do indivíduo, mas uma situação social. Assim, pensando não apenas na necessidade de apropriação da própria história, mas também na função social de sua transmissão, torna-se necessário criar situações nas quais esses relatos, as experiências vividas, sejam relembradas, ressignificadas e contadas para os seus, ainda que os espaços para essas atividades estejam restritos atualmente.

As memórias dos idosos são densamente ricas, porque guardam consigo aquilo que os tradicionais livros de História, na maior parte dos casos, não conseguem traduzir: a narrativa do cotidiano. São as histórias daqueles que constroem a História (Certeau, 1994). Costumes, lendas, imaginários e práticas que, transmitidos pelo legado da narrativa oral, são parte importante da memória coletiva e do indivíduo que recorda. Um fio de meadas complexas e de múltiplas possibilidades: um ponto de convergência com o passado e o presente e suas linhas de tempo no amanhã do mundo.

Considerações finais

A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada a nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento de paisagens caras, pela desaparição de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.

Ecléa Bosi

Inventariar experiências com o grupo da terceira idade é a possibilidade de oferecer inscrições de outras narrativas e reconstruir as práticas que realizamos junto às oficinas. É recorrer à memória para atualizar outros sentidos aos encontros e poder vislumbrar seus lastros que permanecem no tempo.

Como já mencionamos, foi por meio desses quase cinco anos de contato com o grupo que pudemos realizar as reflexões presentes neste livro. O grupo que se constituiu em torno das oficinas era composto por presenças singulares que delineavam possibilidades de velhice e de terceira idade. Com faixas etárias diferentes, as pessoas que formaram essa grupalidade diferiam entre si: senhoras viúvas mais recatadas, donas de casa igualmente reclusas e tradicionais con-

trastavam com outras que diziam ter "espírito jovem", que gostavam de sair, dançar, paquerar – não com um sentimento de saudosismo de uma época passada da vida, mas como uma experiência de pertença às atualidades do mundo. Enfim, rostos e histórias díspares que se encontravam semanalmente nas tardes de sexta-feira na Universidade.

Velhice, terceira idade, melhor idade, velho, ancião, feliz idade... Faces e possibilidades de vivência do envelhecimento. Cartografar seus contornos constituiu um desafio ao percorrer reentrâncias convexas e corredores semânticos pelos quais escoam as diversas significações.

Durante o percurso cartográfico, foi-nos possível entrar em contato com essas materialidades da finitude humana e suas formas de expressão inscritas no tempo. Conforme pudemos observar, a conspiração de silêncio em torno da velhice, denunciada por Simone de Beauvoir em 1970, foi aos poucos sendo substituída por uma crescente produção discursiva sobre o envelhecimento na ciência, nas políticas públicas e no meio social. Transformada em problema, a velhice ganhou visibilidade por conta de uma série de fatores, mas a questão do envelhecimento mundial talvez tenha sido o maior propagador da necessidade de intervenção nessa faixa etária.

A velhice como problema social, na realidade, é uma construção de demandas que envolvem a visibilidade e o interesse em criar um objeto, a fim de legitimar ações sobre ele. A essa demanda incitada socialmente, por sua vez, somou-se um esforço no sentido de promover uma problemática no campo das preocupações do momento. Por conseguinte, mobilizaram-se atores sociais na tentativa de dar expressão a essas demandas, tornando-as públicas e objetos de reivindicações.

Sendo a velhice uma categoria relativamente privada de expressão, as políticas públicas e a ciência, por meio da gerontologia e da geriatria, foram os atores mobilizados para dar visibilidade a esse objeto problemático. Sendo assim, a expressão das demandas da velhice foi institucionalizada por meio de conselhos, médicos, cientistas, programas, associações etc., muitas vezes trazendo a marca da supressão das necessidades aprisionadas no corpo biológico, não no corpo político.

Dessa forma, o envelhecimento encontra-se inscrito em uma racionalidade aliada ao discurso da ciência. Sua produção vinculada a esses princípios biologizantes forja discursos de especialistas que ditam estatutos normativos de verdade sobre o que é e como deve ser gerida essa categoria etária. Utilizando-se de uma estratégia que envolve o poder de estatuto científico, a produção discursiva da geriatria e da gerontologia versa sobre um corpo biológico, em fase de degeneração, atentando para a necessidade de medidas de controle e prevenção para uma velhice na qual não haja o envelhecimento.

O discurso sobre o envelhecimento mundial, alardeado por diversas pesquisas desde meados do século XX, colocou em evidência um problema de ordem econômica. A questão da previdência e da saúde passou a representar um grande desafio à administração governamental, uma vez que as aposentadorias e os gastos com a saúde da população idosa são muitas vezes onerosos para o Estado.

É interessante notar que a partir dessa preocupação com a problemática da velhice, surge uma aliança entre a ciência e o Estado, no sentido de promover uma nova imagem de velhice no meio social por meio da gestão do envelhecimento. A revitalização da figura do idoso aconteceu graças a essa aliança, na qual a gerontologia e o Estado primavam por uma ideia de prevenção, seja por meio das práticas médicas, seja por políticas públicas.

O nascimento da terceira idade aconteceu nesse momento em que se buscava otimizar a figura do idoso, isto é, torná-lo útil à sociedade. Ganhando traços mais revitalizadores, o envelhecimento hoje possui várias faces, sendo que a terceira idade representa uma das principais, como uma fase intermediária entre o estágio adulto e a ancianidade, marcada principalmente por contornos que a apresentam como um período de realizações de projetos adiados ao longo da vida e de busca de satisfação pessoal.

O envelhecimento humano na contemporaneidade está circunscrito principalmente pela noção de velhice e de terceira idade. Cada qual apresenta atributos e características que lhe são próprios. Com relação à velhice, ela se inscreve em um regime de tutela, de asilo e isolamento na família e no meio social. Sua relação com a cidade é de-

finida, muitas vezes, pela constrição de possibilidades de circulação. A visão que se tem sobre seu corpo caracteriza-se por um estágio de degenerescência, de decrepitude e doença. A ideia de velhice conecta-se com a proximidade da morte e do pouco tempo de vida restante.

Os atributos da terceira idade, por sua vez, estão inscritos no "espírito jovem", na "feliz idade", na busca pela autorrealização, no corpo saudável, produtivo e ativo. Essa categoria emergente no contemporâneo engendra procedimentos e aparelhos de gestão próprios, que possibilitam sua inscrição no cenário social e a revitalização do envelhecimento. Dentre outras possibilidades, podemos destacar a substituição dos asilos por centros de convivência, a prevenção às doenças e a promoção da saúde, a educação do corpo idoso com práticas pedagógicas de base médico-científica e a substituição de ações caritativas por estratégias mais refinadas e eficazes no controle e gestão da população.

Enquanto objeto inscrito no mundo contemporâneo, a velhice mostra-nos diferentes facetas: as da miséria, do desprezo e do preconceito social, da doença e da proximidade com a morte, da memória e do passado, da atividade e da realização, do consumidor em potencial e do objeto de gestão, do aposentado e do trabalhador, do avô, do homem... Uma face mostrada por diferentes espelhos que refletem possibilidades de olhares para o rosto do envelhecimento humano.

Nosso trabalho com idosos, conforme destacamos, foi imprescindível para que pudéssemos entrar em contato com esse complexo objeto que se apresenta como um desafio na tentativa de compreendê-lo e – por que não? – vivenciá-lo. Para nós, estar com esse grupo por tanto tempo foi uma experiência única, na qual pudemos vivenciar o envelhecimento e a finitude anunciada daqueles que participaram das oficinas e também o nosso próprio envelhecer: poder tornar-se terceira idade e velho ao lançar-se às experiências do humano, de perdas, lutos, restrições e ganhos é prática que acompanha o desenrolar do tempo na madureza de corpos atravessados pelo signo da vida.

Este livro, que se define mais como um meio do que como um fim, teve como propósito cartografar e analisar o envelhecimento enquanto objeto inscrito no tempo e suas vicissitudes no contempo-

râneo. As possibilidades de vivência da velhice e da terceira idade, conforme observamos, encontram-se inscritas em regimes de saber e práticas do estatuto científico, seja pelas políticas públicas, seja pela medicina, as quais inscrevem o corpo em racionalidades que muitas vezes engessam e delimitam a experiência do envelhecer e da condição da finitude humana .

Nossas cartas das paisagens sociais do envelhecimento não se pretendem findas nem definitivas. Ao término deste livro, um desafio maior coloca-se à nossa frente: pensar na possibilidade do envelhecer para além desses domínios que mencionamos, isto é, que ele possa ser tomado como objeto filosófico, na experiência do pensamento, da estética e da ética na velhice, e também como objeto político de enfrentamento das sujeições de paradigmas dominantes. São outros percursos e territórios que se delineiam ao olhar do cartógrafo...

Referências bibliográficas

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AUGRAS, M. *O ser da compreensão*: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade.* Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

______. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

______. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

______. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

______. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BEAUVOIR, S. *A velhice.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar:* a aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1983.

BOSI, E. *Memória e sociedade:* lembrança de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CAMARANO, A. A. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho.* Texto para discussão nº 830. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No *site* www.ipea.gov.br. Acesso em: out. 2001.

CANOAS, C. L. *A condição humana do velho*. São Paulo: Cortez, 1985.

CARDOSO, D. M. Longevidade de tempo livre: novas propostas de participação social e valorização do idoso. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, v.15, n.30, p.36-51, maio 2004.

CARRATO, J. F. Memória e cultura: o passado encontrado. *Anais do 3º Encontro Nacional de Idosos*. Santos: Editora Sesc, p.A-2-A-9, 1987.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CENEVIVA, W. Estatuto do idoso e Constituição Civil: a terceira idade nas alternativas da lei. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, v.15, n.30, p.7-23, maio 2004.

CERTAU, M. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHATTERJI, S. Declaração no Estudo Global sobre o Envelhecimento e a Saúde Adulta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 11 abr. 2007. Texto disponível no *site* http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/04/11ult1766u21157.jtm. Acesso em: 12 abr. 2007.

DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. *Textos didáticos*. Campinas. v.1, n.2, n.13, p.7-27, 1998.

______. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp, 2004.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERRAZ E FERRAZ, M. G. C. *Religare*: uma cartografia da fé. São Paulo, 1994. Tese – Pontifícia Universidade Católica.

FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. *Cartografias e devires:* a construção do presente. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

FOUCAULT, M. *A história da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

______. *Estratégia, poder-saber*: Ditos e Escritos v.IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

______. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

______. *Seguridad, território, población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FRANÇA, S. A. M. *Corpo tutelado da velhice*. São Paulo, 1983. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica.

GROISMAN, D. Velhice e história: perspectivas teóricas. *Cadernos IPUB – UERJ*. Rio de Janeiro, n.10, 3.ed., p.43-56, 2001.

______. A velhice, entre o normal e o patológico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.9 (1):61-78, jan.-abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2006.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica:* cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HADDAD, E. G. M. *A ideologia da velhice.* São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Dados de 2006. Disponível na internet em: www.ibge.gov.br/lojavirtual.

IPEA. Previdência social. Disponível no *site* http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/PrevidenciaSocial.pdf. Acesso em: 2 maio 2007.

KAUFMANN, T. *A idade de cada um:* vida plena na velhice. Petrópolis: Vozes, 1982.

KIELING, C. et. al. Bases biológicas do envelhecimento cognitivo. In: PARENTE, M. A. M. P. (Org.) *Cognição e envelhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KIRST, P. et al.. Conhecimento e cartografia: tempestades de possíveis. In: FONSECA, T. G.; KIRST, P.G. (Orgs.) *Cartografias e devires:* a construção do presente. Porto Alegre: Ed. da UFRS, 2003.

LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos*: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGALHÃES, D. N. *O crescimento do número de idosos nos países em desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Boletim Intercâmbio, p.5-14, out./dez. 1986.

MAIRESSE, D.; FONSECA, T. M. G. Dizer, escutar, escrever: redes de tradução impressas na arte de cartografar. *Revista Psicologia em estudo*, v.7, n.2, p.111-6, dez. 2002.

MARTINS, E. J. S. *De volta à escola*: investindo em uma proposta de Universidade Aberta à Terceira Idade. Marília, 1997. Tese – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

MILNITZKY, C.; SUNG, F.; PEREIRA, R. M. Políticas públicas e envelhecimento: conquistas e desafios. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, v.15, n.31, p.54-69, set. 2004.

MINISTÉRIO do Turismo. *Vai Brasil*. Texto disponível no *site* http://ww1.vaibrasil.com.br/oquee.asp. Acesso em: 20 out. 2007.

PELBART, P. P. *Vida capital*: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RIBEIRO, A. A saúde da mulher na meia-idade. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, ano VI, n.11, p.24-35, mar. 1996.

RIEMANN, F. *A arte de envelhecer*. São Paulo: Veredas, 1990.

ROUANET, S. P. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental:* transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SALGADO, M. A. *Aspectos da problemática social do idoso no Brasil e as ações do Sesc de São Paulo*. São Paulo: Sesc, 1978.

______. A mulher na meia-idade: verdades e representações. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, ano VI, n.11, p.5-13, mar. 1996.

SANTAELLA, L. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.

SANTOS, C. J. *Universidade aberta para a terceira idade*: um caminho de vida. Santos: Leopoldianum, 1997.

SENNETT, R. *Carne e pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, J. C. Velhice e Assistência Social no Brasil. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, v.17, n.35, p.54-64, fev. 2006.

STUART-HAMILTON, I. *A psicologia do envelhecimento*: uma introdução. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SIMÕES, R. *Corporeidade e terceira idade:* a marginalização do corpo idoso. Piracicaba: Editora da Unimep, 1998.

TRENTINI, C.; XAVIER, F. M.; FLECK, M. P. Qualidade de vida em idosos. In: *Cognição e envelhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TRENTINI, C. M. et al. Qualidade de vida em idosos. In: PARENTE, M. A. P. et al. *Cognição e envelhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

UNIVERSIDADE Estadual Paulista. I Congresso de Preparação para a Aposentadoria: Aprendendo a Empreender. Texto disponível no *site* http://www.feis.unesp.br/instituicao/administracao/dta/saepe/congresso/congresso_ppa.php. Acesso em: 20 maio 2007.

VERAS, R. A novidade da agenda social contemporânea: a inclusão do cidadão de mais idade. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, v.14, n.28, p.6-29, set. 2003.

VIRILIO, P. *Velocidade e política.* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ZAGO, A. V.; SILVA, A. S. Dançando com a terceira idade. *Revista a terceira idade,* São Paulo: Sesc-Geti, v.14, n.28, p.54-73, set. 2003.

Bibliografia consultada

ANAIS do 3º Encontro Nacional de Idosos. Santos, 1987.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CÍCERO. *Da velhice e da amizade*. São Paulo: Cultrix, 1954.

COHEN, J. J. *Pedagogia dos monstros*: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (Orgs.) *Velhice, envelhecimento e complex(idade)*. São Paulo: Vetor, 2005.

DELÁCIO, C. R. *Os idosos e o tempo útil de trabalho*. Marília: Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, 1988 (texto mimeografado).

FRANÇA, S. A. M. *Cenas do contemporâneo*: da biossociabilidade à ética. Assis, 2004. Tese de Livre-Docência – Universidade Estadual Paulista.

HADDAD, E. *O direito à velhice*: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

HASHIMOTO, F. *Ventos do outono*: uma fenomenologia da maturidade. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

NERI, A. L. A formação gerontológica no Brasil. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, ano 1, n.1, p.18-43, fev. 2006.

PY, L. De estrelas a brilhos infinitos. *Revista a terceira idade*. São Paulo: Sesc-Geti, v.17, n.35, p.7-17, fev. 2006.

RABINOW, P. E. A natureza finalmente se tornará artificial. *Revista ciência e ambiente*. II (3), p.69-78, jul./dez. 1991.

______. *Antropologia da razão*: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

SECCO, C. L. T. R. As rugas do tempo na ficção. *Cadernos IPUB-UERJ,* n.10, 3.ed., p.9-33, 2001.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23,7 x 42,5 paicas
Tipologia: Horley Old Style 10,5/14
1ª edição: 2009

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral
Marcos Keith Takahashi